

Demonstrações Contábeis

30 de junho de 2021



bancobv.com.br/ri





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	29

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL	37
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	39
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	40
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	42
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	44
2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	44
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS CONSOLIDADAS	45
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	49
5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	56
6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	59
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	60
8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	60
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	61
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	64
11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	72
12. CARTEIRA DE CRÉDITO	73
13. OUTROS ATIVOS	80
14. INVESTIMENTOS	81
15. IMOBILIZADO DE USO	82
16. INTANGÍVEL E ÁGIO	83
17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	85
18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	86
19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	87
20. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL	87
21. OUTROS PASSIVOS	88
22. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	89
23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	91
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91
25. TRIBUTOS	93
26. PARTES RELACIONADAS	96
27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	97
28. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	98
29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	101
30. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	112
31. OUTRAS INFORMAÇÕES	113
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	115



Relatório da Administração

30 de junho de 2021



Destaques 1S21: Solidez Financeira

Lucro Líquido Recorrente

R\$ 745 milhões

+68,9% vs 1S20

ROE Recorrente

13,6%

+4,8 p.p. vs 1S20

Índice de Eficiência

32,6%

+1,4 p.p. vs 1S20

Carteira de crédito

Carteira ampliada

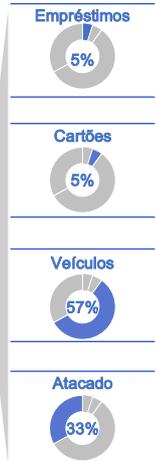
Segmento

Principais destaques

Carteira de crédito ampliada

R\$ 73,2 bilhões

+6,4% vs 1S20



Carteira financiada alcançou **R\$ 1,5 bilhão**. Crescimento está em linha com estratégia de **diversificação** e **agenda ESG**

Superamos a marca de **1 milhão de clientes** de Cartões BV. Melhorias na esteira de vendas nos canais digitais e mudanças no portfólio

Mantivemos a **liderança no segmento de veículos¹**. Originação recorde no 1S21, com crescimento de 41% frente ano anterior

Crescimento em linha com a **estratégia de diversificação** e pulverização do risco. Segmento já representa 48% da carteira do atacado³

Inadimplência 90 dias

3,5%

vs 5,2% no 1S20

Índice de cobertura

242%

vs 183% no 1S20

Índice de Basileia

15,2%

vs 14,4% no 1S20

¹ Veículos leves usados

² Empresas com faturamento entre R\$ 300 milhões e R\$ 1,5 bilhão. Crescimento refere-se à carteira classificada

³ Percentual da carteira classificada



Destaques 1S21: Estratégia Digital

App / Conta digital BV

- ✓ Todos os serviços do BV em uma única plataforma
- ✓ Conta digital e gratuita
- ✓ Serviços de financiamento auto e cartão de crédito
- ✓ +3 milhões de downloads
- ✓ +900 mil acessos de clientes/mês em média¹
- ✓ Média diária contas abertas cresceu 5x no 2T21 vs 1T21
- ✓ Melhora na avaliação dos clientes



Parcerias estratégicas



Ampliamos nossa participação no Portal Solar², consolidando o BV como principal *player* no mercado de financiamento de placas solares no Brasil



Investimos na *fintech* Trademaster com o objetivo de reforçar nossa estratégia no segmento de Pequenas e Médias Empresas (“PME”)

Banking as a Service

74 milhões

de transações realizadas em nossa plataforma BaaS

Crescimento de 308% vs 1S20

Inovação



BV se associa à abstartups se aproximando ainda mais do ecossistema de inovação e empreendedorismo

¹ Considera média do 2º trimestre de 2021

² Transação aguarda aprovação do Banco Central

Destaques
1S21

Estratégia
digital

Cliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negócios

Resultados
1S21

Agradecimentos

Destaques 1S21: Melhoria contínua da experiência dos clientes

Avaliação dos consumidores

ReclameAQUI

Reputação: BOM
7,6/10

reputação de destaque entre os melhores bancos do país¹

consumidor.gov.br
Estará lá. Participe.

Nota do consumidor foi
12,5%

acima da média do setor financeiro¹

Rankings Banco Central

Top 2

no Ranking que avalia a qualidade das Ouvidorias dos bancos²

Menor número

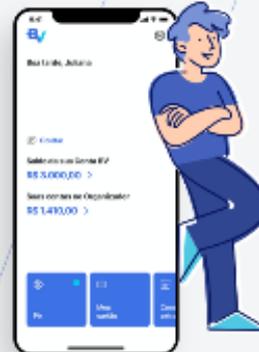
de reclamações por cliente entre os grandes bancos do país²

Autosserviço contribui para melhora na experiência do cliente



83%

dos atendimentos realizados no 1S21 via canais digitais



90%

da produção de crédito pessoal no 1S21 realizada via canais digitais

¹ Considera os maiores bancos em número de ativos (fontes: Reclame Aqui e Consumidor.gov);

² Ranking ref ao 2º trimestre 2021. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/>

Destaques 1S21	Estratégia digital	Cliente no centro da estratégia	ESG	Portfólio diversificado de negócios	Resultados 1S21	Agradecimentos
-----------------------	---------------------------	--	------------	--	------------------------	-----------------------

Destaques 1S21: ESG

Compromisso ESG 2030: Pacto por um futuro mais leve

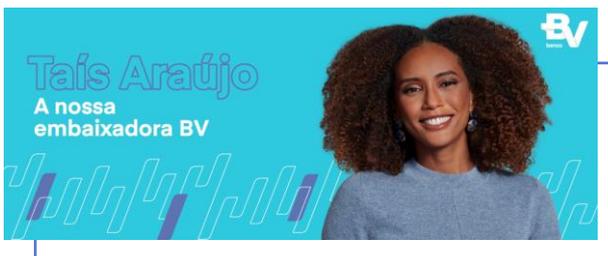
Nossas metas estão alinhadas com os ODS¹ da ONU, dos quais somos signatários

Em maio, anunciamos os "Compromissos 2030 para um futuro mais leve", que reúne 5 metas públicas que vão direcionar as ações do banco nas áreas ambiental, social e de governança (ESG).

Neutralizar nosso impacto ambiental	Acelerar a inclusão social	Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis
1. Efetuar 100% da compensação de CO ₂ do nosso principal negócio, o financiamento de veículos usados	3. Atingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino;	5. Financiar e distribuir em mercado de capitais R\$ 80 bilhões para negócios ESG
2. Compensar 100% das emissões de GEE ² diretas do BV	4. Garantir participação de 35% de negros no quadro de colaboradores do BV	

Taís Araújo é a nova embaixadora do banco BV

Além de participar da divulgação de nossas iniciativas ESG, ela também nos apoiará na criação de soluções que tornem mais tranquila a vida das pessoas e empresas



Emissão de R\$ 500 milhões em Letras Financeiras Verdes

Os recursos captados serão destinados ao financiamento de projetos de energia solar



Carbon free

469 mil veículos já foram incluídos no programa e terão 100% de suas emissões de CO₂ compensadas

Combate à pandemia

R\$ 1,3 milhão arrecadados na nova campanha para combate ao Coronavírus, com impacto em + de 15 mil pessoas

Elas por elas 2.0

Lançamos a 2ª edição do Programa de Estágio voltado 100% para mulheres cis ou trans

Lugar de mãe é no BV

Projeto voltado para contratação de mães que querem retomar suas carreiras depois de terem filhos

¹ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

² Gases do Efeito Estufa

Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Estratégia digital

App / Conta digital BV

Tivemos avanços importantes na estratégia do nosso **app banco BV** durante o 1S21. O app oferece uma experiência intuitiva em que os clientes podem gerenciar todos os seus produtos contratados com o banco em um único lugar. Com isso, clientes de cartão de crédito podem acessar e integrar na mesma plataforma os serviços de seu cartão, como cartão virtual e fatura em tempo real. Já os clientes atuais de financiamento de veículos BV acompanham seu contrato, emitem segunda via de seu boleto, renegociam suas parcelas de forma digital, trazendo mais praticidade para o seu dia a dia.

O app também traz uma nova solução para nossos clientes, a **Conta digital BV**. A proposta de valor da conta é de ajudar nossos clientes em sua organização financeira. A conta BV é 100% gratuita e fornece pacotes de serviços como PIX e transferências, pagamentos e saques na rede Tecban (Banco24Horas). E com o cartão múltiplo da conta BV, o cliente poderá pagar boletos com até 40 dias a mais além da data de vencimento, sem juros e sem taxas. Para opção de investimento e rentabilidade, a conta BV oferece a oportunidade de guardar dinheiro em envelopes customizados por objetivos de vida dos clientes e que rendem 100% do CDI.

Tais iniciativas resultaram num crescimento expressivo na quantidade de downloads, usuários e acessos à plataforma. Até o encerramento do 1S21, o app já teve mais de 3 milhões de downloads. Durante o 2º trimestre de 2021, uma média de 900 mil clientes acessaram a plataforma por mês e a média diária de novas contas abertas cresceu 5 vezes em relação ao 1T21.

RATINGS

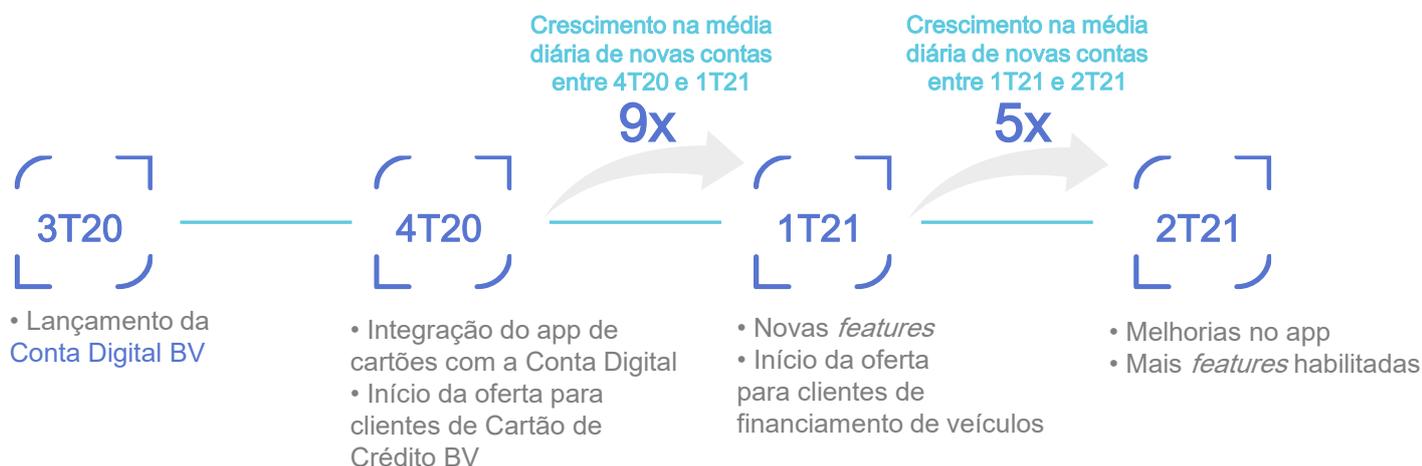


4,2



4,3

+3 milhões
de downloads
900 mil
clientes acessaram a
plataforma por mês¹



¹ Média do 2º trimestre de 2021



BV^x Unidade de negócios de inovação

A estratégia digital do BV passa pela busca incessante de melhores serviços e experiências aos nossos clientes, sempre tendo a inovação como ferramenta. A BV^x, nossa unidade de negócios de inovação, tem a missão de gerar valor por meio da conexão com o ecossistema de startups, por meio de cocriação, desenvolvimentos proprietários e investimentos em parcerias estratégicas e atua em 3 frentes: i) Corporate venture capital; ii) BV Open e; iii) BV Lab (laboratório de inovação).

I. Corporate Venture Capital e parcerias estratégicas

Investimos e estabelecemos parcerias com *fintechs* e outras *startups* que tenham sinergias com o BV e que complementem o portfólio de soluções aos clientes do banco. **Durante o 1S21, destacamos:**



Ampliamos nossa participação no **Portal Solar¹**, consolidando o BV como principal player no segmento de financiamento de painéis solares no Brasil. Além do grande potencial da energia solar no país, o investimento está em linha com nossa agenda ESG. O Portal Solar é o primeiro e maior portal especializado em energia solar do Brasil.



Investimos na **Trademaster** com o objetivo de reforçar nossa estratégia no segmento de PME's². A *fintech* já atende a mais de 450 mil pequenos e médios varejistas, alavancando as vendas de toda a cadeia de distribuição por meio de acesso a crédito, prazo e melhores condições comerciais, junto às grandes indústrias e seus distribuidores.

Entre investidas diretas e parcerias para cocriação e lead/distribuição de produtos, contávamos com aproximadamente 30 empresas inovadoras enriquecendo nosso ecossistema no encerramento do 1S21.

~30 parcerias
para cocriação e
lead/distribuição de produtos



Obs: visão não exaustiva da BV^x

¹ Transação aguarda aprovação do Banco Central

² Pequenas e médias empresas



II. BV Open: Plataforma de parcerias via APIs do banco BV

O BV Open reúne um conjunto de APIs proprietárias (“*Application Programming Interface*” que significa em tradução para o português “Interface de Programação de Aplicativos”). Isso permite que parceiros de negócios (incluindo *startups*) integrem-se a nós de forma ágil e eficaz e que usufruam da nossa estrutura bancária, serviços de liquidação e custódia e outros produtos financeiros, através de uma base *white-label* para oferecer aos seus clientes serviços bancários digitais com suas próprias marcas.

A plataforma BV Open desempenha um importante papel na estratégia de diversificação de receitas do banco BV, atuando como canal de distribuição dos nossos serviços. Oferecemos aos nossos parceiros e clientes as seguintes soluções BV Open: *BaaS (Banking as a Service)*, *CaaS (Credit as a Service)* e *IaaS (Investment as a Service)*.

Atualmente, **47 parceiros** dos mais variados segmentos como educação, energia, saúde e e-commerce utilizam os serviços de nossa plataforma BV Open.



47 parceiros

utilizam os serviços de nossa plataforma BV Open

O Programa de Fidelidade **Abastece Aí**, dos postos Ipiranga, é nosso **parceiro do BaaS**, e oferecemos os serviços de banco liquidante para a estrutura de *wallet* digital do Programa. Durante o 1S21, destacamos o crescimento expressivo na abertura de contas pelos clientes do Abastece Aí, encerrando o período com 3,5 milhões de contas abertas.



3,5 milhões

de contas abertas para nosso parceiro do BaaS

Outro destaque foi a volumetria¹ (quantidade de transações) realizada em nossa plataforma *Banking as a Service* (BaaS), que **atingiu 74 milhões de transações** durante o 1S21, **crescimento de 308%** sobre o 1S20, impulsionado pelo Pix, meio de pagamentos instantâneo lançado no final de 2020.



74 milhões

de transações realizadas em nossa plataforma BaaS

Open banking

O Open Banking é o compartilhamento padronizado de dados sobre produtos, informações financeiras e serviços pelas instituições autorizadas pelo Banco Central. A partir da fase 2 - que foi replanejada para agosto de 2021 - o cliente poderá dar o consentimento para compartilhamento dos seus dados cadastrais e informações de contas bancárias e operações de crédito com outras instituições financeiras. No BV, nós entendemos que o Open Banking representa uma evolução importante para a indústria financeira e essa mudança traz uma janela de oportunidades de expansão e inovação para o BV nos próximos anos. O Banco é um dos pioneiros na utilização de APIs para facilitar a conexão com parceiros de negócios, possuindo atualmente uma das maiores plataformas de *Banking as a Service* do Brasil (BV Open). Para mais informações, acesse www.bvopen.com.br

¹Inclui registro e pagamento de boletos, TED e Pix

Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

III. BV Lab: Laboratório de Inovação

Destacamos também as soluções desenvolvidas no BV Lab, nosso laboratório de inovação que utiliza tecnologia, dados e o poder do ecossistema para criar protótipos e experimentar novas soluções.

No intuito de estarmos mais próximos de quem inova, colaborar com o empreendedorismo brasileiro e tornar mais tranquila a vida das pessoas, **durante o 1S21 nos juntamos à Abstartups, maior associação de startups do Brasil**, responsável pelo CASE – Conferência Anual de Startups e Empreendedorismo, maior evento do segmento da América Latina, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo nacional e transformar o setor financeiro através da inovação.

Dando continuidade as ações do BV Lab em Israel, firmamos uma parceria chave com a StartUp Nation Central (SNC), uma organização sem fins lucrativos que conecta o ecossistema de inovação de Israel a parceiros de grande potencial no mercado global.

O BV foi escolhido para ser parceiro estratégico da SNC devido ao seu histórico compromisso com a inovação aberta e sua intensa agenda digital. Israel tem a maior concentração per capita de startups do mundo: uma a cada 400 pessoas.

Inovação aberta

Seguindo nossa vocação para parcerias digitais, realizamos mais um batch do programa institucional de inovação aberta, o BV/lab Facilita. O programa conta com o apoio do Distrito, ABFintechs, ABStartups e fundos de investimentos. No período, estabelecemos novas conexões com startups digitais como a TAMR (EUA), FhincK (BRA), D1 (BRA), Talent Academy (BRA). Acreditamos que a ampliação do relacionamento com os diferentes atores do ecossistema de inovação acelera a agenda tecnológica do banco.



Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Cliente no centro da nossa estratégia

No banco BV, estamos certos de que o cliente está no centro da nossa estratégia. O ano de 2020 foi bastante desafiador devido à pandemia, e oferecemos a prorrogação de parcelas sem o acréscimo de juros, proporcionando alívio financeiro para mais de 800 mil clientes. Em 2021, dada a continuidade do cenário trazido pela pandemia, mantivemo-nos próximos aos nossos clientes, oferecendo soluções inovadoras e contribuindo para **tornar mais tranquila a vida financeira de pessoas e empresas**.

O desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades das pessoas e empresas, aliado à constante melhoria da experiência na utilização de nossos canais, contribui para a satisfação dos nossos clientes. No canal Reclame Aqui permanecemos com a reputação “Bom” no 1S21, com um índice de 7.6/10, uma das melhores avaliações na indústria financeira. No Ranking de Reclamações do Banco Central, tivemos o menor número de reclamações procedentes por milhão de clientes entre os grandes bancos no 1S21, e novamente somos top 2 no Ranking de Qualidade de Ouvidorias. Registramos boa avaliação dos clientes na plataforma Consumidor.gov, fechando o semestre com a nota de 2.9/5, 12,5% acima da média do mercado financeiro (média das avaliações dos bancos, financeiras e administradoras de cartões).

Reclame Aqui

BOM



7.6/10

Menor número

de reclamações no Bacen
por cliente entre os
grandes bancos do país¹

Top 2

no Ranking de
Qualidade de
Ouvidorias do Bacen

Clientes mais digitais

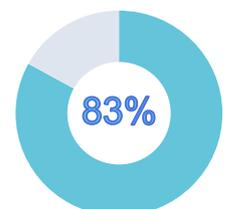
Os clientes da indústria financeira preferem cada vez mais o uso dos canais digitais. Desde 2014, o BV já vinha fazendo grandes investimentos na transformação digital dos seus negócios. Com a maior intensidade desse movimento após o início da pandemia, aceleramos nossa transformação digital e ampliamos investimentos em soluções e canais.

Durante o 1S21, tivemos avanços importantes na estratégia de nossa **Conta Digital BV**, com novas funcionalidades e melhorias no App (mais detalhes da Conta Digital na seção “Estratégia Digital” deste Relatório). Também observamos um crescimento expressivo na utilização dos canais digitais pelos clientes, seja para suporte, realizar transações, simulações de financiamento e adquirir produtos. No período, tivemos mais de 1,7 milhão² de acessos na Minha BV e/ou app, com 83% dos atendimentos aos clientes realizados via canais digitais.

1,7 milhão de
acessos²



dos clientes na
Minha BV e/ou App
+35% vs 1S20



dos atendimento
via canais digitais
vs 70% no 1S20

¹ Em número de ativos

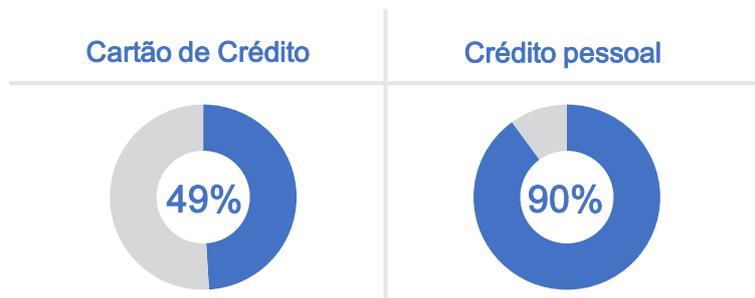
² Clientes únicos que utilizaram os canais digitais web e/ou App no semestre



Outro dado que evidencia o maior engajamento digital dos clientes é o percentual de negócios concretizados através dos nossos canais digitais. O financiamento de veículos oriundo de leads digitais cresceu 50% vs o 1S20. A venda de cartões BV já é 49% digital, contra 18% no 1S20. Por fim, o crédito pessoal tem 90% da produção digital (70% no mesmo período de 2020), seja nos canais próprios do BV, seja nos canais dos nossos parceiros digitais.

+50%
crescimento na
originação de
financiamento de
veículos via leads digitais

% da produção oriunda de canais digitais no 1º semestre de 2021



Esteira de financiamento de veículos 100% digital

Nossa esteira de financiamento de veículos é 100% digital, desde a simulação do negócio, passando pela assinatura do contrato, até o pagamento das parcelas. O processo de análise de crédito tem 98% de respostas automáticas em menos de 1 minuto, o que garante agilidade para nosso parceiro lojista e satisfação para nosso cliente.

Simulação do financiamento

+8,3 milhões de simulações realizadas no 1S21



Análise de crédito

98% de respostas automáticas
< 1 min tempo de resposta

Assinatura do contrato

Assinatura com biometria eliminando a burocracia

Gestão do contrato / pagamento do boleto

App banco BV permite o pagamento do boleto e o acompanhamento do contrato

Desenvolvemos um novo simulador para nossos parceiros lojistas, proporcionando melhor experiência do lojista e ganho de eficiência no processo de análise. Reforçamos investimentos para expandir as vendas via canais digitais e ampliamos nossas parcerias digitais, que hoje incluem: Icarros, Meu Carro Novo, Mercado Livre e Mobiauto. Durante o 1S21, registramos 8,3 milhões de simulações de financiamento de veículos, sendo que 36% das simulações foram realizadas nos canais digitais (site BV e parceiros digitais), comparado a 18% no 1S20.

8,3 milhões
de simulações de financiamento de veículos realizadas no 1S21
+29% vs 1S20

36%
das simulações realizadas nos canais digitais
vs 18% no 1S20

Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

ESG (Ambiental, Social e Governança)

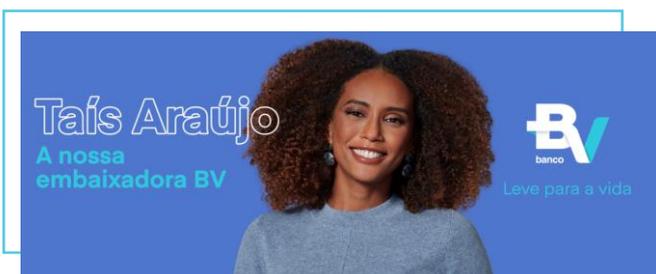
Compromisso ESG 2030: Pacto por um futuro mais leve

Para nós, sustentabilidade é o desenvolvimento e execução de ações perenes, que reafirmam nosso compromisso com o desenvolvimento do Brasil, diminuam o impacto no meio ambiente e garantam uma gestão mais leve e ampliada de riscos e oportunidades para nossos clientes e colaboradores. Essa aspiração inclui 3 pilares de atuação: **1) Neutralizar nosso impacto ambiental;** **2) Acelerar a inclusão social** e; **3) Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis.**

Para reforçar esses pilares e o nosso propósito de tornar mais leve a vida financeira das pessoas e empresas, precisamos garantir que os negócios sejam feitos de forma sustentável, por isso, em maio deste ano, divulgamos o nosso **“Pacto BV para um futuro mais leve”**, onde assumimos **5 compromissos públicos em ações ESG a serem atingidos até 2030**, que são:

01 Neutralizar nosso impacto ambiental	02 Acelerar a inclusão social	03 Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis
 <ol style="list-style-type: none"> Efetuar 100% da compensação de CO₂ do nosso principal negócio, o financiamento de veículos usados Compensar 100% das emissões de GEE¹ diretas do BV 	 <p>Nos comprometemos até 2030 a:</p> <ol style="list-style-type: none"> Atingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino Garantir a participação de 35% de negros no quadro de colaboradores do BV 	 <ol style="list-style-type: none"> Financiar e distribuir em mercado de capitais R\$ 80 bilhões para negócios ESG

Taís Araújo é a nova embaixadora do banco BV



Além de participar da divulgação de nossas iniciativas ESG, ela também nos apoiará na criação de **soluções** que tornem mais tranquila a vida das pessoas e empresas. Atuante em frentes ambientais e de impacto social, a atriz chega com grande conexão aos propósitos do BV, que tem pilares dessas áreas presentes em sua trajetória desde sua fundação.

¹ Gases do Efeito Estufa



Ambiental

Cumprindo o nosso “**Pacto BV para um futuro mais leve**”, em que temos como meta **compensar 100% das emissões de CO₂** dos automóveis que financiarmos a partir de 2021 (e dos clientes anteriores a este período que aderirem ao programa), já fazem parte 469 mil veículos, que representam 212 mil toneladas de CO₂eq¹. Adicionalmente, compensamos 100% de nossas emissões diretas de GEE², equivalentes a 3,1 mil toneladas, referentes ao ano de 2020.



469 mil

veículos já foram incluídos no programa e terão suas emissões compensadas



212 mil

toneladas de CO₂ serão compensadas referentes aos veículos financiados pelo BV



3,1 mil

toneladas de CO₂ foram compensadas referentes às nossas emissões diretas



Em relação aos nossos negócios sustentáveis, após a primeira emissão, em 2020, de um título verde (*green bond*) por um banco privado brasileiro certificado no mercado externo, durante o 1S21 fizemos a emissão de uma **Letra Financeira Verde**, no valor de **R\$ 500 milhões**, que serão destinados ao financiamento de projetos de energia solar.

Durante o semestre, ampliamos ainda mais o **financiamento de placas solares, com crescimento de 237%** na carteira vs o primeiro semestre de 2020, atingindo R\$ 1,5 bilhão. Por fim, lançamos uma linha com taxas e prazos diferenciados para o financiamento de carros elétricos e híbridos.

R\$ 1,5 bi
Carteira de financiamento de placas solares
+237% vs 1S20

¹ Equivalência em dióxido de carbono

² Gases do Efeito Estufa

Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Social

Nova campanha de doação para combate à pandemia

Em 2020, destinamos mais de R\$ 32 milhões para apoio aos hospitais e ajudamos mais de 600 mil pessoas a enfrentarem os impactos da crise causados pela pandemia. Em março deste ano, realizamos uma **segunda campanha de mobilização social** para arrecadarmos doações para beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Convidamos clientes, parceiros e sociedade, pessoas físicas e jurídicas, para se engajarem na arrecadação, por meio da qual contribuimos com a mesma quantia depositada: a cada R\$ 1 doado, duplicamos a doação. Finalizamos a campanha no final de junho. No total, foram arrecadados R\$ 1,3 milhão os quais já beneficiaram mais de 15 mil pessoas.



R\$ 1,3 milhão

arrecadados na segunda
campanha de doação



+15 mil

Pessoas beneficiadas
pelas nossas doações

As doações estão sendo feitas por meio de vales alimentação destinados às famílias, e contamos com parcerias como a Gerando Falcões, ecossistema de desenvolvimento social que atua por meio da estratégia de rede em periferias e favelas de todo o Brasil; a CUFA (Central Única das Favelas), organização brasileira reconhecida nos âmbitos social, esportivo e cultural; além de outras instituições com atuação direta no apoio a famílias em estado de vulnerabilidade social.

Compensa

abraçar esta causa e
apoiar quem mais precisa

A cada R\$ 1 doado, nós doaremos mais R\$ 1*.
Doe agora: bancobv.abraceumacausa.com.br

*Até atingirmos o total de R\$ 1,5 milhão.



*Imagem acima refere-se ao anúncio sobre o início da segunda fase da campanha de doação

Destaques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Social – Compromissos de diversidade e inclusão

Somos parte de uma sociedade desigual e reconhecemos nossa responsabilidade em sermos um agente de mudança. Um dos pilares de atuação de nossos **Compromissos 2030 para um futuro mais leve** é acelerar a **inclusão social**. Queremos garantir que a diversidade presente na sociedade esteja representada entre nossos colaboradores. Portanto, nos **comprometemos até 2030 a:**



Atingir **50% de cargos de liderança** ocupados por pessoas que se identifiquem com o **gênero feminino**



Garantir a participação de **35% de negros** no quadro de colaboradores do BV

Iniciativas no 1S21:

Elas por elas 2.0

Durante o 1S21, lançamos a segunda edição do programa “Elas por Elas”, programa de estágio que conta com vagas em diferentes áreas, 100% exclusivas para mulheres cis e trans. Tivemos mais de 3.200 inscrições, para um total de 67 vagas, o que representa cerca de 48 candidatas por vaga.



Lugar de mãe é no BV

Lançamos o “Lugar de mãe é no BV”, projeto de recrutamento que convida as mães afastadas do mercado de trabalho a lançarem um novo olhar sobre as suas carreiras e assumirem cargos de especialista ou liderança aqui no BV.

BV a bordo

Acreditamos que sempre compensa estar ao lado de quem a gente ama, principalmente nos primeiros passos. Por isso, criamos o “BV a bordo”, iniciativa para estimular a parentalidade ativa de todos os colaboradores que tiverem filhos, desde o pré-nascimento ou adoção até o retorno ao trabalho, sem distinções de gênero ou orientação sexual.

Pesquisa de clima GPTW 2021

Pela primeira vez **aberta a todos os colaboradores**, a pesquisa de clima GPTW serviu para termos uma visão mais abrangente e acurada do impacto das nossas ações no ambiente de trabalho e na evolução da nossa cultura. Tivemos a participação de 75% dos colaboradores e registramos 89% de favorabilidade, renovando nosso selo de empresa “*Great Place to Work*”.

89%
Favorabilidade

Renovando o selo de empresa
“*Great Place to Work*”

As ações de diversidade e inclusão
refletem no elevado nível de satisfação de
nossos colaboradores



Governança Corporativa

O banco BV tem uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhada às melhores práticas de mercado, comprometendo-se com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade corporativa, bem como adota padrões de boas práticas em linha com as Leis Anticorrupção e de responsabilidade socioambiental. O organograma abaixo elenca os órgãos de Governança do BV:



Abaixo, a estrutura acionária do banco:



A administração do banco BV é compartilhada entre os acionistas Votorantim Finanças e Banco do Brasil, com participação paritária no Conselho de Administração (CA). O CA é composto por 7 membros, sendo 3 membros indicados por cada um dos acionistas controladores e 1 membro independente¹. As reuniões do CA ocorrem, no mínimo, seis vezes ao ano, sendo que as decisões são tomadas por maioria absoluta, inexistindo voto de qualidade. Na Assembleia Geral, realizada em abril de 2021, houve eleição do órgão para o novo mandato que vigorará até a Assembleia Geral de 2023, com a seguinte composição:

Membro	Cargo
Fausto de Andrade Ribeiro	Presidente
João Henrique B. Schmidt	Vice-Presidente
José R. Fagonde Forni	Conselheiro
José Luiz Majolo	Conselheiro
Carlos Renato Bonetti ²	Conselheiro
Renato Naegele ²	Conselheiro
Jairo Sampaio Saddi	Conselheiro
Andrea da Motta Chamma	Conselheira independente

¹ O conselheiro independente é escolhido de comum acordo pelos acionistas.

² Em Assembleia realizada em 01/07/2021 foi eleito Renato Naegele (pendente de homologação pelo Banco Central), em substituição ao Carlos Renato Bonetti, que permanece no cargo até a posse de seu substituto.

Destaques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Portfólio diversificado de negócios

Portfólio multinicho de negócios com ampla oferta de produtos no Varejo e Atacado, suportados pela nossa unidade de inovação BV^x, que nos garante diversificação das fontes de receitas e importantes sinergias entre as diversas atividades que desempenhamos.

Varejo

Financiamento de veículos

- Líder no segmento de leves usados
- Capilaridade (+21,4 mil *dealers*)
- Inovação e transformação digital
- Contratação 100% digital
- 98% de respostas automáticas

Outros negócios

- **Cartão de crédito:** +1 milhão de clientes. Bandeiras Mastercard, Visa e Elo
- **Corretagem de Seguros:** Auto, prestamista, residencial, vida, odontológico, cartão e assistências (residencial, funeral, pet)
- **Financiamento de placas solares:** crescimento de 237% vs 1S20 na carteira
- **Empréstimos:** Crédito pessoal, consignado privado, crédito com veículo em garantia, *home equity*, financiamento estudantil, turismo e procedimentos médicos

Atacado

Corporate & Investment banking

Corporate Banking

- Corporate (> R\$ 300 milhões)
- Large Corporate (> R\$ 1,5 bilhão)
- PME (antecipação de recebíveis)

Crescimento Corporate: +25,2% vs 1S20 e já representa 48,1% da carteira classificada do Atacado

Banking as a Service (BaaS)

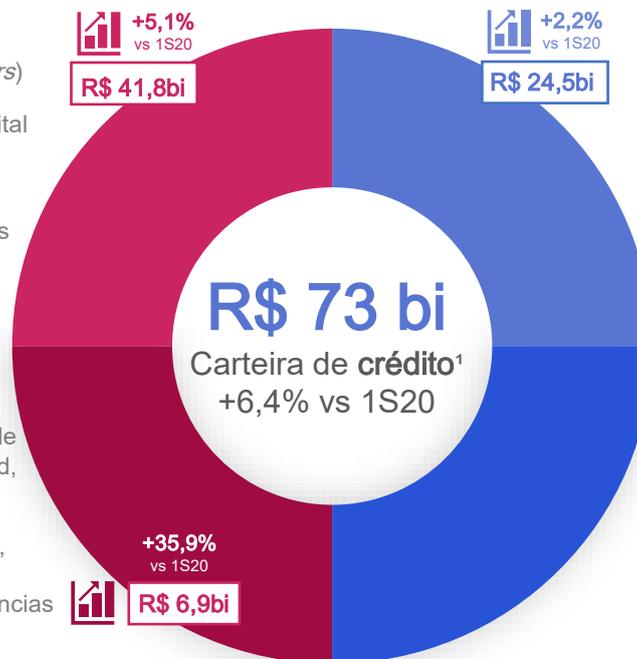
- Banco liquidante e custodiante para *fintechs* e *startups*

Wealth management

BV Asset

- R\$ 48 bilhões sob gestão (AuM)
- Posição de destaque em fundos estruturados
- 8ª maior gestora de fundos imobiliários (ranking Anbima)
- 48% dos fundos lastreados em ativos da economia real

- **Private Bank:** soluções customizadas para clientes de alta renda



Unidade de Negócios de Inovação

1 - Carteira de crédito ampliada (inclui garantias prestadas e títulos privados)

Destaques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Resultados 1S21

Reconciliação entre Resultado Contábil e Gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas realocações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado, sem impacto no lucro líquido. Essas realocações referem-se a:

- Despesas relacionadas a provisões (cíveis, trabalhistas e fiscais) realocadas de “(Provisão) / reversão para passivos contingentes” e “Despesas de Pessoal” para “Outras Receitas (Despesas)”
- Custos e receitas operacionais da controlada Promotiva S.A. realocados de “Outras receitas/(Despesas)” para “Receitas de Prestação de Serviços”
- “Descontos concedidos” realocados da “Margem Financeira Bruta” para “Custo de Crédito”
- Custos diretamente relacionados à geração de negócios realocados de “Despesas Administrativas” para “Outras Receitas/(Despesas)”
- Efeitos fiscais e tributários do hedge referente às variações cambiais de investimentos no exterior que são contabilizados em “Despesas Tributárias” (PIS e COFINS) e “Imposto de Renda e Contribuição Social” foram realocados para “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Além dos ajustes gerenciais descritos acima, os números apresentados nesta seção do Relatório seguem a visão dos Resultados Recorrentes. Mais detalhes desta visão estão disponíveis na Nota Explicativa 6 “Resultados recorrentes e não recorrentes” .

Demonstração dos Resultados do Exercício (R\$ Milhões)	1S21 Contábil	Efeitos não Recorrentes	Reclassificações Gerenciais	1S21 Gerencial
Receitas totais (i + ii)	4.646	0	60	4.706
Margem Financeira Bruta (i)	3.446	0	191	3.637
Receita de prestação de serviços e corretagem (ii)	1.200	0	(131)	1.069
Custo de crédito	(954)	0	(161)	(1.115)
Outras Receitas/Despesas	(2.302)	9	76	(2.216)
Despesas de pessoal administrativas	(1.405)	9	290	(1.105)
Despesas tributárias	(249)	0	(43)	(292)
Outras receitas (Despesas)	(649)	0	(171)	(820)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	1.390	9	(25)	1.375
Imposto de renda e contribuição social	(574)	(80)	25	(630)
Lucro Líquido Recorrente	816	(71)	(0)	745

Para uma análise em detalhes dos números apresentados a seguir, recomendamos a leitura deste documento em conjunto com o Relatório Gerencial de Resultados (RGR) do 2T21, disponível em nosso site de Relações com Investidores (ri.bv.com.br/).

Destaques
1S21

Estratégia
digital

Cliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negócios

Resultados
1S21

Agradecimentos

Principais Indicadores

Resultados	1S20	1S21	Δ%
Receitas totais (margem financeira + receita de serviços)	4.208	4.706	11,8%
Margem financeira bruta	3.292	3.637	10,5%
Receita de prestação de serviços e com tarifas	916	1.069	16,6%
Custo de crédito	(1.786)	(1.115)	-37,6%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(1.003)	(1.105)	10,1%
Lucro Líquido Recorrente	441	745	68,9%

Balço patrimonial	1S20	1S21	Δ%
Total de ativos	121.582	118.615	-2,4%
Carteira de crédito ampliada	68.773	73.164	6,4%
Segmento Atacado	23.947	24.463	2,2%
Segmento Varejo	44.826	48.701	8,6%
Recursos captados	76.037	75.848	-0,2%
Patrimônio líquido	10.151	11.671	15,0%
Índice de Basileia (%)	14,4%	15,2%	0,8 p.p.
Índice de Capital Nível I (%)	13,3%	14,7%	1,4 p.p.
Índice de Capital Principal (%)	11,0%	12,7%	1,8 p.p.

Indicadores de desempenho (%)	1S20	1S21	Δ%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ¹ (ROAE) - Ajustado	8,8%	13,6%	4,8 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ² (ROAA)	0,8%	1,3%	0,4 p.p.
Net Interest Margin ³ (NIM) - Clientes	9,7%	9,9%	0,2 p.p.
Net Interest Margin ⁴ (NIM) - Clientes + Mercado	7,0%	7,2%	0,2 p.p.
Índice de Eficiência (IE) – acumulado 12 meses ⁵	31,2%	32,6%	1,4 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	5,2%	3,5%	-1,7 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	183%	242%	58,9 p.p.

Outras informações	1S20	1S21	Δ%
Colaboradores ⁶ (quantidade)	3.979	4.137	4,0%
Ativos sob gestão ⁷ (Wealth)	50.732	48.076	-5,2%

1.Quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio do período. Anualizado; 2.Quociente entre o lucro líquido e os ativos totais médios do período; Anualizado; 3.Quociente entre a margem financeira bruta com Clientes e os ativos médios sensíveis à spreads do período. Anualizado; 4. Quociente entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios do período. Anualizado; 5. IE = despesas de pessoal (não considera demandas trabalhistas) e administrativas / (margem financeira bruta + receita de serviços e tarifas + outras receitas operacionais + outras despesas operacionais – despesas tributárias); 6. Não considera estagiários e estatutários; 7.Inclui fundos onshore (critério ANBIMA) e recursos de clientes private (renda fixa, renda variável e fundos offshore).

Destaques
1S21

Estratégia
digital

Cliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negócios

Resultados
1S21

Agradecimentos

Lucro líquido recorrente

Lucro líquido recorrente atingiu R\$ 745 milhões no 1S21, crescimento de 68,9% em relação ao 1S20, equivalente a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE recorrente) de 13,6% a.a., comparável a R\$ 441 milhões e ROE de 8,8% a.a. no 1S20. A alta no lucro no período foi decorrente, principalmente, da queda no custo de crédito refletindo a melhora nos índices de inadimplência, além da rápida recuperação no financiamento de veículos usados e maior diversificação dos negócios.

Lucro líquido

R\$ 745 mi

+68,9% vs 1S20

ROE

13,6%

vs 8,8% no 1S20

Receitas totais

O total de receitas (que equivale à soma da margem bruta mais as receitas com serviços e seguros) atingiu R\$ 4,7 bilhões no 1S21, 11,8% superior ao 1S20, quando somou R\$ 4,2 bilhões.

Receitas totais

R\$ 4,7 bi

+11,8% vs 1S20

Margem financeira bruta

A margem financeira bruta cresceu 10,5% em relação ao 1S20, para R\$ 3,6 bilhões. A expansão de 9,4% na margem financeira com clientes reflete principalmente a expansão de 6,4% na carteira de crédito. O NIM de clientes foi de 9,9% no período, comparado a 9,7% no 1S20. Já o crescimento de 19,6% na margem financeira com o mercado é decorrente, principalmente, do resultado positivo das posições estruturais de hedge, parcialmente compensado pelo menor resultado da aplicação do patrimônio líquido.

Margem
Financeira

R\$ 3,6 bi

+10,5% vs 1S20

NIM clientes

9,9%

vs 9,7% no 1S20

Custo de Crédito

O custo de crédito recuou 37,6% em relação ao 1S20, para R\$ 1,1 bilhão, explicado pelo menor nível de provisões, refletindo a melhora nos indicadores de inadimplência após a retomada na atividade econômica, favorecida, dentre outros, pelo avanço do programa de vacinação. As provisões prudenciais constituídas durante o 1S20 para fazer frente ao cenário de maior incerteza naquele período, parcialmente revertidas, também contribuiu para a queda no custo de crédito no 1S21. Com isso, o custo de crédito sobre a carteira variou de 5,3% no 1S20 para 3,1% no 1S21.

Custo de crédito

R\$ 1,1 bi

-37,6% vs 1S20

Custo de
crédito/carteira

3,1%

vs 5,3% no 1S20

Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Despesas administrativas e de pessoal

As despesas administrativas e de pessoal cresceram 10,1% no 1S21, para R\$ 1,1 bilhão. No período, houve alta de 21,2% nas despesas com pessoal, explicado principalmente pelo aumento na estrutura para fazer frente à estratégia digital do Banco, com investimentos no banco digital, tecnologia (incluindo *cloud* e *insourcing*), além da frente de novos negócios. Também contribuiu para o aumento das despesas o ajuste realizado nas provisões para remuneração variável, refletindo a melhora nos resultados do banco. Já as despesas administrativas (excluindo depreciação e amortização) recuaram 3,7% no período, mesmo com a inflação (IPCA) de 8,4% nos últimos 12 meses, reflexo do rígido controle da base de despesas do Banco.

Índice de eficiência

O Índice de Eficiência ("IE") encerrou o 1S21 em 32,6%, 1,4 p.p. acima do IE do 1S20. Apesar da melhora do indicador nos últimos trimestres, o aumento observado ainda reflete os trimestres mais afetados pela pandemia, já que considera os últimos 12 meses. Eficiência segue sendo pilar fundamental da estratégia do banco BV.

Carteira de crédito

A carteira de crédito ampliada encerrou o 1S21 em R\$ 73,2 bilhões, crescimento de 6,4% quando comparada ao mesmo período de 2020, refletindo evoluções estratégicas importantes, tanto no Varejo, como no Atacado.

Varejo

A carteira do Varejo cresceu 8,6% em relação ao 1S20, para R\$ 48,7 bilhões. No período, tivemos avanços importantes na estratégia de diversificação, ao passo que mantivemos a liderança no financiamento de veículos. Na frente de diversificação, destaque para o crescimento de 237% no financiamento de placas solares, portfólio que já alcançou R\$ 1,5 bilhão, além da expansão de 34,2% na carteira de cartão de crédito, influenciado pelo aprimoramento no portfólio de Cartões, melhorias na esteira de vendas nos canais digitais e estratégia comercial. No segmento de veículos, registramos crescimento de 5,1% sobre o 1S20, com a carteira atingindo R\$ 41,8 bilhões. Destaque para a produção recorde de R\$ 11,5 bilhões no semestre, alta de 41,4% comparado ao 1S20.

+237%
crescimento na
carteira de
placas solares

**Maior diversificação
e liderança em
veículos¹**

¹ veículos leves usados

Destques
1S21Estratégia
digitalCliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negóciosResultados
1S21

Agradecimentos

Atacado

A carteira do Atacado, por sua vez, cresceu 2,2% em relação ao 1S20, para R\$ 24,5 bilhões (carteira ampliada), com destaque para a maior penetração no segmento Corporate (clientes com faturamento anual entre R\$ 300 milhões e R\$ 1,5 bilhão) e crescimento no segmento de PME's. Ambos destaques estão em linha com a estratégia de maior diversificação e pulverização do risco da carteira e incremento de rentabilidade do portfólio. A carteira Corporate cresceu 25,2% sobre o 1S20, para R\$ 6,5 bilhões, e já representa 48,1% da carteira classificada do Atacado (43,8% no 1S20). Já a carteira de PME's, segmento que iniciamos nossa atuação no final de 2020, com foco no mercado de antecipação de recebíveis, atingiu R\$ 0,9 bilhão.

+25,2%
crescimento na
carteira Corporate

**Maior diversificação
com expansão nos
segmentos
Corporate e PME**

Inadimplência 90 dias

O principal indicador de inadimplência (Inad-90) recuou para 3,5% no encerramento do 1S21, redução de 1,7 p.p. vs o mesmo período de 2020. Tal queda reflete os menores níveis de inadimplência no Varejo com a retomada gradual na atividade econômica, influenciada pelo Programa Nacional de Imunização. A Inad-90 do Varejo encerrou o 1S21 em 4,3%, comparado a 6,0% no 1S20. A Inad-90 do Atacado também apresentou melhora significativa, saindo de 2,1% no encerramento do 1S20 para 0,4% no fim do 1S21.

Funding e liquidez

O total de recursos captados alcançou **R\$ 75,8 bilhões** ao final do 1S21, com instrumentos estáveis de captação representando 59,4% do *funding* total. O banco BV tem mantido sua liquidez em patamares bastante conservadores. O indicador de liquidez LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), cujo objetivo é mensurar a liquidez de curto prazo num cenário de estresse, saltou de 184% no 1S20 para 258% no 1S21. Vale destacar que o mínimo regulatório requerido pelo Banco Central é de 100% para este indicador.

Capital

Os índices de capital seguem sólidos e em patamares conservadores. O **Índice de Basileia atingiu 15,2%** no encerramento do 1S21, comparado a 14,4% no 1S20. O índice de Capital Nível I totalizou 14,7% com 12,7% de Capital Principal e 2,0% de Capital Complementar. Importante destacar que, no encerramento do 1S21, os mínimos regulatórios verificados eram de 9,625% para o Índice de Basileia total e 6,125% para o Capital Principal.

Destaques
1S21

Estratégia
digital

Cliente no
centro da
estratégia

ESG

Portfólio
diversificado
de negócios

Resultados
1S21

Agradecimentos

Agradecimentos

Continuamos comprometidos com nossos pilares estratégicos com foco na solidez financeira, centralidade no cliente, estratégia digital e agenda ESG. Agradecemos aos clientes, parceiros, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Conselho de Administração

Fausto de Andrade Ribeiro	Presidente
João Henrique B. Schmidt	Vice-Presidente
José R. Fagonde Forni	Conselheiro
José Luiz Majolo	Conselheiro
Carlos Renato Bonetti*	Conselheiro
Renato Naegele* ¹	Conselheiro
Jairo Sampaio Saddi	Conselheiro
Andrea da Motta Chamma	Conselheira Independente

Comitê de Auditoria

José Danubio Rozo	Coordenador
Nilson Martiniano Moreira	Membro
Rudinei dos Santos	Membro

Conselho Fiscal

João Batista D. Souza	Presidente
Diogo Mac Cord de Faria	Conselheiro
Célio Faria Júnior	Conselheiro

Contador

Alexei De Bona CRC PR-036459/O-3

Diretoria

Gabriel Ferreira	Diretor-Presidente
Adriana Conde	Diretora Executiva
Alberto Campos	Diretor Executivo
Alexandre Ibrahim	Diretor Executivo
Flávio Suchek	Diretor Executivo
Guilherme Horn	Diretor Executivo
José Roberto Salvini	Diretor Executivo
Roberto Jábali	Diretor Executivo
Rodrigo Tremante	Diretor Executivo
Rogério Monori	Diretor Executivo
Albano Correa	Diretor
Alexandre Zimath	Diretor
Ana Paula Tarcia	Diretora
Celso Rocha	Diretor
Eduardo Teles	Diretor
Marcelo Kenji	Diretor
Ronaldo Helpe ²	Diretor
Edmar Casalatina ³	Diretor
Marcos Barros ³	Diretor
Luiz Sedrani ³	Administrador

* Em Assembleia realizada em 01/07/2021 foi eleito Renato Naegele (pendente de homologação pelo Banco Central), em substituição ao Carlos Renato Bonetti, que permanecerá no cargo até a posse de seu substituto.

¹ Pendente de homologação do Banco Central do Brasil

² Diretor de Relações com Investidores

³ Diretores de sociedades controladas pelo banco BV

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A. Primeiro Semestre de 2021

Introdução

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) 3.198/2004, conforme alterada, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

É órgão de assessoramento do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A. (“Banco”), atua em caráter permanente e com independência. No primeiro semestre de 2021, o Comitê atuou com três membros, sendo um indicado pelo acionista Banco do Brasil S.A. (Gilberto Lourenço da Aparecida), um indicado pela acionista Votorantim Finanças S.A. (José Danúbio Rozo) e um indicado de comum acordo entre os acionistas (Nilson Martiniano Moreira).

Em 30/04/2021, o Conselho de Administração aprovou:

- (i) A eleição de Rudinei dos Santos, indicado de comum acordo pelos acionistas Banco do Brasil S.A. e Votorantim Finanças S.A., como membro qualificado do Comitê, em substituição a Gilberto Lourenço da Aparecida. Rudinei dos Santos foi empossado no cargo em 25/05/2021;
- (ii) A reeleição de José Danúbio Rozo, indicado pela Votorantim Finanças S.A., como coordenador do Comitê; e
- (iii) A reeleição de Nilson Martiniano Moreira, indicado pelo Banco do Brasil S.A., como membro do Comitê. Todos os membros foram eleitos para o mandato que vigorará até a primeira reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do Banco a realizar-se em 2023, sendo que o coordenador permanece em tal função até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022.

O Banco optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução CMN 3.198/2004, pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco e para as sociedades controladas, em conjunto denominados “Conglomerado”. Em conformidade com o Estatuto Social do Banco e seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria tem como atribuições principais, além de outras previstas na legislação ou designadas pelo Conselho de Administração, avaliar a efetividade do sistema de controles internos,

revisar as demonstrações contábeis previamente a sua publicação, avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

As administrações do Banco e de suas sociedades controladas são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades exercidas no período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 03/12/2020, o Comitê de Auditoria realizou 52 reuniões com diversos órgãos e áreas, incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Riscos e de Capital, representantes da alta direção, auditorias interna e independente e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a controles internos, áreas de negócio e produtos, operações, prevenção à lavagem de dinheiro, segurança da informação, recomendações de auditoria interna e independente e órgãos externos de fiscalização.

Nas reuniões com a auditoria interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações, recebeu cópia dos relatórios dos trabalhos realizados e examinou seus resultados. Com a auditoria independente,

acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial, a revisão das demonstrações financeiras referentes ao primeiro semestre de 2021.

Examinou as demonstrações financeiras referentes ao Consolidado Societário, bem como individual do Banco, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes. Examinou, ainda, os Estudos Técnicos de consumo de Crédito Tributário referentes ao primeiro semestre de 2021.

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a) O Sistema de Controles Internos do Conglomerado é efetivo e está adequado ao porte, natureza das operações e apetite a riscos aprovado pelo Conselho de Administração;
- b) A Auditoria Interna desempenha suas atividades de maneira satisfatória, profissional e com independência;
- c) A Auditoria Independente atuou com efetividade e alocou profissionais em número e qualificação adequados ao exame das demonstrações financeiras do período; e
- d) As Demonstrações Contábeis, de 30 de Junho de 2021, referentes ao Consolidado Societário do Banco, bem como a individual, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das sociedades mencionadas naquele período.

São Paulo, 04 de agosto de 2021.

José Danúbio Rozo
Coordenador

Nilson Martiniano Moreira
Membro

Rudinei dos Santos
Membro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

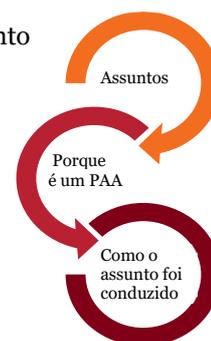
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Votorantim S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 4 (h), 5 (a) e 12 (f))

A mensuração do valor da provisão para perdas associadas ao risco de crédito requer a determinação de premissas e julgamento da administração, que considera o atraso, situação da conjuntura econômica, experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantias, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, alinhadas às regras do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN. Adicionalmente, em decorrência da COVID 19, foram emitidas normas relacionadas aos critérios de flexibilização temporária para a caracterização de um crédito problemático em situações de repactuações e reestruturação de operações de crédito, para fins da mensuração da respectiva provisão.

Considerando a relevância das operações de crédito, o elevado grau de julgamento relacionados à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, definimos esta como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento do ambiente de controles internos e avaliamos os controles relevantes a mensuração e apuração relacionadas as provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

Realizamos testes, em base amostral, sobre as premissas e parâmetros adotados na classificação por níveis de risco, bem como a posição em atraso utilizadas como base para a mensuração da provisão. Realizamos a totalização das bases para recálculo da provisão, de acordo com os critérios estabelecidos pelos normativos da CMN e BACEN.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 4 (f) e (g), 5 (b) e (d), 9 (a), 10 (a) e 29 (d.3))

A mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração na sua mensuração.

Em momentos de alta volatilidade, como decorrente da pandemia da COVID 19 e quando não há preços observáveis ou parâmetros de mercado disponíveis, o gerenciamento de risco de mercado é mais complexo.

Essa é uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos relacionados aos modelos internos para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo. Realizamos testes sobre a efetividade dos controles relevantes na mensuração destes ativos, assim como a aprovação pela administração dos modelos adotados e divulgação requeridas.

Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, analisamos as principais metodologias de valorização desses títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, bem como as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias de mercado. Efetuamos recálculos independentes, em base amostral, da valorização de determinadas operações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos fiscais diferidos – crédito tributário (Notas 4 (q), 5 (c) e 25 (a.2))

Os ativos fiscais diferidos composto pelo crédito tributário, tem como base as diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social e seu registro nas demonstrações contábeis está suportado pelo estudo de realização de lucros tributários futuros.

O referido estudo tem por base projeções advindas do planejamento estratégico, que considera

Obtivemos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação das premissas utilizadas na elaboração do estudo de realização do crédito tributário, bem como seu registro e divulgações de acordo com as normas do CMN e BACEN.

Comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de

Porque é um PAA

premissas de planos de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico, dentre outros, que são aprovados pelos órgãos de governança, conforme requerido pelos normativos do CMN e BACEN.

A projeção dos lucros tributários futuros contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Dessa forma, consideramos essa área como foco de nossa auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários, poderia modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados do estudo com os orçamentos aprovados e o atendimento às regras do CMN e BACEN.

Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros.

As premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são consistentemente aplicadas e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.

Provisões e passivos contingentes (Notas 4 (r) e 28)

O Banco constitui provisões e passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos; em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A administração com base no seu julgamento e por meio da opinião dos seus assessores jurídicos, estima as provisões e passivos contingentes de provável realização. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração da provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos, para processos judiciais de natureza fiscal a provisão é estimada através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado) e para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não

Obtivemos o entendimento dos principais controles para avaliação, classificação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes.

Realizamos procedimentos de confirmação junto aos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos e confrontamos com os controles analíticos da administração.

Realizamos testes, sobre os riscos e valores das causas utilizados nas metodologias de mensuração dos valores provisionados. Para as ações cíveis e trabalhistas de mesma natureza, confrontamos, em base amostral, os valores pagos de casos encerrados com os valores provisionados. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais de natureza tributária analisados de maneira individualizada e contamos com o apoio de nossos especialistas tributários.

Consideramos que nossos procedimento de auditoria proporcionaram evidência apropriada e



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA

seja considerado relevante, a apuração da provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Devido a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos esta como área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

suficiente em relação aos critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição e divulgação da provisão de passivos contingentes.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 29 (c))

O Banco tem um ambiente de negócios altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado volume. A tecnologia da informação representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco.

Os riscos que envolvem a tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, podem eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, incluindo aquelas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cybersecurity. Desta forma, esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos a avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes sobre os principais controles, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, apresentadas como informações suplementares para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os



Banco Votorantim S.A.

critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 6 de agosto de 2020, sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais



Banco Votorantim S.A.

e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Votorantim S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.979.934	5.457.830	4.028.878	4.808.466
Disponibilidades		285.365	487.652	334.309	539.335
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.694.569	4.970.178	3.694.569	4.269.131
Ativos financeiros		102.268.405	98.648.528	105.370.779	101.582.819
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8a	4.984.243	4.988.959	3.394.769	4.991.024
Títulos e valores mobiliários		34.641.363	32.657.421	36.141.523	34.198.210
Carteira de títulos e valores mobiliários	9a	35.551.504	33.595.049	37.051.664	35.135.838
(Provisões para redução ao valor recuperável)	9a	(910.141)	(937.628)	(910.141)	(937.628)
Instrumentos financeiros derivativos	10a	4.579.504	5.081.402	3.956.678	3.621.140
Relações interfinanceiras	11a	868.072	984.105	868.174	984.105
Carteira de crédito	12a	53.860.467	51.834.046	57.097.365	54.428.883
Operações de crédito		53.989.787	52.851.117	55.194.857	53.792.865
Outros créditos com características de concessão de crédito		4.540.578	3.601.821	6.899.836	5.577.846
Operações de arrendamento mercantil		-	-	69.728	73.353
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(4.669.898)	(4.618.892)	(5.067.056)	(5.015.181)
Outros ativos financeiros	13a	3.334.756	3.102.595	3.912.270	3.359.457
Ativos fiscais		6.501.276	7.110.133	7.493.109	8.035.798
Ativos tributários correntes	25a.1	255.934	303.609	312.023	358.504
Ativos fiscais diferidos	25a.2	6.245.342	6.806.524	7.181.086	7.677.294
Investimentos		3.604.662	3.477.873	14.354	19.457
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	3.604.475	3.477.686	14.167	19.270
Outros investimentos	14e	187	187	187	187
Imobilizado de uso	15	82.628	94.427	83.002	95.227
Outras imobilizações de uso		379.256	390.135	388.816	401.544
(Depreciação acumulada)		(296.628)	(295.708)	(305.814)	(306.317)
Intangível e ágio		508.915	397.652	547.606	462.960
Ativos intangíveis	16a	1.136.623	957.987	1.198.989	1.010.073
(Amortização acumulada)	16a	(422.958)	(355.585)	(436.804)	(366.651)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	16a	(204.750)	(204.750)	(214.579)	(214.579)
Ágio deduzido do valor recuperável	16d	-	-	-	34.117
Outros ativos	13a	946.466	1.033.211	1.077.622	1.272.410
TOTAL DO ATIVO		117.892.286	116.219.654	118.615.350	116.277.137

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Passivos financeiros		103.905.846	102.905.467	104.194.468	102.518.146
Depósitos	17a	23.795.809	26.344.211	22.962.575	25.510.391
Captações no mercado aberto	17c	21.460.411	15.639.154	20.109.700	15.028.829
Recursos de aceites e emissão de títulos	19	35.053.611	40.154.521	35.053.611	40.154.521
Relações interfinanceiras	11a	47.373	5.887	2.249.776	1.887.891
Obrigações por empréstimos e repasses	18a	4.197.928	3.745.402	4.197.928	3.745.402
Instrumentos financeiros derivativos	10a	4.175.711	4.629.350	3.937.732	3.605.657
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	20a	3.304.923	3.693.126	3.304.923	3.693.126
Outros passivos financeiros	21a	11.870.080	8.693.816	12.378.223	8.892.329
Passivos fiscais		315.036	472.397	464.127	605.913
Passivos tributários correntes	25b.1	157.036	136.295	302.500	259.497
Obrigações fiscais diferidas	25b.2	158.000	336.102	161.627	346.416
Provisões para contingências	28e	735.432	767.733	780.425	818.698
Outros passivos	21a	1.271.545	1.327.888	1.505.177	1.580.663
Patrimônio líquido		11.664.427	10.746.169	11.671.153	10.753.717
Capital social	24a	8.130.372	8.130.372	8.130.372	8.130.372
Reservas de capital	24b	372.120	372.120	372.120	372.120
Reservas de lucros		2.135.054	2.094.324	2.123.732	2.083.002
Outros resultados abrangentes	24g	253.005	149.353	269.820	168.223
Lucros acumulados		773.876	-	775.109	-
TOTAL DO PASSIVO		117.892.286	116.219.654	118.615.350	116.277.137

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
		1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.264.301	4.469.534	4.602.686	7.469.393
Operações de crédito	12b	3.661.284	473.874	3.985.722	4.153.406
Operações de arrendamento mercantil	12h	-	-	3.642	5.430
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9c	750.034	2.347.678	720.180	1.920.505
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	10h	(630.016)	1.239.096	(589.857)	583.888
Resultado de operações de câmbio	13c	51.092	387.805	51.092	387.805
Resultado das aplicações compulsórias	11d	11.385	21.081	11.385	21.081
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12j.1	420.522	-	420.522	397.278
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.176.925)	(4.742.235)	(1.156.282)	(4.912.825)
Operações de captação no mercado	17d	(1.157.916)	(3.704.668)	(1.137.273)	(3.693.509)
Operações de empréstimos e repasses	18d	154.666	(1.037.567)	154.666	(1.037.567)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12j.1	(173.675)	-	(173.675)	(181.749)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.087.376	(272.701)	3.446.404	2.556.568
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(750.093)	10.777	(953.669)	(1.529.054)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	(712.010)	628	(911.572)	(1.537.542)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	12f.1	7.014	(7.697)	3.000	(9.358)
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	9d	(45.097)	17.846	(45.097)	17.846
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(986.218)	242.487	(931.702)	(819.953)
Receitas de prestação de serviços	22a	197.724	131.851	793.106	656.842
Rendas de tarifas bancárias	22b	341.370	1.108	406.477	371.505
Despesas de pessoal	22c	(457.327)	(42.548)	(558.212)	(427.922)
Outras despesas administrativas	22d	(588.759)	(135.374)	(730.044)	(733.839)
Despesas tributárias	25c	(179.922)	(32.339)	(248.931)	(258.000)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	133.867	322.093	(531)	(1.357)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	28e.3	32.301	(762)	38.273	(6.033)
Outras receitas operacionais	22e	26.039	12.016	48.888	78.074
Outras despesas operacionais	22f	(491.511)	(13.558)	(680.728)	(499.223)
RESULTADO OPERACIONAL		1.351.065	(19.437)	1.561.033	207.561
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	23	14.001	(34.628)	(54.555)	(1.617)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.365.066	(54.065)	1.506.478	205.944
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25d.1	(458.236)	488.238	(574.378)	338.903
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		(92.224)	(24.274)	(116.261)	(101.845)
LUCRO LÍQUIDO		814.606	409.899	815.839	443.002
RESULTADO POR AÇÃO	24e				
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		40,10	20,18		
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		20.314.971	20.314.971		

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
		1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Lucro líquido do período		814.606	409.899	815.839	443.002
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	24g	(134.122)	(65.027)	(136.177)	(120.201)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(202.460)	48.885	(204.515)	44.030
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(40.839)	(161.767)	(40.839)	(212.086)
Efeito fiscal		109.177	47.855	109.177	47.855
Hedge de fluxo de caixa	24g	237.774	16.590	237.774	16.590
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		436.645	30.566	436.645	30.566
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(4.331)	(402)	(4.331)	(402)
Efeito fiscal		(194.540)	(13.574)	(194.540)	(13.574)
Total de outros resultados abrangentes no período		103.652	(48.437)	101.597	(103.611)
Resultado abrangente		918.258	361.462	917.436	339.391

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Eventos	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva legal	Outras reservas			
Saldos em 31.12.2019 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	205.527	1.174.175	(26.737)	-	9.855.457
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	24g	-	-	-	-	(48.437)	-	(48.437)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	409.899	409.899
Destinações:								
Reserva legal	24d	-	-	20.496	-	-	(20.496)	-
Dividendos	24d	-	-	-	-	-	(26.545)	(26.545)
Juros sobre capital próprio	24d	-	-	-	-	-	(47.500)	(47.500)
Saldos em 30.06.2020 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	226.023	1.174.175	(75.174)	315.358	10.142.874
Mutações do período		-	-	20.496	-	(48.437)	315.358	287.417
Saldos em 31.12.2020 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	257.043	1.837.281	149.353	-	10.746.169
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	24g	-	-	-	-	103.652	-	103.652
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	814.606	814.606
Destinações:								
Reserva legal	24d	-	-	40.730	-	-	(40.730)	-
Saldos em 30.06.2021 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	297.773	1.837.281	253.005	773.876	11.664.427
Mutações do período		-	-	40.730	-	103.652	773.876	918.258

⁽¹⁾ Não inclui efeitos de eliminação do resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas descritas na nota 24f.

O Lucro por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado antes dos tributos e participações		1.365.066	(54.065)	1.506.478	205.944
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		808.020	(147.901)	1.238.257	1.875.258
Provisão / (reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	1.011.839	90.330	1.230.439	1.790.298
Provisão / (reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários		(27.487)	(17.846)	(27.487)	(17.846)
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	12f.1	(7.014)	7.697	(3.000)	9.358
Depreciações e amortizações	22d	70.406	11.099	86.695	68.845
Provisão / (reversão de provisão) para perdas de investimentos por incentivos fiscais	23	-	(2.485)	-	(5.931)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	(133.867)	(322.093)	531	1.357
Variação cambial de investimentos no exterior	10h	57.007	(557.966)	57.007	(557.966)
Variação cambial de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	(58.350)	546.267	(58.350)	546.267
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens	23	(9.889)	(1.277)	(9.895)	3.340
Provisão / (reversão de provisão) para desvalorização de outros valores e bens	23	(6.429)	9.142	(4.133)	(29.645)
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	28e.3	(32.301)	762	(38.273)	6.033
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		16.065	(48.691)	16.065	(48.691)
Despesa de juros de obrigações por dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	134.014	158.207	134.014	158.207
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(212.527)	(48.905)	(212.527)	(64.686)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	23	-	27.922	66.427	31.591
Outras receitas e despesas		6.550	-	741	(15.210)
Outros ajustes		3	(64)	3	(63)
Resultado ajustado antes dos tributos e participações		2.173.086	(201.966)	2.744.735	2.081.202
Variações patrimoniais		(1.283.510)	11.594.373	(833.547)	6.318.979
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		4.716	2.389.308	1.596.255	(3.590.188)
(Aumento) / redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(77.019)	(10.710.468)	(94.580)	(10.692.681)
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras		157.519	996.408	477.816	721.742
(Aumento) / redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		(2.974.950)	(563.453)	(3.827.269)	(2.354.847)
(Aumento) / redução em outros ativos		(268.155)	(1.052.922)	(504.284)	(1.048.486)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		126.365	46.754	125.171	23.534
(Redução) / aumento em depósitos		(2.548.402)	8.737.852	(2.547.816)	8.706.103
(Redução) / aumento em captações no mercado aberto		5.821.257	8.901.025	5.080.871	9.429.126
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(5.100.910)	783.940	(5.100.910)	(102.088)
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		452.526	1.398.409	452.526	1.398.409
(Redução) / aumento em outros passivos		3.106.993	730.329	3.511.908	3.949.535
(Redução) / aumento em passivos fiscais		16.550	(62.809)	(3.235)	(121.180)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(149.655)	(9.242)	(295.407)	(315.501)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		739.921	11.383.165	1.615.781	8.084.680
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento					
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(3.948.095)	(3.007.129)	(4.079.918)	(3.010.833)
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(1.604.336)	(933.346)	(1.604.336)	(1.244.848)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(6.935)	(21.469)	(7.147)	(21.590)
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(178.676)	(137.236)	(154.838)	(149.167)
(Aquisição / aumento) de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		(49.929)	(21.006)	(118.862)	(40.788)
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		3.644.613	1.431.094	3.644.191	2.039.846
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		478.182	-	478.182	-
Alienação / redução de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		-	667.634	-	565.481
Alienação / baixa de intangíveis		-	77.624	-	-
Dividendos / juros sobre o capital próprio recebidos ⁽¹⁾		-	-	-	1.767
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.665.176)	(1.943.834)	(1.842.728)	(1.860.132)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos	31e	(72.709)	(25.042)	(72.709)	(25.042)
Liquidação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	(598.401)	(3.407.588)	(598.401)	(3.407.588)
Captação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	122.065	15.000	122.065	15.000
Outras variações em dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	12.469	9.797	12.469	9.797
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(536.576)	(3.407.833)	(536.576)	(3.407.833)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.461.831)	6.031.498	(763.523)	2.816.715
Início do período		5.457.830	2.327.760	4.808.466	1.051.889
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(16.065)	48.691	(16.065)	48.691
Fim do período	7	3.979.934	8.407.949	4.028.878	3.917.295
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.461.831)	6.031.498	(763.523)	2.816.715

⁽¹⁾ Valores líquidos de impostos.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco ⁽¹⁾				Consolidado			
		1º Semestre/ 2021		1º Semestre/ 2020		1º Semestre/ 2021		1º Semestre/ 2020	
Receitas		4.008.432		4.577.499		4.728.034		6.932.341	
Receitas de intermediação financeira		4.264.301		4.469.534		4.602.686		7.469.393	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	22a / 22b	539.094		132.959		1.199.583		1.028.347	
Resultado de provisão para perdas	9d / 12f.1	(750.093)		10.777		(953.669)		(1.529.054)	
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	28e.3	32.301		(762)		38.273		(6.033)	
Outras receitas/(despesas)		(77.171)		(35.009)		(158.839)		(30.312)	
Despesas da intermediação financeira		(1.176.925)		(4.742.235)		(1.156.282)		(4.912.825)	
Insumos adquiridos de terceiros		(864.218)		(116.380)		(1.138.412)		(1.026.697)	
Materiais, água, energia e gás	22d	(2.176)		(1.006)		(2.917)		(4.112)	
Serviços de terceiros	22d	(5.283)		(1.204)		(6.154)		(4.691)	
Comunicações	22d	(13.758)		(753)		(22.568)		(27.218)	
Processamento de dados	22d	(95.193)		(38.164)		(146.563)		(142.619)	
Transportes	22d	(1.715)		(340)		(1.839)		(3.034)	
Serviços de vigilância e segurança	22d	(508)		(433)		(706)		(1.011)	
Serviços técnicos especializados	22d	(240.865)		(36.119)		(272.709)		(241.004)	
Serviços do sistema financeiro	22d	(41.077)		(13.678)		(44.223)		(53.133)	
Propaganda e publicidade	22d	(12.275)		(11.361)		(23.668)		(27.864)	
Emolumentos judiciais e cartorários	22d	(30.852)		(1.206)		(32.311)		(35.139)	
Custos associados à produção – Parceiros comerciais	22f	(374.300)		(1.161)		(527.556)		(392.454)	
Outras	22d	(46.216)		(10.955)		(57.198)		(94.418)	
Valor adicionado bruto		1.967.289		(281.116)		2.433.340		992.819	
Despesas de amortização/depreciação	22d	(70.406)		(11.099)		(86.695)		(68.845)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.896.883		(292.215)		2.346.645		923.974	
Valor adicionado recebido em transferência		133.867		322.093		(531)		(1.357)	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	133.867		322.093		(531)		(1.357)	
Valor adicionado a distribuir		2.030.750	100,00%	29.878	100,00%	2.346.114	100,00%	922.617	100,00%
Valor adicionado distribuído		2.030.750	100,00%	29.878	100,00%	2.346.114	100,00%	922.617	100,00%
Pessoal		475.774	23,43%	42.026	140,66%	583.415	24,87%	450.525	48,83%
Salários, honorários e demandas trabalhistas ⁽²⁾		289.939		(15.070)		355.124		238.203	
Participação nos lucros e resultados		92.224		24.274		116.261		101.845	
Benefícios, treinamentos e outros	22c	68.506		24.630		80.613		82.918	
FGTS		25.077		8.164		31.389		27.531	
Outros encargos		28		28		28		28	
Impostos, taxas e contribuições		711.935	35,06%	(431.103)	-1442,88%	914.367	38,97%	(1.661)	-0,18%
Federais		684.983		(437.306)		871.929		(40.775)	
Estaduais		147		20		147		20	
Municipais		26.805		6.183		42.291		39.094	
Remuneração de capitais de terceiros		28.435	1,40%	9.056	30,31%	32.493	1,38%	30.751	3,33%
Aluguéis	22d	28.435		9.056		32.493		30.751	
Remuneração de capitais próprios		814.606	40,11%	409.899	1371,91%	815.839	34,78%	443.002	48,02%
Dividendos / juros sobre capital próprio		-		74.045		-		74.045	
Lucro retido		814.606		335.854		815.839		368.957	

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação no resultado subsequente de ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽²⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2020, inclui reversão de provisão de despesas de planos de incentivos de longo prazo, referentes a desembolsos, cuja realização não é mais esperada.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (banco BV, Banco Votorantim, Banco, Instituição, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de investimento e de operações de câmbio.

Em dezembro de 2019, o Banco comunicou a mudança da marca Banco Votorantim para banco BV. A abreviação assume o apelido que já era utilizado por muitos de nossos clientes e parceiros. Com isso, o banco BV unifica suas logomarcas em uma só arquitetura, assume a assinatura “leve para a vida” e reforça seu posicionamento tanto no varejo, onde atua, principalmente, no ramo de financiamento de veículos quanto no atacado, onde atua em *corporate* e *wealth management*.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários, de corretagem de seguros, prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado estão descritas na nota explicativa 3.

Desde 2014, o banco BV ampliou seus investimentos em tecnologia e dados, consolidou sua cultura corporativa e diversificou seus negócios tornando-se um dos bancos mais conectados com o ecossistema de *fintechs* e *startups*. Dessa forma, a reestruturação da identidade visual foi o caminho natural para refletir a evolução em todos os segmentos que atua, criando sinergia e lógica entre as marcas e unidades de negócio da Companhia.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a) Banco BV S.A. (antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

Em reunião do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019, foi aprovado o plano para transformação da controlada BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. (BV Leasing) em banco múltiplo, mediante adição de carteira comercial. Este plano foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2020 e, em 19 de agosto de 2020, foram aprovadas as alterações da denominação social da BV Leasing para Banco BV S.A., bem como de seu objeto social para contemplar as atividades da carteira comercial.

b) Cisão parcial e posterior incorporação da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Conforme deliberação das Assembleias Gerais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e do Banco Votorantim S.A., em 31 de julho de 2020, foi aprovada a cisão parcial da BV Financeira com versão da parcela cindida para o Banco Votorantim, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão celebrado entre ambas as sociedades. O acervo líquido incorporado no Banco Votorantim foi avaliado, em 30 de junho de 2020, data base da operação, no valor contábil de R\$ 226.607, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da cisão. A cisão justifica-se pela redistribuição das atividades da BV Financeira, no contexto de reorganização administrativa e operacional dos negócios de tal sociedade, de forma a permitir a sua realocação com maior eficiência e consequente redução dos custos operacionais e administrativos relacionados à manutenção de sua estrutura. O acervo líquido incorporado não implicou em aumento do capital social do Banco Votorantim e, consequentemente, em alteração de seu estatuto social. O Banco Central do Brasil homologou o movimento em 07 de outubro de 2020.

Por conta dessa incorporação do acervo patrimonial cindido da BV Financeira, o Banco Votorantim reconheceu no seu balanço, ainda em 31 de julho de 2020, os efeitos decorrentes de alterações de alíquotas de impostos e créditos tributários entre a BV Financeira e o Banco Votorantim, bem como efeitos de provisões prudenciais, que em conjunto, não geraram efeitos significativos no resultado e patrimônio líquido do Banco Votorantim.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Demonstramos a seguir o acervo patrimonial levantado na data-base 30 de junho de 2020 da BV Financeira que foi cindido e incorporado no Banco Votorantim em 31 de julho de 2020:

Ativos: R\$ 43.895.330

Passivos: R\$ 43.668.723

Patrimônio Líquido: R\$ 226.607

Demonstramos abaixo, os principais montantes da BV Financeira incorporados em 31 de julho de 2020 no balanço patrimonial do Banco Votorantim:

Ativo	31.07.2020	Passivo	31.07.2020
Títulos e valores mobiliários	1.090.846	Depósitos	34.986.406
Carteira de crédito	39.108.135	Provisões para contingências	730.644
Ativos fiscais	2.741.270	Outros passivos	8.066.646
Outros ativos	1.034.386		

Subsequentemente em 31 de agosto de 2020, por deliberação das Assembleias Gerais da BV Financeira e do Banco BV S.A. ("BV S.A.", nova denominação da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.), foi aprovada a incorporação da BV Financeira pelo Banco BV S.A. A incorporação justifica-se pela redistribuição das atividades, no contexto de reorganização administrativa e operacional dos negócios de tal sociedade, de forma a permitir a alocação de negócios digitais em um mesmo veículo legal, facilitando sua gestão e, ainda, permitindo maior eficiência e consequente redução dos custos operacionais e administrativos relacionados à manutenção da estrutura da BV Financeira, extinta em decorrência da incorporação. O Banco Central do Brasil homologou o movimento em 29 de outubro de 2020.

O acervo líquido incorporado no Banco BV S.A. foi avaliado, em 31 de julho de 2020, data base da operação, no valor contábil de R\$ 580.044, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Com a incorporação, o Banco BV S.A. teve seu Capital Social aumentado em R\$ 367.619, totalizando R\$ 1.300.131.

Por conta da incorporação do acervo patrimonial da BV Financeira, o Banco BV S.A. reconheceu no seu balanço, ainda em 31 de agosto de 2020, os efeitos decorrentes de alterações de alíquotas de impostos e créditos tributários entre a BV Financeira e o Banco BV S.A., bem como efeitos de provisões prudenciais, que em conjunto, não geraram efeitos significativos no resultado e patrimônio líquido do Banco BV S.A.

Demonstramos a seguir o acervo patrimonial levantado na data-base 31 de julho de 2020 da BV Financeira que foi incorporado pelo Banco BV S.A. em 31 de agosto de 2020:

Ativos: R\$ 2.528.948

Passivos: R\$ 1.948.904

Patrimônio Líquido: R\$ 580.044

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis consolidadas contemplam as operações realizadas por suas empresas financeiras e não financeiras que compõem o Conglomerado e foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 5.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações de não controladores em fundos qualificados como entidades estruturadas foram reconhecidas como passivos financeiros. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. O processo de consolidação não inclui os fundos de investimentos em participação com características de entidade de capital de risco. Os saldos contábeis da agência do banco BV no exterior foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa 4. A variação cambial das operações no país foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros designados à *hedge* estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de *hedge* desses investimentos e desses instrumentos financeiros.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01.

Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.

Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).

Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.

Resolução CMN nº 4.144/2012 - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro - CPC 00 (R1).

Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46.

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2), Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Eventos subsequentes - CPC 24, e Resultado por ação - CPC 41.

O Conglomerado aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (DVA).

Resoluções do CMN que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Resolução CMN nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).

Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Resolução CMN nº 4.747/2019 - Ativo não circulante mantido para venda - CPC 31.

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstrações consolidadas - CPC 36 (R3).

Mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis

O Conglomerado, a partir das Demonstrações Contábeis de 31 de março de 2020, realizou mudanças na apresentação dessas demonstrações, atendendo aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/2019, substituídas a partir de 01 de janeiro de 2021 pela Resolução CMN nº 4.818/20 e pela Resolução BCB nº 2/2020, respectivamente. As principais mudanças que destacamos (e que permanecem vigentes mesmo com a entrada em vigor das novas Resoluções mencionadas) são:

Balanco Patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas";

- Mudança da alocação do “Resultado de provisão para perdas” passando a ser apresentado logo após “Resultado bruto da intermediação financeira”. A receita de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha;
- Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: “(Provisão)/ reversão de provisão para passivos contingentes”;
- Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como “Receitas e despesas não operacionais”. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”.

Notas explicativas

- Inclusão da nota explicativa 5 “Principais julgamentos e estimativas contábeis”, onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Contábeis.
- Inclusão da nota explicativa 6 “Resultados recorrentes e não recorrentes”, onde são apresentados de forma detalhada componentes do resultado (eventos não recorrentes) que não estão relacionados ou estão relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A dedução desses componentes do resultado contábil reportado é apresentado na referida nota como resultado recorrente.

Adicionalmente, a mencionada Resolução CMN nº 4.818/2020, que consolidou os critérios para elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, incorporou parcialmente o pronunciamento CPC 36 (R3). Em consequência dessa adoção normativa, será requerido que as Demonstrações Contábeis consolidadas societárias de entidades registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, sejam divulgadas exclusivamente no padrão contábil internacional (IFRS), a partir de 1º de janeiro de 2022.

Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução CMN nº 4.817/2019 - incorpora conceitos do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.
- Resolução CMN nº 4.924/2021 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2022, aprova a adoção dos seguintes pronunciamentos, que não haviam sido recepcionados:
 CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para Relatório Financeiro;
 CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; e
 CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Normativos que dependem de regulamentação do Bacen que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis:
CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto:

É aplicado o método de custo ou equivalência patrimonial, conforme regras, para investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Este procedimento, estabelecido nas normas do Bacen, difere do CPC 18 que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o CPC 48, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação.

Investimentos não consolidados devido a não adoção do CPC 18	Atividade	% de participação
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior ⁽¹⁾	Fundo de investimento em participações	100,00%

⁽¹⁾ Fundo de investimento constituído em abril de 2020.

O reconhecimento de despesa de amortização de ágios cujo fundamento econômico seja baseado na expectativa de resultados futuros identificados nas aquisições, difere do disposto no CPC 18, que não permite amortização de ágios desta natureza, sendo esse ativo intangível somente sujeito a testes periódicos de redução ao valor recuperável.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

CPC 48 - Instrumentos financeiros:

A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da entidade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 48, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais.

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

No caso de descontinuidade de *hedge* de fluxo de caixa, o valor acumulado no patrimônio líquido é transferido imediatamente ao resultado do período, diferente do disposto no CPC 48, que prevê o diferimento deste item de acordo com o mesmo período de vencimento das operações que foram objeto de *hedge*. Para fins de *hedge accounting*, o IASB continua a trabalhar no projeto de contabilidade de macro *hedge* e, por este motivo, a norma correspondente ao tema (CPC 48) traz a opção expressa de manutenção dos mesmos requisitos apresentados pela norma antecessora, o CPC 38 - Instrumentos financeiros.

CPC 47 – Receita de contrato com cliente:

A remuneração a correspondentes no país referente à originação de operações de crédito é reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.693/2013. Este procedimento difere do disposto no CPC 47, o qual estabelece que o reconhecimento dessa despesa seja feito de forma diferida pelo prazo da operação.

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 04 de agosto de 2021.

Participações societárias em controladas e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por atividades:

	Atividade	30.06.2021	31.12.2020
		% de Participação	
Instituições financeiras – País			
Banco BV S.A. (antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.) ⁽¹⁾	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. (Votorantim Asset DTVM)	Gestão de recursos de terceiros	100,00%	100,00%
Instituições do mercado segurador			
Votorantim Corretora de Seguros S.A (Votorantim Corretora Seguros)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
Promotiva S.A. (Promotiva)	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Crédito Universitário III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Universitário) ⁽²⁾⁽³⁾	Fundo	90,00%	90,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BV - Crédito de Veículos (FIDC BV) ^{(4) (5)}	Fundo	25,00%	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II (FIDC TM) ⁽⁴⁾	Fundo	100,00%	-
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim BII BTS (BTS) ⁽⁶⁾	Fundo	60,60%	-
Fundo de Investimento Marítimo Renda Fixa (Marítimo) ⁽⁶⁾	Fundo	99,60%	-
Votorantim Securities Master Fundo de Investimento Imobiliário (Master) ⁽⁶⁾	Fundo	88,40%	-
Fundo de Investimento Imobiliário Votorantim Patrimonial (Patrimonial) ⁽⁶⁾	Fundo	99,60%	-
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque) ^{(2) (7)}	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Em 19 de agosto de 2020, foram aprovadas as alterações da denominação social da BV Leasing para Banco BV S.A., bem como de seu objeto social para banco múltiplo (Nota 2a).

⁽²⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽³⁾ Fundo de investimento constituído em setembro de 2020.

⁽⁴⁾ Fundo de investimento constituído em maio de 2021.

⁽⁵⁾ Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, por meio de cotas subordinadas.

⁽⁶⁾ Fundo de investimento passou a integrar os ativos do Conglomerado em junho de 2021.

⁽⁷⁾ Em fevereiro de 2020, a BVEP realizou uma transação de troca de ativos, cedendo SPEs classificadas como ativos não financeiros mantidos para venda e recebendo em troca o controle da SPE NS Emp. Imob. 23 SPE Ltda, posteriormente denominada BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo;
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

As aplicações em cotas detidas pelo Conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs) e fundos de investimentos imobiliários (FIIs).

g) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas ao Banco que possam resultar, sob determinadas condições de ocorrência eventual, no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco ou que o valor devido ao Banco possa ser liquidado com títulos de dívida de emissão do próprio banco BV, conforme previsão contratual.

h) Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Estes critérios também são aplicáveis para operações de crédito resultantes da consolidação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.782/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização, válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020, não foi adotada pelo Conglomerado.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 12e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Outros ativos - Outros valores e bens

Bens não de uso próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso do Conglomerado, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:

- São reconhecidos na data do seu recebimento pela instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas.
- O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas".

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Investimentos

Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir): veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (nota explicativa 15). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

l) Intangíveis e ágio

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 16a). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas – Amortização (nota explicativa 22d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Os intangíveis incluem os ágios pagos na aquisição de investimentos, que correspondem ao valor que excede o valor patrimonial da investida, são amortizados com base na efetiva realização da expectativa de rentabilidade que fundamentou sua origem ou por outras formas de sua realização. Os saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou baixados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes.

Os ativos intangíveis também incluem os créditos de carbono que foram adquiridos com o propósito de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV. O CO₂ é um dos gases causadores do efeito estufa. O mecanismo de neutralização da emissão de CO₂ que foi adotado pelo Conglomerado inclui a efetiva declaração de utilização (aposentadoria), no menor tempo possível, dos créditos de carbono adquiridos. Não há previsão de destinação desses créditos para outra finalidade que não seja a compensação, como por exemplo, a sua negociação no mercado. Por esse motivo, como não houve exposição da instituição ao valor justo sobre os créditos adquiridos, estes foram reconhecidos pelo preço pago e formarão um estoque de toneladas de CO₂, controlados pelo custo médio que, uma vez aposentados, será consumido (amortizado) com base no volume mensal de CO₂ produzido pelos veículos financiados.

Independente do momento da aquisição e aposentadoria dos créditos de carbono, o compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, seguindo disposições descritas na nota explicativa 4r.

m) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras despesas administrativas ou Outras despesas operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados no mínimo anualmente.

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, para softwares em desenvolvimento e anualmente para softwares concluídos.

Bens não de uso próprio: Imóveis – provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada.

Móveis – Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios.

Máquinas e equipamentos – É constituída provisão para desvalorização com base no levantamento de laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja classificado em BNDU há mais de 720 dias.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Créditos de carbono: Como esses créditos adquiridos são utilizados exclusivamente para cumprir o compromisso de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV, ou seja a instituição não está exposta a variação de valor justo desse ativo no balanço, a eventual redução por longo período no valor justo desses créditos por condições de mercado não expõe a instituição a perdas por redução ao valor recuperável desse ativo.

o) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 27.

Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei n.º 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

p) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

q) Tributos

Os tributos do Conglomerado, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. e Banco BV S.A. ^{(1) (2)}	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras ⁽²⁾	de 9% a 20%

Demais tributos	
PIS / PASEP ⁽³⁾	de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽³⁾	de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽⁴⁾	de 2% a 5%

⁽¹⁾ O art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020.

⁽²⁾ A Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL de 20% para 25%, para bancos de qualquer espécie, e de 15% para 20%, para as demais instituições financeiras, no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2022.

⁽³⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

⁽⁴⁾ Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os efeitos da elevação de alíquota da CSLL de instituições financeiras já foram reconhecidos no saldo dos ativos fiscais diferidos existentes em 30 de junho de 2021, aplicável ao crédito tributário realizável no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada Banco BV S.A (antiga BV Leasing S.A.).

r) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 28).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV - O compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição. A Instituição estima mensalmente a quantidade de emissões desses gases que é produzida pelos veículos e provisiona o correspondente custo de aquisição dos créditos que são necessários para compensar tal emissão. A provisão é revertida no momento em que é apurada e reconhecida a amortização destes créditos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

s) Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas antecipadamente são contabilizadas mensalmente "Outros ativos financeiros - Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida a "Receitas de prestação de serviços - Rendas de garantias prestadas".

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes leva em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em "Outros passivos" (nota explicativa 29.1.a1).

t) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de Demonstrações Contábeis consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica em base continuada e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Conglomerado são detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 12.

b) Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativos:

- (i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- (ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo Banco ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;
- (iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável;
- (v) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários está descrita na nota explicativa 9d.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 25.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas nas notas explicativas 4f e 4g.

e) Provisões para passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 28.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Este tratamento também se aplica aos saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, que são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou realizados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros para descontá-los a valor presente.

g) Redução ao valor recuperável do custo de investimentos em participações de controladas, coligadas e controladas em conjunto, de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4n.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificados como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.

A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 4f.

i) Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no Conglomerado

A Administração acompanha diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições de câmbio e juros, dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso dos canais digitais. Com relação às operações de crédito, o Conglomerado possibilitou aos seus clientes (observadas determinadas condições) a renegociação de contratos que inclui a postergação do prazo de pagamento de parcelas e a extensão do prazo total destas operações, viabilizando assim um menor impacto nos fluxos de caixa de seus clientes neste cenário de pandemia.

As renegociações de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foram tratadas de forma diferenciada entre os segmentos operacionais. No Atacado, as análises de renegociações foram realizadas individualmente pela área de crédito e monitoradas pela área de Riscos. Essas análises foram baseadas nos impactos reais e estimados de cada empresa e seu respectivo setor. No Varejo, foram realizadas duas etapas de renegociações, sendo que primeira etapa (de março até maio/20) contemplou a postergação de 60 dias do prazo de pagamento de parcelas sem alteração da quantidade e do valor das parcelas. A segunda etapa (iniciada no final de maio/20), contempla opções de postergação de 30 ou 60 dias com juros, bem como de aumento do prazo do contrato reduzindo o valor da parcela mensal.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de linha temporária especial de liquidez contribuem para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir e, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

■ Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Fazendo frente à elevação do risco de crédito diante da continuidade do cenário de pandemia, o processo de gestão desse risco foi redimensionado, contemplando os efeitos na qualidade creditícia, adequações nas políticas de concessão, estratégias de renegociações e revisões de *rating* e limites de crédito de clientes.

■ Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

O acompanhamento da carteira de títulos e valores mobiliários é realizado de forma tempestiva, com revisões dos balanços e *ratings* das contrapartes. Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários em decorrência da pandemia.

■ Projeção de resultados futuros para realização de créditos tributários

Os estudos de expectativa de realização dos créditos tributários consideram atualização das estimativas de resultado futuro do Conglomerado com os reflexos da COVID-19. Concluímos que o consumo dos créditos tributários continuam previstos para realização dentro do prazo de 10 anos, conforme estabelecido pelas normas em vigor (Resolução CMN nº 4.842/ 2020).

■ Redução ao valor recuperável de investimentos, ativos intangíveis e outros ativos

Não foram observados impactos relevantes em decorrência da pandemia.

■ Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

Não houve impacto relevante de não recuperabilidade dos ágios reconhecidos na contabilidade do Conglomerado por conta da COVID-19.

■ Provisões e passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas

Não verificamos impactos relevantes nas contingências.

■ Gestão de capital

A desvalorização do Real impactou negativamente os índices de capitalização, em decorrência dos seus impactos sobre crédito tributário de diferenças temporárias, oriundo do *hedge* do investimento no exterior. Contudo, os mesmos mantiveram-se em patamares substancialmente superiores aos mínimos exigidos pela regulação vigente e acima do apetite a risco estabelecido pelos acionistas. Neste contexto, ainda, a Administração deliberou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pela redução de USD 150.000 (R\$ 754.545) de capital investido na agência em Nassau, mitigando eventuais impactos futuros em cenário de agravamento da desvalorização da moeda nacional.

■ Gestão de liquidez

O Conglomerado foca na manutenção de patamares conservadores de caixa e de indicadores de liquidez estrutural, tendo os fortalecido mesmo no cenário atual impactado pela COVID-19. Um exemplo disso é o Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) que aumentou de 226% em 31 de dezembro de 2020 para 258% em 30 de junho de 2021, principalmente pela maior robustez do caixa livre no período, frente aos passivos em curto prazo da Instituição. Adicionalmente, vale destacar que no período o banco BV diversificou ainda mais as fontes de captações como, por exemplo, emissão de FIDC e Letras Financeiras públicas (*green bonds*).

■ Gestão de ativos e passivos

O Conglomerado teve impacto reduzido na oscilação do valor econômico de suas posições, em decorrência principalmente de políticas de *hedge* de seus ativos, passivos e investimentos em moeda estrangeira.

6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Banco BV considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Organização.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Lucro líquido	814.606	409.899	815.839	443.002
(-) Eventos não recorrentes	67.077	19.492	70.577	1.677
Doações relacionadas ao combate da COVID-19, líquido de impostos ⁽¹⁾	(378)	-	(378)	(26.566)
Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário	72.170	-	75.670	-
Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV	(4.715)	-	(4.715)	-
Outros	-	19.492	-	28.243
Lucro líquido recorrente	747.529	390.407	745.262	441.325

⁽¹⁾ Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, o valor bruto é de R\$687 e R\$30.000, respectivamente.

Sumário dos eventos não recorrentes:

Doações relacionadas ao combate da COVID-19 - Despesas extraordinárias destinadas à doações com objetivo de combater o novo Coronavírus e seus efeitos sobre a sociedade brasileira.

Efeitos da majoração da alíquota sobre o crédito tributário - Efeito decorrente da majoração da alíquota de contribuição social, para as instituições financeiras, reconhecido na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 4q).

Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV - Conforme Fato Relevante divulgado em 13 de abril de 2021, o processo de abertura de capital do BV foi cancelado em decorrência da conjuntura atual de mercado.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Disponibilidades	285.365	487.652	334.309	539.335
Disponibilidades em moeda nacional	2.052	1.215	46.721	50.800
Disponibilidades em moeda estrangeira	283.313	486.437	287.588	488.535
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	3.694.569	4.970.178	3.694.569	4.269.131
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	444.994	1.802.421	444.994	1.204.275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	15.068	132.944	15.068	30.043
Aplicações em moedas estrangeiras	3.234.507	3.034.813	3.234.507	3.034.813
Total	3.979.934	5.457.830	4.028.878	4.808.466

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações no mercado aberto	3.672.688	4.400.118	3.086.996	4.402.183
Revendas a liquidar - Posição bancada	1.472.702	1.323.038	887.010	1.325.103
Letras do Tesouro Nacional	28.918	1.901	29.132	3.966
Notas do Tesouro Nacional	870.273	914.364	284.367	914.364
Títulos da Dívida Externa Brasileira	573.511	406.773	573.511	406.773
Revendas a liquidar - Posição financiada	606.368	591.292	606.368	591.292
Letras do Tesouro Nacional	353.231	444.983	353.231	444.983
Notas do Tesouro Nacional	253.137	146.309	253.137	146.309
Revendas a liquidar - Posição vendida	1.593.618	2.485.788	1.593.618	2.485.788
Letras do Tesouro Nacional	222.021	1.708.440	222.021	1.708.440
Notas do Tesouro Nacional	1.371.597	777.348	1.371.597	777.348
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.311.555	588.841	307.773	588.841
Total	4.984.243	4.988.959	3.394.769	4.991.024
Ativo circulante	4.292.075	4.455.302	2.702.601	4.457.367
Ativo não circulante	692.168	533.657	692.168	533.657

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Rendas de aplicações no mercado aberto	86.940	104.463	78.245	93.829
Posição bancada	33.410	43.126	24.715	32.492
Posição financiada	18.142	40.216	18.142	40.216
Posição vendida	35.388	21.121	35.388	21.121
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽²⁾	10.964	1.259.940	6.642	341.113
Total ⁽³⁾	97.904	1.364.403	84.887	434.942

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos ativos correspondentes.

⁽³⁾ Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 9c).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	30.06.2021								31.12.2020		
	Vencimento em dias	Valor justo				Total			Total		
		Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo
1 – Títulos para negociação	-	42.003	59.884	4.644.049	1.108.230	5.878.911	5.854.166	(24.745)	5.059.375	5.130.668	71.293
Títulos públicos	-	42.003	59.884	4.644.028	738.026	5.506.826	5.483.941	(22.885)	5.004.781	5.074.377	69.596
Letras Financeiras do Tesouro	-	9.151	-	19.991	-	29.140	29.142	2	54	54	-
Letras do Tesouro Nacional	-	32.852	59.884	3.749.519	-	3.850.556	3.842.255	(8.301)	1.257.504	1.273.047	15.543
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	874.518	738.026	1.627.130	1.612.544	(14.586)	3.747.223	3.801.276	54.053
Títulos privados	-	-	-	21	370.204	372.085	370.225	(1.860)	54.594	56.291	1.697
Eurobonds	-	-	-	21	-	21	21	-	75	75	-
Debêntures	-	-	-	-	136.809	137.497	136.809	(688)	54.519	56.216	1.697
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	-	-	-	233.395	234.567	233.395	(1.172)	-	-	-
2 – Títulos disponíveis para venda	2.635	337.756	2.202.826	11.213.479	4.184.407	17.729.274	17.941.103	211.829	17.819.238	18.239.143	419.905
Títulos públicos	-	213.840	1.050.669	8.387.877	1.904.294	11.567.939	11.556.680	(11.259)	13.786.789	13.958.730	171.941
Letras Financeiras do Tesouro	-	213.840	95.084	5.222.126	1.670.794	7.224.973	7.201.844	(23.129)	8.853.666	8.826.315	(27.351)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	955.585	1.252.547	-	2.247.297	2.208.132	(39.165)	1.407.912	1.451.535	43.623
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	311.182	233.500	551.125	544.682	(6.443)	946.457	983.454	36.997
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.602.022	-	1.544.544	1.602.022	57.478	2.578.754	2.697.426	118.672
Títulos privados	2.635	123.916	1.152.157	2.825.602	2.280.113	6.161.335	6.384.423	223.088	4.032.449	4.280.413	247.964
Debêntures ⁽¹⁾	-	7.303	422.390	1.453.736	295.335	2.214.938	2.178.764	(36.174)	2.185.843	2.160.150	(25.693)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	38.193	14.235	62.115	-	115.573	114.543	(1.030)	419.088	417.544	(1.544)
Ações ⁽³⁾	2.363	-	-	-	-	2.363	2.363	-	8.502	14.754	6.252
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	272	-	20.312	339.253	1.590.234	1.705.655	1.950.071	244.416	513.510	775.559	262.049
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁵⁾	-	24.562	188.498	233.475	-	434.988	446.535	11.547	561.791	571.880	10.089
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	21.889	21.674	(215)
Floating Rate Notes	-	25.520	177.876	259.483	-	459.540	462.879	3.339	85.621	85.851	230
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	15.373	316.123	445.956	394.544	1.170.282	1.171.996	1.714	153.506	150.705	(2.801)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	12.965	12.723	31.584	-	57.996	57.272	(724)	82.699	82.296	(403)
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	2.263.904	5.695.030	2.679.406	10.846.094	10.638.340	(207.754)	9.287.610	9.598.667	311.057
Títulos públicos	-	-	2.263.904	5.695.030	2.679.406	10.846.094	10.638.340	(207.754)	9.287.610	9.598.667	311.057
Letras do Tesouro Nacional	-	-	2.263.904	2.361.813	-	4.742.252	4.625.717	(116.535)	4.225.904	4.279.580	53.676
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.333.217	2.679.406	6.103.842	6.012.623	(91.219)	5.061.706	5.319.087	257.381
Total (1 + 2 + 3)	2.635	379.759	4.526.614	21.552.558	7.972.043	34.454.279	34.433.609	(20.670)	32.166.223	32.968.478	802.255



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	30.06.2021								31.12.2020			
	Vencimento em dias	Valor justo					Total			Total		
		Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	76.668	67.712	5.714.421	1.110.232	6.891.902	6.969.033	77.131	6.095.504	6.279.697	184.193	
Títulos públicos	-	76.668	67.712	5.704.920	740.028	6.510.337	6.589.328	78.991	6.031.998	6.214.495	182.497	
Letras Financeiras do Tesouro	-	43.816	7.828	105.108	2.000	159.204	158.752	(452)	104.459	103.998	(461)	
Letras do Tesouro Nacional	-	32.852	59.884	3.749.519	-	3.850.556	3.842.255	(8.301)	1.257.504	1.273.047	15.543	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.850.293	738.028	2.500.577	2.588.321	87.744	4.670.035	4.837.450	167.415	
Títulos privados	-	-	-	9.501	370.204	381.565	379.705	(1.860)	63.506	65.202	1.696	
Eurobonds	-	-	-	21	-	21	21	-	75	75	-	
Debêntures	-	-	-	9.480	136.809	146.977	146.289	(688)	63.431	65.127	1.696	
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	-	-	-	233.395	234.567	233.395	(1.172)	-	-	-	
2 – Títulos disponíveis para venda	865.860	385.335	2.221.182	11.523.179	3.330.840	18.094.916	18.326.396	231.480	18.175.494	18.630.903	455.409	
Títulos públicos	-	258.146	1.054.012	8.807.605	1.906.651	12.026.822	12.026.414	(408)	14.232.517	14.440.467	207.950	
Letras Financeiras do Tesouro	-	258.146	98.427	5.369.895	1.673.151	7.423.618	7.399.619	(23.999)	9.038.819	9.010.963	(27.856)	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	955.585	1.252.547	-	2.247.297	2.208.132	(39.165)	1.407.912	1.451.535	43.623	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	583.141	233.500	811.363	816.641	5.278	1.207.032	1.280.543	73.511	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.602.022	-	1.544.544	1.602.022	57.478	2.578.754	2.697.426	118.672	
Títulos privados	865.860	127.189	1.167.170	2.715.574	1.424.189	6.068.094	6.299.982	231.888	3.942.977	4.190.436	247.459	
Debêntures ⁽¹⁾	-	7.303	422.390	1.453.736	295.335	2.214.938	2.178.764	(36.174)	2.185.843	2.160.150	(25.693)	
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	38.193	14.235	62.115	-	115.573	114.543	(1.030)	419.088	417.544	(1.544)	
Ações ⁽³⁾	2.363	-	-	-	-	2.363	2.363	-	8.502	14.754	6.252	
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	863.497	-	20.312	207.664	710.853	1.534.056	1.802.326	268.270	424.038	685.582	261.544	
Cêdulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁵⁾	-	24.562	188.498	233.475	-	434.988	446.535	11.547	561.791	571.880	10.089	
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	21.889	21.674	(215)	
<i>Floating Rate Notes</i>	-	25.520	177.876	259.483	-	459.540	462.879	3.339	85.621	85.851	230	
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	16.191	320.965	467.517	418.001	1.234.787	1.222.674	(12.113)	153.506	150.705	(2.801)	
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	15.420	22.894	31.584	-	71.849	69.898	(1.951)	82.699	82.296	(403)	
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	2.263.904	5.695.030	2.679.406	10.846.094	10.638.340	(207.754)	9.287.610	9.598.667	311.057	
Títulos públicos	-	-	2.263.904	5.695.030	2.679.406	10.846.094	10.638.340	(207.754)	9.287.610	9.598.667	311.057	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	2.263.904	2.361.813	-	4.742.252	4.625.717	(116.535)	4.225.904	4.279.580	53.676	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.333.217	2.679.406	6.103.842	6.012.623	(91.219)	5.061.706	5.319.087	257.381	
Total (1 + 2 + 3)	865.860	462.003	4.552.798	22.932.630	7.120.478	35.832.912	35.933.769	100.857	33.558.608	34.509.267	950.659	

O valor justo contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações são apresentadas ao valor justo.

- (1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 783.585 (R\$ 771.535 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (2) O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 10.004 em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (3) O valor de custo das Ações inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.900 (R\$ 76.743 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. O valor justo das ações representa a cotação divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
- (4) O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 86.653 (R\$ 62.463 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Inclui efeito de ajuste a valor justo de fundos de participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não são consolidados.
- (5) O valor de custo das Cêdulas de Produto Rural considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 25.314 (R\$ 26.005 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.
- (6) O valor de custo dos Certificados de Recebíveis Imobiliários considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 685 (R\$ 882 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

b) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	30.06.2021		31.12.2020	
Banco				
1 – Título para negociação	5.854.166	17%	5.130.668	16%
2 – Títulos disponíveis para venda	17.941.103	52%	18.239.143	56%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	10.846.094	31%	9.287.610	28%
Valor contábil da carteira	34.641.363	100%	32.657.421	100%
Marcação a mercado da categoria três	(207.754)		311.057	
Valor justo da carteira	34.433.609		32.968.478	
Consolidado				
1 – Título para negociação	6.969.033	19%	6.279.697	18%
2 – Títulos disponíveis para venda	18.326.396	51%	18.630.903	54%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	10.846.094	30%	9.287.610	28%
Valor contábil da carteira	36.141.523	100%	34.198.210	100%
Marcação a mercado da categoria três	(207.754)		311.057	
Valor justo da carteira	35.933.769		34.509.267	

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o Banco BV declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 10.846.094 no Banco e Consolidado (R\$ 9.287.610 no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), representando 31% do total de títulos e valores mobiliários no Banco e 30% no Consolidado (28% no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 8b)	97.904	1.364.403	84.887	434.942
Títulos de renda fixa	552.843	842.839	538.367	1.327.292
Títulos no exterior ⁽²⁾	65.673	134.734	65.673	154.436
Títulos de renda variável ⁽³⁾	1.337	(9.948)	2.414	(12.376)
Aplicações em fundos de investimentos ⁽²⁾	17.554	12.523	14.116	13.084
Outros	14.723	3.127	14.723	3.127
Total	750.034	2.347.678	720.180	1.920.505

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui variação cambial sobre títulos e valores mobiliários.

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2020, inclui o resultado apurado na venda de investimentos por incentivos fiscais.

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Ações	259	7.905
Notas Promissórias	(10.004)	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	197	-
Debêntures	(12.050)	9.396
Cotas de fundos de investimento	(24.190)	18
Cédulas de Produto Rural	691	527
Total	(45.097)	17.846

e) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de junho de 2021 ocorreu a reclassificação de títulos públicos – Notas do Tesouro Nacional e Letras do Tesouro Nacional, passando da categoria “Disponíveis para venda” para a categoria “Mantidos até o vencimento”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base do evento.

	Banco e Consolidado		
	Valor de custo	Valor justo	Ganho / (perda) não realizado
Notas do Tesouro Nacional	246.925	237.245	(9.680)
Letras do Tesouro Nacional	125.795	118.170	(7.625)
Total	372.720	355.415	(17.305)

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

O Conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e de análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco						Consolidado					
	30.06.2021			31.12.2020			30.06.2021			31.12.2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros												
Compromissos de compra	29.078.209	-	-	19.974.135	-	-	29.078.209	-	-	19.974.135	-	-
DI	17.888.157	-	-	9.379.921	-	-	17.888.157	-	-	9.379.921	-	-
Moedas	1.756.564	-	-	2.497.406	-	-	1.756.564	-	-	2.497.406	-	-
Índice	124.236	-	-	536.903	-	-	124.236	-	-	536.903	-	-
Cupom cambial	9.309.252	-	-	7.559.905	-	-	9.309.252	-	-	7.559.905	-	-
Compromissos de venda	69.187.241	-	-	76.712.516	-	-	69.187.241	-	-	76.712.516	-	-
DI	57.518.835	-	-	48.548.485	-	-	57.518.835	-	-	48.548.485	-	-
Moedas	4.198.619	-	-	7.350.599	-	-	4.198.619	-	-	7.350.599	-	-
Índice	121.562	-	-	110.077	-	-	121.562	-	-	110.077	-	-
Libor ⁽¹⁾	383.469	-	-	13.903.508	-	-	383.469	-	-	13.903.508	-	-
Cupom cambial	6.111.983	-	-	6.799.847	-	-	6.111.983	-	-	6.799.847	-	-
Outros	852.773	-	-	-	-	-	852.773	-	-	-	-	-
2 - Operações a termo												
Posição ativa	1.175.348	1.175.348	1.174.396	251.738	251.738	253.956	1.175.348	1.175.348	1.174.396	251.738	251.738	253.956
Termo de moeda	154.790	154.790	154.790	251.738	251.738	253.956	154.790	154.790	154.790	251.738	251.738	253.956
Termo de títulos públicos	1.020.558	1.020.558	1.019.606	-	-	-	1.020.558	1.020.558	1.019.606	-	-	-
Posição passiva	1.175.348	(1.175.348)	(1.172.489)	251.738	(251.738)	(257.123)	1.175.348	(1.175.348)	(1.172.489)	251.738	(251.738)	(257.123)
Termo de moeda	154.790	(154.790)	(152.490)	251.738	(251.738)	(257.123)	154.790	(154.790)	(152.490)	251.738	(251.738)	(257.123)
Termo de títulos públicos	1.020.558	(1.020.558)	(1.019.999)	-	-	-	1.020.558	(1.020.558)	(1.019.999)	-	-	-
3 - Contratos de opções ⁽²⁾												
De compra – Posição comprada	4.506.568	396.573	480.758	5.173.755	538.071	751.614	4.506.568	396.573	480.758	5.173.755	538.071	751.614
Moeda estrangeira	2.871.813	354.591	451.596	3.206.500	447.608	682.219	2.871.813	354.591	451.596	3.206.500	447.608	682.219
Opções Flexíveis	1.467.290	41.311	27.984	1.961.049	90.193	68.249	1.467.290	41.311	27.984	1.961.049	90.193	68.249
Ações	27.200	88	9	-	-	-	27.200	88	9	-	-	-
Índice governo estrangeiro	134.059	313	313	-	-	-	134.059	313	313	-	-	-
Outros	6.206	270	856	6.206	270	1.146	6.206	270	856	6.206	270	1.146
De venda – Posição comprada	7.008.701	282.666	204.325	22.795.131	471.136	294.538	4.462.587	147.839	21.595	17.466.875	138.073	167.263
Moeda estrangeira	4.250.750	146.902	20.981	4.385.375	136.591	11.411	4.250.750	146.902	20.981	4.385.375	136.591	11.411
Índice DI	15.000	7	4	13.081.500	1.482	155.852	15.000	7	4	13.081.500	1.482	155.852
Opções Flexíveis	2.546.114	134.827	182.730	5.328.256	333.063	127.275	-	-	-	-	-	-
Índice governo estrangeiro	196.837	930	610	-	-	-	196.837	930	610	-	-	-
De compra – Posição vendida	6.622.816	(373.328)	(634.728)	8.798.225	(640.589)	(1.754.880)	4.076.703	(239.352)	(535.997)	3.469.969	(310.066)	(770.836)
Moeda estrangeira	3.921.250	(234.893)	(531.243)	3.448.500	(307.951)	(764.421)	3.921.250	(234.893)	(531.243)	3.448.500	(307.951)	(764.421)
Opções Flexíveis	2.562.757	(137.363)	(101.553)	5.343.975	(332.168)	(988.927)	16.644	(3.387)	(2.822)	15.719	(1.645)	(4.883)
Índice governo estrangeiro	133.059	(602)	(657)	-	-	-	133.059	(602)	(657)	-	-	-
Outros	5.750	(470)	(1.275)	5.750	(470)	(1.532)	5.750	(470)	(1.275)	5.750	(470)	(1.532)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Por indexador	Banco						Consolidado					
	30.06.2021			31.12.2020			30.06.2021			31.12.2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
De venda – Posição vendida	5.244.474	(180.797)	(75.831)	19.328.515	(233.174)	(271.455)	5.244.474	(180.797)	(75.831)	19.328.515	(233.174)	(271.455)
Moeda estrangeira	3.679.000	(138.978)	(181)	4.356.250	(142.291)	(14.216)	3.679.000	(138.978)	(181)	4.356.250	(142.291)	(14.216)
Índice DI	-	-	-	13.077.000	(690)	(151.352)	-	-	-	13.077.000	(690)	(151.352)
Opções Flexíveis	1.306.360	(41.311)	(75.400)	1.895.265	(90.193)	(105.887)	1.306.360	(41.311)	(75.400)	1.895.265	(90.193)	(105.887)
Índice governo estrangeiro	259.114	(508)	(250)	-	-	-	259.114	(508)	(250)	-	-	-
4 - Contratos de swaps ^{(2) (3)}												
Posição ativa	15.556.639	2.501.355	2.554.926	9.149.353	2.612.290	2.665.608	15.062.242	2.184.217	2.151.469	8.640.387	2.250.138	2.207.636
DI	9.951.662	297.336	366.758	804.749	19.363	35.441	9.951.662	297.336	366.758	804.749	19.363	35.441
Moeda estrangeira	3.072.473	1.779.509	1.702.447	3.320.305	2.180.936	1.964.087	2.578.076	1.462.371	1.298.989	2.811.339	1.818.784	1.506.115
Pré-fixado	2.314.902	358.630	416.065	4.740.474	368.409	607.158	2.314.902	358.630	416.066	4.740.474	368.409	607.158
IPCA	139.602	26.628	32.193	205.825	22.225	38.626	139.602	26.628	32.193	205.825	22.225	38.626
IGP-M	78.000	37.826	37.463	78.000	21.357	20.296	78.000	37.826	37.463	78.000	21.357	20.296
Selic	-	1.426	-	-	-	-	-	1.426	-	-	-	-
Posição passiva	17.203.337	(2.001.900)	(2.015.361)	7.104.657	(2.032.028)	(2.269.132)	17.173.402	(1.987.464)	(1.996.751)	7.073.868	(2.015.230)	(2.247.730)
DI	1.959.275	(9.106)	(69.647)	212.627	(2.327)	(1.056)	1.959.275	(9.106)	(69.647)	212.627	(2.327)	(1.056)
Moeda estrangeira	1.777.034	(979.420)	(760.044)	2.112.328	(1.209.442)	(909.252)	1.747.099	(964.984)	(741.434)	2.081.539	(1.192.644)	(887.850)
Pré-fixado	12.122.167	(900.207)	(1.089.648)	4.079.799	(692.766)	(1.254.967)	12.122.167	(900.207)	(1.089.648)	4.079.799	(692.766)	(1.254.967)
IPCA	282.332	(54.832)	(44.933)	352.838	(44.760)	(54.603)	282.332	(54.832)	(44.933)	352.838	(44.760)	(54.603)
IGP-M	96.719	(22.106)	(21.411)	96.719	(9.280)	(4.550)	96.719	(22.106)	(21.411)	96.719	(9.280)	(4.550)
Libor ⁽¹⁾	165.810	(36.229)	(27.851)	250.346	(73.453)	(44.704)	165.810	(36.229)	(27.851)	250.346	(73.453)	(44.704)
Selic	800.000	-	(1.827)	-	-	-	800.000	-	(1.827)	-	-	-
5 - Outros instrumentos financeiros derivativos												
Posição ativa	9.677.724	179.444	165.099	11.589.196	1.139.417	1.115.686	7.187.575	141.360	128.460	6.461.825	248.121	240.671
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira ⁽²⁾	9.627.702	178.584	164.246	11.589.196	1.139.417	1.115.686	7.137.553	140.500	127.607	6.461.825	248.121	240.671
Derivativos de crédito ⁽³⁾	50.022	860	853	-	-	-	50.022	860	853	-	-	-
Posição passiva	1.633.699	(351.369)	(277.302)	1.584.431	(82.155)	(76.760)	1.633.699	(208.166)	(156.664)	1.584.431	(69.591)	(58.513)
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira ⁽²⁾	1.633.699	(351.369)	(277.302)	1.584.431	(82.155)	(76.760)	1.633.699	(208.166)	(156.664)	1.584.431	(69.591)	(58.513)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	67.003.189	4.535.386	4.579.504	68.933.308	5.012.652	5.081.402	61.472.529	4.045.337	3.956.678	57.968.715	3.426.141	3.621.140
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	99.891.567	(4.082.742)	(4.175.711)	113.528.344	(3.239.684)	(4.629.350)	97.315.519	(3.791.127)	(3.937.732)	108.169.299	(2.879.799)	(3.605.657)

⁽¹⁾ Os contratos de futuros e swap indexados à *Libor* não sofreram impactos decorrentes da reforma das taxas de juros de referência.

⁽²⁾ O valor justo das operações de *swap*, *opções* e *non deliverable forward* - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

⁽³⁾ A apresentação dos contratos de swap e dos derivativos de crédito por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	Banco						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2021	31.12.2020	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2021	31.12.2020
Contratos futuros	8.203.882	14.786.109	25.662.639	49.612.820	98.265.450	96.686.651	8.203.883	14.786.109	25.662.639	49.612.819	98.265.450	96.686.651
Contratos a termo	1.175.348	-	-	-	1.175.348	251.738	1.175.348	-	-	-	1.175.348	251.738
Contratos de opções	13.776.060	1.751.861	6.967.850	886.788	23.382.559	56.095.626	13.429.166	1.751.861	2.222.517	886.788	18.290.332	45.439.114
Contratos de swaps	310.259	2.145.859	1.985.463	28.318.395	32.759.976	16.254.010	279.411	2.160.902	1.970.054	27.825.277	32.235.644	15.714.255
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.138.671	6.872.778	2.525.924	724.028	11.261.401	13.173.627	970.490	6.872.778	203.956	724.028	8.771.252	8.046.256
Derivativos de crédito	-	-	-	50.022	50.022	-	-	-	-	50.022	50.022	-
Total	24.604.220	25.556.607	37.141.876	79.592.053	166.894.756	182.461.652	24.058.298	25.571.650	30.059.166	79.098.934	158.788.048	166.138.014

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	30.06.2021							31.12.2020
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Non Deliverable Forward	Derivativos de crédito	Total	
Banco								
Bolsa de valores	98.265.450	-	15.488.081	-	-	-	113.753.531	138.241.776
Balcão	-	1.175.348	7.894.478	32.759.976	11.261.401	50.022	53.141.225	44.219.876
Instituições do mercado financeiro	-	1.175.348	2.689.966	28.872.052	7.082.773	50.022	39.870.161	36.650.906
Clientes	-	-	5.204.512	3.887.924	4.178.628	-	13.271.064	7.568.970
Consolidado								
Bolsa de valores	98.265.450	-	15.488.081	-	-	-	113.753.531	138.241.776
Balcão	-	1.175.348	2.802.251	32.235.644	8.771.252	50.022	45.034.517	27.896.238
Instituições do mercado financeiro	-	1.175.348	143.852	28.347.720	4.592.624	50.022	34.309.566	20.327.268
Clientes	-	-	2.658.399	3.887.924	4.178.628	-	10.724.951	7.568.970



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Composição da carteira de derivativos de crédito

Banco e Consolidado	30.06.2021			31.12.2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap de crédito						
Risco recebido	-	-	-	-	-	-
Risco transferido	50.022	860	853	-	-	-
Por indexador						
Posição ativa – Pré-fixado	50.022	860	853	-	-	-
Posição passiva – Pré-fixado	-	-	-	-	-	-

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o "cliente risco" quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o "cliente risco" pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 268 em 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 não havia exposição para esse tipo de operação.

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	1.131.651	1.679.959	1.134.264	1.687.155
Notas do Tesouro Nacional	-	294.304	-	294.304
Letras do Tesouro Nacional	420.810	8.783	420.810	8.783
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	35.420	34.987	50.255	49.641
Outros	62.413	64.894	62.413	64.894
Total	1.650.294	2.082.927	1.667.742	2.104.777

f) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco					
	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.174.396	-	1.174.396	253.956	-	253.956
Mercado de opções	671.282	13.801	685.083	914.872	131.280	1.046.152
Contratos de swaps	271.140	2.283.786	2.554.926	311.098	2.354.510	2.665.608
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	163.350	896	164.246	1.105.234	10.452	1.115.686
Derivativos de crédito	-	853	853	-	-	-
Total	2.280.168	2.299.336	4.579.504	2.585.160	2.496.242	5.081.402
Passivo						
Operações de termo	(1.172.489)	-	(1.172.489)	(257.123)	-	(257.123)
Mercado de opções	(685.159)	(25.400)	(710.559)	(1.899.959)	(126.376)	(2.026.335)
Contratos de swaps	(103.976)	(1.911.385)	(2.015.361)	(133.377)	(2.135.755)	(2.269.132)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(262.110)	(15.192)	(277.302)	(71.723)	(5.037)	(76.760)
Total	(2.223.734)	(1.951.977)	(4.175.711)	(2.362.182)	(2.267.168)	(4.629.350)

	Consolidado					
	30.06.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.174.396	-	1.174.396	253.956	-	253.956
Mercado de opções	488.552	13.801	502.353	912.962	5.915	918.877
Contratos de swaps	246.497	1.904.972	2.151.469	291.658	1.915.978	2.207.636
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	126.711	896	127.607	236.263	4.408	240.671
Derivativos de crédito	-	853	853	-	-	-
Total	2.036.156	1.920.522	3.956.678	1.694.839	1.926.301	3.621.140
Passivo						
Operações de termo	(1.172.489)	-	(1.172.489)	(257.123)	-	(257.123)
Mercado de opções	(586.426)	(25.402)	(611.828)	(1.035.236)	(7.055)	(1.042.291)
Contratos de swaps	(96.367)	(1.900.384)	(1.996.751)	(132.443)	(2.115.287)	(2.247.730)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(141.472)	(15.192)	(156.664)	(53.477)	(5.036)	(58.513)
Total	(1.996.754)	(1.940.978)	(3.937.732)	(1.478.279)	(2.127.378)	(3.605.657)

g) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de ALM. O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de ativos financeiros com acordo de revenda (operações compromissadas) indexado com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos de futuro DI;
- *Hedge* de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI e DDI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	30.06.2021		
		Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>	Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Ativos	
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	3.352
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	16.485.023	(415.510)	(160.323)
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	42.066	567	(3.555)
Total		16.527.089	(414.943)	(160.526)
		31.12.2020		
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	501.451	22	38.215
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	18.909.474	255.934	1.128.894
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	75.688	507	9.302
Total		19.486.613	256.463	1.176.411

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações compromissadas e operações de crédito, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso ocorre por se tratar de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.06.2021		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Passivos		
Banco e Consolidado			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	17.388.141	153.638	(3.333)
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	44.368	3.394	(161)
Total	17.432.509	157.032	(3.494)
31.12.2020			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	19.821.974	(1.163.991)	3.118
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	79.089	(9.464)	(162)
Total	19.901.063	(1.173.455)	2.956

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base anual para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

Em dezembro de 2018, algumas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de risco de mercado. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* existente na data do encerramento do *hedge* contábil passou a ser diferido (exceto para os casos de liquidação antecipada do objeto) pelo prazo contratual dessas operações cujo efeito no resultado no semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 1.398, líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos". Não houve novos desmontes de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido no semestre findo em 30 de junho de 2021, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de desembolsos futuros sobre títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	30.06.2021		
		Valor contábil/ referencial Passivos	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	11.966.644	(41.914)	97.380
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	113.916	9.011	50
<i>Hedge</i> de letras financeiras com garantia	Recursos de aceites e emissão de títulos	1.637.946	(10.682)	9.405
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.509.966	(583.978)	47.093
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.083.257	391.242	103.517
Total		18.311.729	(236.321)	257.445

Banco e Consolidado		31.12.2020		
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.949.085	167.381	(25.191)
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	410.305	36.161	(3.780)
<i>Hedge</i> de letras financeiras com garantia	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.186.374	1.947	(1.531)
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.568.677	(615.921)	17.561
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.193.642	465.790	(161.927)
Total		19.308.083	55.358	(174.868)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.06.2021				
	Valor contábil/ referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em ORA	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos			
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	15.674.560	44.768	137.337	2.261
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ⁽³⁾⁽⁴⁾	5.219.344	-	194.521	294.977	498
Total	5.219.344	15.674.560	239.289	432.314	2.759
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	14.513.812	(201.137)	143.175	(13)
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ⁽³⁾	5.566.692	-	147.288	(87.008)	(1.559)
Total	5.566.692	14.513.812	(53.849)	56.167	(1.572)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base anual para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

⁽³⁾ O valor referencial do contrato de *swap* para o *hedge* de bônus perpétuos é de R\$ 970.620 em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 3.406.100 em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A parcela efetiva é reconhecida no patrimônio líquido em Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ 432.314 (R\$ 30.164 no semestre findo em 30 de junho de 2020), foi reconhecida no patrimônio líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ 4.331 (R\$ 402 no semestre findo em 30 de junho de 2020) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

Os ganhos líquidos dos efeitos fiscais relativos ao *Hedge* de fluxo de caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 85.604 (ganhos líquidos de R\$ 108.501 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, não houve operações que deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Contratos de swap	(93.671)	(85.948)	(53.655)	(423.759)
Contratos a termo	4.108	(5.103)	4.108	(5.103)
Contratos de opções	59.518	(996.860)	41.368	127.535
Contratos de futuros	255.008	(742.482)	255.008	(1.249.311)
Derivativos de crédito	(581)	(7.894)	(581)	(7.894)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de hedge	(755.344)	9.284	(755.344)	198.874
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(42.047)	2.510.165	(23.754)	1.385.612
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(57.007)	557.966	(57.007)	557.966
Credit Linked Notes	-	(32)	-	(32)
Total	(630.016)	1.239.096	(589.857)	583.888

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo	868.072	984.105	868.174	984.105
Créditos vinculados (Nota 11b)	866.705	984.105	866.807	984.105
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	1.367	-	1.367	-
Passivo	47.373	5.887	2.249.776	1.887.891
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	47.373	5.887	2.249.776	1.887.891

b) Créditos vinculados

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo				
Dépósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	866.705	984.105	866.807	984.105
Recursos a prazo	850.360	964.085	850.360	964.085
Operações de microfinanças	3.801	3.126	3.801	3.126
Pagamentos instantâneos	12.544	16.894	12.646	16.894
Total	866.705	984.105	866.807	984.105
Ativo circulante	866.705	984.105	866.807	984.105

c) Pagamentos e recebimentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativo				
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	1.367	-	1.367	-
Cheques e outros papéis remetidos	175	-	175	-
Recebimentos de documentos enviados por outros participantes do sistema	1.192	-	1.192	-
Total	1.367	-	1.367	-
Ativo circulante	1.367	-	1.367	-
Passivo				
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação	38.500	-	38.500	-
Cheques e outros papéis recebidos	38.500	-	38.500	-
Transações de pagamento	8.873	5.887	2.211.276	1.887.891
Cartões de crédito	8.873	5.887	2.211.276	1.887.891
Total	47.373	5.887	2.249.776	1.887.891
Passivo circulante	47.373	5.887	2.249.776	1.887.891

d) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	11.385	21.081
Exigibilidade sobre recursos a prazo	11.385	21.081
Total	11.385	21.081

12. CARTEIRA DE CRÉDITO
a) Carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Operações de crédito	53.989.787	52.851.117	55.194.857	53.792.865
Empréstimos e títulos descontados	5.487.400	6.115.631	6.679.425	7.049.607
Financiamentos	40.103.142	41.409.362	42.026.315	41.417.134
Financiamentos rurais e agroindustriais	620.198	513.184	620.198	513.184
Financiamentos imobiliários	125.549	7.975	125.549	7.975
Operações de crédito vinculadas às cessões (Nota 12j.1) ⁽¹⁾	7.653.498	4.804.965	5.743.370	4.804.965
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.540.578	3.601.821	6.899.836	5.577.846
Operações com cartões de crédito	-	-	2.328.635	1.976.025
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	754.480	408.709	754.480	408.709
Outros créditos vinculados a transações de pagamento ⁽²⁾	5.105	406.709	5.105	406.709
Créditos por avais e fianças honorados	33.319	-	33.319	-
Títulos e créditos a receber	3.747.674	2.786.403	3.778.297	2.786.403
Carteira de arrendamento mercantil (Nota 12g)	-	-	69.728	73.353
Total da carteira de crédito	58.530.365	56.452.938	62.164.421	59.444.064
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.669.898)	(4.618.892)	(5.067.056)	(5.015.181)
(Operações de crédito)	(3.434.839)	(3.427.336)	(3.779.293)	(3.781.281)
(Outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽³⁾	(1.235.059)	(1.191.556)	(1.287.413)	(1.233.550)
(Carteira de arrendamento mercantil)	-	-	(350)	(350)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	53.860.467	51.834.046	57.097.365	54.428.883
Ativo circulante	26.577.097	24.919.633	29.147.105	27.278.776
Ativo não circulante	27.283.370	26.914.413	27.950.260	27.150.107

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Direitos creditórios sobre transações de pagamento adquiridos por cessão com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente.

⁽³⁾ Inclui provisão para perdas de operações em recuperação judicial homologada e provisão para perdas vinculadas a transações de pagamento.

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Operações de crédito	3.661.284	473.874	3.985.722	4.153.406
Empréstimos e títulos descontados	329.253	154.279	639.508	624.963
Financiamentos	3.309.241	281.086	3.325.055	3.476.583
Financiamentos rurais e agroindustriais	13.774	12.803	13.774	12.803
Financiamentos imobiliários	668	479	668	479
Financiamentos em moedas estrangeiras	2.316	18.854	2.316	18.854
Outras	6.032	6.373	4.401	19.724
Arrendamento mercantil (Nota 12h)	-	-	3.642	5.430
Total ⁽²⁾	3.661.284	473.874	3.989.364	4.158.836

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Banco, no semestre findo em 30 de junho de 2021 totalizariam R\$ 4.081.806 (R\$ 473.874 no semestre findo 30 de junho de 2020) e no Consolidado, considerando também as operações de arrendamento, totalizariam R\$ 4.409.886 (R\$ 4.556.114 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

Banco	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Setor privado	58.945.308	100,00%	56.196.497	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	44.444.356	75,40%	42.005.326	74,75%
Pessoa jurídica	14.500.952	24,60%	14.191.171	25,25%
Agronegócio de origem animal	344.513	0,58%	268.591	0,48%
Agronegócio de origem vegetal	254.188	0,43%	152.117	0,27%
Atividades específicas da construção	77.252	0,13%	88.697	0,16%
Automotivo	78.031	0,13%	114.217	0,20%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.538.838	9,40%	5.235.912	9,32%
Comércio varejista	1.323.534	2,25%	1.927.469	3,43%
Construção pesada	87.082	0,15%	34.176	0,06%
Eletroeletrônico	5.691	0,01%	1.994	0,00%
Energia elétrica	125.176	0,21%	36.403	0,06%
Imobiliário	212.536	0,36%	102.954	0,18%
Instituições e serviços financeiros	1.125.897	1,91%	551.554	0,98%
Madeireiro e moveleiro	58.589	0,10%	55.731	0,10%
Mineração e metalurgia	93.225	0,16%	105.265	0,19%
Papel e celulose	109.991	0,19%	103.733	0,18%
Químico	124.203	0,21%	89.048	0,16%
Serviços	3.710.202	6,29%	3.880.855	6,91%
Telecomunicações	9.731	0,02%	12.302	0,02%
Têxtil e confecções	55.238	0,09%	132.562	0,24%
Transportes	801.294	1,36%	1.108.185	1,97%
Demais atividades	365.741	0,62%	189.406	0,34%
Total	58.945.308	100,00%	56.196.497	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	(414.943)		256.441	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo	58.530.365		56.452.938	
Consolidado	30.06.2021	%	31.12.2020	%
Setor privado	62.579.364	100,00%	59.187.623	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	47.978.108	76,67%	44.923.118	75,90%
Pessoa jurídica	14.601.256	23,33%	14.264.505	24,10%
Agronegócio de origem animal	344.513	0,55%	268.591	0,45%
Agronegócio de origem vegetal	254.188	0,41%	152.117	0,26%
Atividades específicas da construção	88.842	0,14%	103.147	0,17%
Automotivo	78.031	0,12%	114.217	0,19%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.557.454	8,88%	5.259.616	8,89%
Comércio varejista	1.332.261	2,13%	1.933.202	3,27%
Construção pesada	87.082	0,14%	34.176	0,06%
Eletroeletrônico	5.691	0,01%	1.994	0,00%
Energia elétrica	125.176	0,20%	36.403	0,06%
Imobiliário	212.536	0,34%	102.954	0,17%
Instituições e serviços financeiros	1.156.520	1,85%	551.554	0,93%
Madeireiro e moveleiro	58.589	0,09%	55.731	0,09%
Mineração e metalurgia	93.225	0,15%	105.265	0,18%
Papel e celulose	109.991	0,18%	103.733	0,18%
Químico	124.203	0,20%	89.048	0,15%
Serviços	3.731.451	5,96%	3.899.683	6,59%
Telecomunicações	9.731	0,02%	12.302	0,02%
Têxtil e confecções	55.238	0,09%	132.562	0,22%
Transportes	810.793	1,30%	1.118.804	1,89%
Demais atividades	365.741	0,57%	189.406	0,33%
Total	62.579.364	100,00%	59.187.623	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	(414.943)		256.441	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo	62.164.421		59.444.064	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Banco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2021	31.12.2020
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	2.566.522	26.228.945	11.109.059	10.075.987	846.392	880.313	124.653	1.432.366	319.132	53.583.369	51.519.197
01 a 30	916.858	1.696.721	424.608	363.410	52.940	43.400	3.957	11.346	23.014	3.536.254	2.642.599
31 a 60	312.259	1.485.386	412.676	337.600	33.837	37.939	2.399	9.947	10.993	2.643.036	2.527.627
61 a 90	188.077	1.405.040	492.989	337.269	36.712	37.823	6.362	10.330	9.858	2.524.460	2.426.798
91 a 180	116.124	3.204.921	1.086.756	996.532	98.815	108.912	10.834	30.017	62.533	5.715.444	6.256.392
181 a 360	506.154	5.773.697	1.953.989	1.807.855	168.006	187.079	16.110	52.989	47.694	10.513.573	10.157.489
Acima de 360	527.050	12.663.180	6.738.041	6.233.321	456.082	465.160	84.991	1.317.737	165.040	28.650.602	27.508.292
Parcelas vencidas	-	61.044	27.868	36.443	8.519	9.255	1.064	2.137	39.241	185.571	159.028
Até 14 dias	-	61.044	27.868	36.443	8.519	9.255	1.064	2.137	39.241	185.571	159.028
Subtotal	2.566.522	26.289.989	11.136.927	10.112.430	854.911	889.568	125.717	1.434.503	358.373	53.768.940	51.678.225
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	598.299	893.770	486.658	868.998	155.161	536.757	766.687	4.306.330	3.680.079
01 a 30	-	-	31.056	43.664	24.182	43.454	8.235	26.993	43.894	221.478	189.382
31 a 60	-	-	30.302	38.633	21.097	39.176	7.377	23.949	38.843	199.377	189.100
61 a 90	-	-	29.136	37.998	21.772	38.523	7.167	23.536	37.928	196.060	183.966
91 a 180	-	-	82.598	110.048	60.011	111.041	20.499	67.714	107.817	559.728	506.782
181 a 360	-	-	135.498	189.240	100.952	190.414	34.429	115.307	178.577	944.417	824.390
Acima de 360	-	-	289.709	474.187	258.644	446.390	77.454	279.258	359.628	2.185.270	1.786.459
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	35.156	75.187	59.551	110.440	37.136	119.349	433.219	870.038	838.193
01 a 14	-	-	-	15.660	9.688	16.123	3.292	11.030	18.342	74.135	66.101
15 a 30	-	-	35.156	25.137	13.259	24.943	4.340	13.796	22.287	138.918	123.129
31 a 60	-	-	-	34.390	18.806	36.603	7.698	24.860	42.347	164.704	155.899
61 a 90	-	-	-	-	17.798	22.698	7.145	22.732	40.868	111.241	102.489
91 a 180	-	-	-	-	-	10.073	14.661	46.931	173.154	244.819	185.676
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	136.221	136.221	204.899
Subtotal	-	-	633.455	968.957	546.209	979.438	192.297	656.106	1.199.906	5.176.368	4.518.272
Total	2.566.522	26.289.989	11.770.382	11.081.387	1.401.120	1.869.006	318.014	2.090.609	1.558.279	58.945.308	56.196.497
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										(414.943)	256.441
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										58.530.365	56.452.938



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2021	31.12.2020
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	2.604.427	26.698.534	11.118.080	10.079.424	848.759	882.000	125.550	1.432.872	323.122	54.112.768	51.882.421
01 a 30	917.053	2.083.503	429.766	366.847	55.307	45.087	4.854	11.852	27.004	3.941.273	2.927.828
31 a 60	312.454	1.488.022	412.995	337.600	33.837	37.939	2.399	9.947	10.993	2.646.186	2.530.811
61 a 90	188.272	1.407.643	493.308	337.269	36.712	37.823	6.362	10.330	9.858	2.527.577	2.429.977
91 a 180	116.709	3.212.477	1.087.711	996.532	98.815	108.912	10.834	30.017	62.533	5.724.540	6.265.411
181 a 360	507.324	5.786.257	1.955.625	1.807.855	168.006	187.079	16.110	52.989	47.694	10.528.939	10.173.691
Acima de 360	562.615	12.720.632	6.738.675	6.233.321	456.082	465.160	84.991	1.317.737	165.040	28.744.253	27.554.703
Parcelas vencidas	-	1.826.084	250.327	236.493	98.500	36.103	1.064	9.014	48.734	2.506.319	2.126.614
Até 14 dias	-	1.826.084	250.327	236.493	98.500	36.103	1.064	9.014	48.734	2.506.319	2.126.614
Subtotal	2.604.427	28.524.618	11.368.407	10.315.917	947.259	918.103	126.614	1.441.886	371.856	56.619.087	54.009.035
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	598.947	893.883	486.666	869.047	155.855	536.774	766.718	4.307.890	3.680.079
01 a 30	-	-	31.072	43.664	24.182	43.454	8.235	26.994	43.894	221.495	189.382
31 a 60	-	-	30.318	38.633	21.097	39.176	7.377	23.950	38.843	199.394	189.100
61 a 90	-	-	29.152	37.998	21.772	38.523	7.167	23.537	37.928	196.077	183.966
91 a 180	-	-	82.647	110.048	60.011	111.041	20.499	67.715	107.817	559.778	506.782
181 a 360	-	-	135.596	189.240	100.952	190.414	34.429	115.310	178.577	944.518	824.390
Acima de 360	-	-	290.162	474.300	258.652	446.439	78.148	279.268	359.659	2.186.628	1.786.459
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	128.622	194.109	174.922	207.189	117.986	193.432	636.127	1.652.387	1.498.509
01 a 14	-	-	9.749	27.634	24.167	29.194	24.376	21.639	49.286	186.045	66.101
15 a 30	-	-	118.873	103.528	71.660	57.684	20.077	28.997	36.687	437.506	405.603
31 a 60	-	-	-	62.947	21.521	39.281	8.591	29.570	44.125	206.035	181.985
61 a 90	-	-	-	-	57.574	26.306	8.240	28.713	43.274	164.107	129.834
91 a 180	-	-	-	-	-	54.724	56.702	84.513	183.010	378.949	277.801
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	279.745	279.745	437.185
Subtotal	-	-	727.569	1.087.992	661.588	1.076.236	273.841	730.206	1.402.845	5.960.277	5.178.588
Total	2.604.427	28.524.618	12.095.976	11.403.909	1.608.847	1.994.339	400.455	2.172.092	1.774.701	62.579.364	59.187.623
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										(414.943)	256.441
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										62.164.421	59.444.064

⁽¹⁾ O Conglomerado não adota a contagem em dobro para as operações de crédito.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 30 de junho de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	30.06.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
Banco									
AA	0,00%	2.566.522	-	-	-	3.101.853	-	-	-
A	0,50%	26.289.989	(131.450)	-	(131.450)	24.900.437	(124.502)	-	(124.502)
B	1,00%	11.770.382	(117.704)	-	(117.704)	10.661.454	(106.615)	-	(106.615)
C	3,00%	11.081.387	(332.442)	-	(332.442)	10.357.960	(310.739)	-	(310.739)
D	10,00%	1.401.120	(140.112)	-	(140.112)	1.130.176	(113.018)	-	(113.018)
E	30,00%	1.869.006	(560.702)	-	(560.702)	2.199.395	(659.818)	-	(659.818)
F	50,00%	318.014	(159.007)	-	(159.007)	306.653	(153.326)	-	(153.326)
G	70,00%	2.090.609	(1.463.409)	(206.793)	(1.670.202)	1.980.888	(1.386.622)	(206.571)	(1.593.193)
H	100,00%	1.558.279	(1.558.279)	-	(1.558.279)	1.557.681	(1.557.681)	-	(1.557.681)
Total		58.945.308	(4.463.105)	(206.793)	(4.669.898)	56.196.497	(4.412.321)	(206.571)	(4.618.892)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(414.943)				256.441			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		58.530.365				56.452.938			
Consolidado									
AA	0,00%	2.604.427	-	-	-	3.110.269	-	-	-
A	0,50%	28.524.618	(142.623)	-	(142.623)	26.808.373	(134.042)	-	(134.042)
B	1,00%	12.095.976	(120.962)	-	(120.962)	10.889.247	(108.892)	-	(108.892)
C	3,00%	11.403.909	(342.117)	-	(342.117)	10.597.615	(317.928)	-	(317.928)
D	10,00%	1.608.847	(160.883)	-	(160.883)	1.273.659	(127.366)	-	(127.366)
E	30,00%	1.994.339	(598.299)	-	(598.299)	2.283.606	(685.083)	-	(685.083)
F	50,00%	400.455	(200.228)	-	(200.228)	359.217	(179.609)	-	(179.609)
G	70,00%	2.172.092	(1.520.450)	(206.793)	(1.727.243)	2.033.161	(1.423.214)	(206.571)	(1.629.785)
H	100,00%	1.774.701	(1.774.701)	-	(1.774.701)	1.832.476	(1.832.476)	-	(1.832.476)
Total		62.579.364	(4.860.263)	(206.793)	(5.067.056)	59.187.623	(4.808.610)	(206.571)	(5.015.181)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(414.943)				256.441			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		62.164.421				59.444.064			

⁽¹⁾ Provisões adicionais são constituídas, quando o agravamento de nível de risco não for aplicável.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
f.1) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito (Nota 12f.2)	(1.011.839)	(90.330)	(1.230.439)	(1.790.298)
Operações de crédito	(948.529)	(120.782)	(1.158.787)	(1.824.198)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	410
Outros créditos com características de concessão de crédito	(63.310)	30.452	(71.652)	33.490
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	299.829	90.958	318.867	252.756
Operações de crédito	299.829	75.958	316.395	237.744
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.472	12
Outros créditos com características de concessão de crédito	-	15.000	-	15.000
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(712.010)	628	(911.572)	(1.537.542)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7.014	(7.697)	3.000	(9.358)
Garantias financeiras prestadas ⁽²⁾	17.833	(6.877)	17.833	(6.877)
Outros riscos	(10.819)	(820)	(14.833)	(2.481)
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	7.014	(7.697)	3.000	(9.358)
Total	(704.996)	(7.069)	(908.572)	(1.546.900)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ A respectiva provisão está apresentada em Outros passivos - "Provisão para perda com garantias financeiras prestadas" (Nota 21a).

f.2) Movimentação

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Saldo inicial	4.618.892	1.773.622	5.015.181	4.715.878
Reforço / (reversão) ^{(2) (3)}	1.011.839	90.330	1.230.439	1.790.298
Provisão mínima requerida	1.011.617	89.163	1.230.217	1.789.131
Provisão adicional	222	1.167	222	1.167
Baixas para prejuízo	(960.833)	(199.063)	(1.178.564)	(1.342.308)
Saldo final	4.669.898	1.664.889	5.067.056	5.163.868

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽²⁾ Não contempla as rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo.

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2020, inclui no Consolidado remensuração de riscos por evento pontual não esperado de *lockdown*, decorrente da pandemia da COVID-19.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Até 1 ano ⁽¹⁾	30.133	31.700
De 1 a 5 anos	39.595	41.653
Total valor presente	69.728	73.353

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

Consolidado	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Arrendamento financeiro	3.642	5.402
Lucro na alienação de bens arrendados	-	28
Total	3.642	5.430

i) Concentração das operações de crédito

	30.06.2021	% da carteira	31.12.2020	% da carteira
Banco				
Maior devedor	620.316	1,05%	620.316	1,10%
10 Maiores devedores	2.766.253	4,69%	2.606.190	4,64%
20 Maiores devedores	3.933.650	6,67%	3.881.105	6,91%
50 Maiores devedores	6.262.948	10,63%	6.111.693	10,88%
100 Maiores devedores	8.557.862	14,52%	8.096.306	14,41%
Consolidado				
Maior devedor	620.316	0,99%	620.316	1,05%
10 Maiores devedores	2.766.253	4,42%	2.606.190	4,40%
20 Maiores devedores	3.933.650	6,29%	3.882.961	6,56%
50 Maiores devedores	6.263.492	10,01%	6.113.549	10,33%
100 Maiores devedores	8.558.406	13,68%	8.099.025	13,68%

j) Informações sobre cessões de crédito
j.1) Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios.

	30.06.2021		31.12.2020	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Banco	7.653.498	8.496.667	4.804.965	5.561.659
Com coobrigação	5.743.370	6.586.539	4.804.965	5.561.659
Instituições financeiras - Partes relacionadas	5.743.370	6.586.539	4.804.965	5.561.659
Sem coobrigação	1.910.128	1.910.128	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Controlada	1.910.128	1.910.128	-	-
Consolidado	5.743.370	6.586.539	4.804.965	5.561.659
Com coobrigação	5.743.370	6.586.539	4.804.965	5.561.659
Instituições financeiras - Partes relacionadas	5.743.370	6.586.539	4.804.965	5.561.659

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outros passivos financeiros – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 21a).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 420.522 no Banco e no Conglomerado (R\$ 397.278 no Conglomerado no semestre findo em 30 de junho de 2020). As despesas com obrigação por operações com essas mesmas características totalizaram R\$ 173.675 no Banco e no Conglomerado (R\$ 181.749 no Conglomerado no semestre findo em 30 de junho de 2020).

j.2) Cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo

No semestre findo em 30 de junho de 2021, as receitas com cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo totalizaram R\$ 12.169 no Banco e no Conglomerado (R\$ 35.634 no Banco e R\$ 65.106 no Conglomerado no semestre findo em 30 de junho de 2020), as quais foram reconhecidas no resultado do período em "Receitas de operações de crédito".

k) Movimentação dos créditos renegociados

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Montante de créditos renegociados no período ⁽²⁾	2.829.406	1.483.800	2.979.358	19.047.309
Renegociados por atraso ⁽³⁾	241.655	72.760	241.961	525.541
Renovados ^{(4) (5)}	2.587.751	1.411.040	2.737.397	18.521.768
Movimentação dos créditos renegociados por atraso				
Saldo inicial	922.412	284.293	957.016	681.811
Contratações	241.655	72.760	241.961	525.541
(Recebimento) e apropriação de juros	(193.076)	(21.523)	(173.088)	(163.304)
Baixa para prejuízo	(81.052)	(14.382)	(99.889)	(158.655)
Saldo final	889.939	321.148	926.000	885.393
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	426.187	135.855	456.760	498.929
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	47,89%	42,30%	49,33%	56,35%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	367.912	433	403.894	355.724
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	41,34%	0,13%	43,62%	40,18%

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽²⁾ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vencidas ou em atraso.

⁽³⁾ Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

⁽⁴⁾ Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

⁽⁵⁾ No Consolidado, inclui os contratos de clientes renegociados em decorrência das ações de minimização dos efeitos da COVID-19, realizados a partir de março de 2020.

l) Outras informações

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Créditos contratados a liberar	471.069	519.815	4.795.409	3.927.857
Garantias financeiras prestadas (Nota 29.1.a.1)	7.101.665	6.942.116	7.101.665	6.942.116

13. OUTROS ATIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Outros ativos financeiros	3.334.756	3.102.595	3.912.270	3.359.457
Relações com correspondentes	22.642	33.749	22.865	33.749
Outros créditos e rendas a receber	32.491	31.922	463.029	178.494
Transações de cartão de crédito	-	-	93.555	57.421
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	-	14.613	-	14.613
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	225.024	118.612	249.180	129.029
Carteira de câmbio (Nota 13b)	3.053.220	2.903.561	3.053.220	2.903.561
Outros	1.379	138	30.421	42.590
Outros ativos	946.466	1.033.211	1.077.622	1.272.410
Outros valores e bens (Nota 13d)	198.905	176.266	353.625	373.605
Devedores diversos - No país	72.503	122.904	38.278	146.530
Adiantamentos e antecipações salariais	691	3.786	755	3.968
Adiantamentos a fornecedores	252	4.798	615	5.152
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 28g)	577.651	626.853	628.164	679.546
Devedores por depósitos em garantia - Outros	624	627	624	627
Valores a receber de sociedades ligadas	26.966	16.054	-	-
Dividendos a receber	19.321	22.493	701	3.299
Outros	49.553	59.430	54.860	59.683
Total	4.281.222	4.135.806	4.989.892	4.631.867
Ativo circulante	3.679.606	3.461.650	4.262.049	3.754.713
Ativo não circulante	601.616	674.156	727.843	877.154

b) Carteira de câmbio

Banco e Consolidado	30.06.2021	31.12.2020
Ativo - Outros ativos ⁽¹⁾		
Câmbio comprado a liquidar	2.678.999	2.857.377
Direitos sobre vendas de câmbio	374.221	46.184
Total	3.053.220	2.903.561
Ativo circulante	3.053.220	2.903.561
Passivo - Outros passivos ⁽²⁾		
Câmbio vendido a liquidar	(378.234)	(55.671)
Obrigações por compras de câmbio	(2.708.170)	(2.830.288)
Total	(3.086.404)	(2.885.959)
Passivo circulante	(3.086.404)	(2.885.959)
Contas de compensação		
Créditos abertos para importação	159.741	230.785

⁽¹⁾ As rendas a receber de adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).

⁽²⁾ Os adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).

c) Resultado de operações de câmbio

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Rendas de câmbio	1.586.624	2.454.689
Despesas de câmbio	(1.535.532)	(2.066.884)
Resultado de operações de câmbio	51.092	387.805

d) Outros valores e bens

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Bens não de uso próprio	183.489	182.305	365.286	371.912
Veículos e afins	122.962	104.676	123.443	105.162
Imóveis ⁽¹⁾	60.527	77.629	241.843	266.750
(Provisão para desvalorização)	(36.991)	(44.921)	(70.745)	(66.466)
Despesas antecipadas	52.407	38.882	59.084	46.249
Outros	-	-	-	21.910
Participações em empreendimentos imobiliários ⁽²⁾	-	-	-	21.910
Total	198.905	176.266	353.625	373.605

Ativo circulante	195.458	174.145	251.711	220.939
Ativo não circulante	3.447	2.121	101.914	152.666

⁽¹⁾ Contempla imóveis não de uso construídos por sociedades investidas de propósito específico e destinados para venda.

⁽²⁾ Referem-se às participações de caráter temporário, decorrente da mudança da intenção da Administração sobre essas participações societárias.

14. INVESTIMENTOS
a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2020	Movimentação 1º Semestre/2021			30.06.2021	1º Semestre/2020	
	Valor do investimento	Dividendos/Outros eventos ⁽⁵⁾	Resultado equivalência	Imparidade/Ágio ⁽⁶⁾	Valor do investimento	Resultado equivalência	Imparidade/Ágio ⁽⁶⁾
No País - Controladas do Banco							
BV Financeira ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	103.095	-
Banco BV S.A. (antiga BV Leasing) ⁽²⁾	1.559.891	(6.712)	38.766	-	1.591.945	23.425	-
Votorantim Asset DTVM	141.391	-	(9.419)	-	131.972	16.650	-
Votorantim Corretora Seguros	900.362	-	154.672	-	1.055.034	131.178	-
BVIA	159.307	-	6.866	-	166.173	7.726	-
Promotiva	93.497	-	16.736	-	110.233	13.823	-
Atenas	42.565	-	(8.142)	2.327	36.750	25.192	-
BVEP ⁽³⁾	580.673	(366)	(67.939)	-	512.368	1.004	-
Total - Banco	3.477.686	(7.078)	131.540	2.327	3.604.475	322.093	-
No País - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP							
Coligadas da BVEP ⁽⁴⁾	5.186	(3.214)	198	-	2.170	(816)	-
Controladas em conjunto da BVEP ⁽⁴⁾	14.084	(1.358)	(430)	(299)	11.997	2.029	(2.570)
Total - Consolidado	19.270	(4.572)	(232)	(299)	14.167	1.213	(2.570)

⁽¹⁾ Conforme descrito na nota 2b, a BV Financeira teve parte de seus ativos e passivos vertidos ao Banco Votorantim em julho de 2020 e o patrimônio remanescente foi posteriormente incorporado ao Banco BV S.A., culminando com a extinção da BV Financeira em agosto de 2020.

⁽²⁾ A denominação social da BV Leasing passou para Banco BV S.A., conforme detalhado na nota 2a. O Banco BV S.A. também incorporou parte do acervo patrimonial da BV Financeira, conforme detalhado na nota 2b.

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui impairment de controladas.

⁽⁴⁾ Inclui ágio na aquisição desses investimentos, detalhados na nota 14b.

⁽⁵⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

⁽⁶⁾ Reconhecido no resultado na linha de "Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto".

b) Posição patrimonial de ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Imparidade ⁽¹⁾	
	30.06.2021	31.12.2020
Atenas	(17.963)	(20.290)
Total - Banco	(17.963)	(20.290)
Coligadas da BVEP	(458)	(458)
Controladas em conjunto da BVEP	(493)	(194)
Total - Consolidado	(951)	(652)

⁽¹⁾ Aplicado sobre o valor do investimento.

c) Informações financeiras resumidas das controladas nas Demonstrações Contábeis

	30.06.2021		1º Semestre/ 2021	Quantidade de Ações / Cotas (em milhares)	Participação do Capital Social %
	Capital Social	Patrimônio Líquido ajustado	Lucro/ (Prejuízo) líquido	Ordinárias	
No País - Controladas do Banco					
Banco BV S.A. (antiga BV Leasing)	1.300.131	1.591.945	38.766	823	100%
Votorantim Asset DTVM	122.774	131.972	(9.419)	12.277.389	100%
Votorantim Corretora Seguros	651.674	1.055.034	154.672	200	100%
BVIA	132.187	166.173	6.866	75.758	100%
Promotiva	67.269	110.233	16.736	5.000	100%
Atenas	51.610	36.750	(8.142)	51.610	100%
BVEP ⁽¹⁾	598.400	512.368	(67.939)	598.400	100%
Total	2.924.045	3.604.475	131.540	13.009.180	

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui *impairment* de controladas.

d) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis consolidadas

	30.06.2021		31.12.2020	
	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP
Ativo Total ⁽¹⁾	5.864	28.350	95.748	26.185
Passivo Total ⁽¹⁾	5.864	28.350	95.748	26.185
Passivo	3.326	3.927	60.505	2.730
Patrimônio Líquido	2.538	24.423	35.243	23.455
	1º Semestre/2021		1º Semestre/2020	
Resultado do período ⁽¹⁾	5.568	16	123	3.766

⁽¹⁾ As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo Banco Votorantim.

e) Outros investimentos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	51.254	51.254	79.877	79.877
Ações e cotas	180	180	180	180
Outros	7	7	1.759	1.759
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(51.254)	(51.254)	(81.629)	(81.629)
Total	187	187	187	187

15. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2020	1º Semestre/2021			30.06.2021		
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	45.981	1.214	(107)	(8.260)	140.423	(101.595)	38.828
Móveis e equipamentos de uso	10.758	130	(1.459)	(987)	42.639	(34.197)	8.442
Sistema de comunicação	3.856	450	(181)	(667)	17.678	(14.220)	3.458
Sistema de processamento de dados	33.311	4.982	(871)	(6.078)	174.811	(143.467)	31.344
Sistema de segurança	203	-	(32)	(25)	2.633	(2.487)	146
Sistema de transporte	318	156	-	(64)	1.072	(662)	410
Total	94.427	6.932	(2.650)	(16.081)	379.256	(296.628)	82.628
Consolidado							
Instalações	46.612	1.426	(323)	(8.633)	142.306	(103.224)	39.082
Móveis e equipamentos de uso	10.898	130	(1.459)	(1.019)	45.504	(36.954)	8.550
Sistema de comunicação	3.863	450	(181)	(671)	19.053	(15.592)	3.461
Sistema de processamento de dados	33.321	4.982	(871)	(6.085)	178.153	(146.806)	31.347
Sistema de segurança	215	-	(32)	(31)	2.728	(2.576)	152
Sistema de transporte	318	156	-	(64)	1.072	(662)	410
Total	95.227	7.144	(2.866)	(16.503)	388.816	(305.814)	83.002

	31.12.2019	Exercício/2020			31.12.2020		
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Transferência ⁽³⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	30.053	8.995	16.402	(9.469)	147.452	(101.471)	45.981
Móveis e equipamentos de uso	5.404	3.061	3.980	(1.687)	48.030	(37.272)	10.758
Sistema de comunicação	2.202	2.741	15	(1.102)	17.848	(13.992)	3.856
Sistema de processamento de dados	28.866	18.826	394	(14.775)	173.096	(139.785)	33.311
Sistema de segurança	138	104	20	(59)	2.714	(2.511)	203
Sistema de transporte	416	27	1	(126)	995	(677)	318
Total	67.079	33.754	20.812	(27.218)	390.135	(295.708)	94.427
Consolidado							
Instalações	51.175	9.184	-	(13.747)	151.163	(104.551)	46.612
Móveis e equipamentos de uso	10.426	3.072	-	(2.600)	50.915	(40.017)	10.898
Sistema de comunicação	2.238	2.741	-	(1.116)	19.223	(15.360)	3.863
Sistema de processamento de dados	29.973	18.828	-	(15.480)	176.439	(143.118)	33.321
Sistema de segurança	188	104	-	(77)	2.809	(2.594)	215
Sistema de transporte	416	28	-	(126)	995	(677)	318
Total	94.416	33.957	-	(33.146)	401.544	(306.317)	95.227

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve baixa de imobilizado de uso.

⁽³⁾ No Banco, inclui montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

16. INTANGÍVEL E ÁGIO

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Intangível	508.915	397.652	547.606	428.843
Ativos intangíveis	1.136.623	957.987	1.198.989	1.010.073
(Amortização acumulada)	(422.958)	(355.585)	(436.804)	(366.651)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(204.750)	(204.750)	(214.579)	(214.579)
Ágio ⁽¹⁾	-	-	-	34.117
Ágio e ajuste ao valor recuperável	-	-	-	34.117
Total	508.915	397.652	547.606	462.960

⁽¹⁾ Inclui o ágio registrado de sociedades controladas.

a) Composição

	30.06.2021				31.12.2020			
	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil
Banco								
Softwares adquiridos	42.532	(36.141)	-	6.391	37.184	(32.029)	-	5.155
Licenças de uso	343.403	(255.647)	-	87.756	297.044	(223.037)	-	74.007
Acordos por direitos de comercialização	36.301	(34.471)	-	1.830	31.841	(30.829)	-	1.012
Softwares desenvolvidos	701.434	(93.780)	(203.750)	403.904	585.918	(69.107)	(203.750)	313.061
Marcas e patentes	6.000	(1.083)	(1.000)	3.917	6.000	(583)	(1.000)	4.417
Créditos de carbono	6.953	(1.836)	-	5.117	-	-	-	-
Total	1.136.623	(422.958)	(204.750)	508.915	957.987	(355.585)	(204.750)	397.652
Consolidado								
Softwares adquiridos	67.000	(36.332)	-	30.668	61.652	(32.220)	-	29.432
Licenças de uso	350.892	(263.129)	-	87.763	303.321	(229.284)	-	74.037
Acordos por direitos de comercialização	36.301	(34.471)	-	1.830	31.841	(30.829)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	731.843	(99.953)	(213.579)	418.311	607.259	(73.735)	(213.579)	319.945
Marcas e patentes	6.000	(1.083)	(1.000)	3.917	6.000	(583)	(1.000)	4.417
Créditos de carbono	6.953	(1.836)	-	5.117	-	-	-	-
Total	1.198.989	(436.804)	(214.579)	547.606	1.010.073	(366.651)	(214.579)	428.843

⁽¹⁾ Em 2020, inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

b) Movimentação

	31.12.2020	1º Semestre/2021				30.06.2021
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Transferência	Amortização	Imparidade	Saldo contábil
Banco						
Softwares adquiridos	5.155	5.348	-	(4.112)	-	6.391
Licenças de uso	74.007	46.399	-	(32.650)	-	87.756
Acordos por direitos de comercialização	1.012	4.460	-	(3.642)	-	1.830
Softwares desenvolvidos internamente	313.061	124.583	(9.067)	(24.673)	-	403.904
Marcas e patentes	4.417	-	-	(500)	-	3.917
Crédito carbono	-	6.953	-	(1.836)	-	5.117
Total	397.652	187.743	(9.067)	(67.413)	-	508.915

Consolidado						
Softwares adquiridos	29.432	5.348	-	(4.112)	-	30.668
Licenças de uso	74.037	47.611	-	(33.885)	-	87.763
Acordos por direitos de comercialização	1.012	4.460	-	(3.642)	-	1.830
Softwares desenvolvidos internamente	319.945	124.583	-	(26.217)	-	418.311
Marcas e patentes	4.417	-	-	(500)	-	3.917
Crédito carbono	-	6.953	-	(1.836)	-	5.117
Total	428.843	188.955	-	(70.192)	-	547.606

	31.12.2019	Exercício/2020				31.12.2020
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Transferência ⁽³⁾	Amortização	Imparidade ⁽⁴⁾	Saldo contábil
Banco						
Softwares adquiridos	5.067	3.343	135	(3.390)	-	5.155
Licenças de uso	45.101	68.407	23.328	(62.829)	-	74.007
Acordos por direitos de comercialização	-	3.255	3.788	(6.031)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	161.487	140.074	88.238	(22.962)	(53.776)	313.061
Marcas e patentes	-	-	5.000	(583)	-	4.417
Total	211.655	215.079	120.489	(95.795)	(53.776)	397.652

Consolidado						
Softwares adquiridos	29.686	3.343	-	(3.597)	-	29.432
Licenças de uso	71.834	71.385	-	(69.182)	-	74.037
Acordos por direitos de comercialização	1.312	9.875	-	(10.175)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	200.572	217.724	-	(34.747)	(63.604)	319.945
Marcas e patentes	-	5.000	-	(583)	-	4.417
Total	303.404	307.327	-	(118.284)	(63.604)	428.843

(1) Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

(2) No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve baixa de ativos intangíveis.

(3) No Banco, inclui montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

(4) Em 2020, inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

c) Estimativa de amortização em 30 de junho de 2021

	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Banco							
Valores a amortizar	89.751	123.073	103.188	93.730	67.497	31.676	508.915
Consolidado							
Valores a amortizar	91.480	126.524	106.579	96.944	69.948	56.131	547.606

d) Ágio e ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Consolidado			
	Ágio		Imparidade	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Controladas do Banco Votorantim e da BVEP ^{(1) (2)}	-	40.786	-	(6.669)
Total	-	40.786	-	(6.669)

(1) Em 31 de dezembro de 2020, inclui ágio na aquisição de investimento da Vila Parque.

(2) Em 30 de junho de 2021, inclui reclassificação do ágio para os respectivos ativos que foram objetos do Relatório de avaliação de ativos e passivos a valor justo (PPA) da Vila Parque.

17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
a) Depósitos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	590.366	435.183	581.892	429.711
Pessoas físicas	77.944	43.295	77.976	43.295
Pessoas jurídicas	508.947	389.818	503.910	386.407
Empresas ligadas	3.469	2.061	-	-
Vinculados	6	9	6	9
Depósitos interfinanceiros	2.139.717	4.188.194	2.023.105	4.042.750
Depósitos a prazo	21.065.726	21.720.834	20.357.578	21.037.930
Moeda nacional	19.430.679	19.774.377	18.722.531	19.091.473
Moeda estrangeira	1.635.047	1.946.457	1.635.047	1.946.457
Total	23.795.809	26.344.211	22.962.575	25.510.391
Passivo circulante	22.156.461	25.014.000	21.630.096	24.216.817
Passivo não circulante	1.639.348	1.330.211	1.332.479	1.293.574

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 30 de junho de 2021

	Sem venc.	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2021	31.12.2020
Banco								
Depósitos à vista	590.366	-	-	-	-	-	590.366	435.183
Depósitos interfinanceiros	-	245.499	1.773.494	120.724	-	-	2.139.717	4.188.194
Depósitos a prazo	-	8.492.664	11.054.438	1.443.551	74.821	252	21.065.726	21.720.834
Total	590.366	8.738.163	12.827.932	1.564.275	74.821	252	23.795.809	26.344.211
Consolidado								
Depósitos à vista	581.892	-	-	-	-	-	581.892	429.711
Depósitos interfinanceiros	-	237.199	1.665.182	120.724	-	-	2.023.105	4.042.750
Depósitos a prazo	-	8.342.009	10.803.814	1.136.682	74.821	252	20.357.578	21.037.930
Total	581.892	8.579.208	12.468.996	1.257.406	74.821	252	22.962.575	25.510.391

c) Captações no mercado aberto

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Carteira própria	19.256.441	12.513.833	17.905.730	11.903.508
Títulos privados – Debêntures	1.832.547	1.911.055	1.832.547	1.911.055
Letras Financeiras do Tesouro	4.348.668	1.582.982	4.348.668	1.581.063
Letras do Tesouro Nacional	8.522.915	5.421.326	7.762.203	4.812.920
Notas do Tesouro Nacional	2.794.132	1.466.900	2.204.133	1.466.900
Títulos privados – Outros	1.758.179	2.131.570	1.758.179	2.131.570
Carteira de terceiros	597.750	599.570	597.750	599.570
Letras do Tesouro Nacional	351.729	447.024	351.729	447.024
Notas do Tesouro Nacional	246.021	152.546	246.021	152.546
Carteira de livre movimentação	1.606.220	2.525.751	1.606.220	2.525.751
Letras do Tesouro Nacional	222.445	1.720.308	222.445	1.720.308
Notas do Tesouro Nacional	1.383.775	805.443	1.383.775	805.443
Total	21.460.411	15.639.154	20.109.700	15.028.829
Passivo circulante	19.371.436	13.645.174	18.020.725	13.034.849
Passivo não circulante	2.088.975	1.993.980	2.088.975	1.993.980

d) Despesas com operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Despesas de captações com depósitos	(348.712)	(379.728)	(338.126)	(364.574)
Depósitos a prazo	(277.846)	(289.330)	(268.998)	(277.212)
Depósitos interfinanceiros	(70.866)	(90.398)	(69.128)	(87.362)
Despesas de captações no mercado aberto	(249.453)	(404.671)	(239.396)	(400.157)
Carteira própria	(201.719)	(238.970)	(191.662)	(179.214)
Carteira de terceiros	(17.888)	(37.534)	(17.888)	(92.776)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	(29.846)	(128.167)	(29.846)	(128.167)
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(506.052)	(2.256.812)	(506.052)	(2.265.321)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(5.313)	(5.203)	(5.313)	(5.203)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(20.947)	(28.340)	(20.947)	(28.340)
Letras de Arrendamento Mercantil	-	-	-	(7.673)
Letras Financeiras	(448.220)	(538.585)	(448.220)	(538.585)
Letras Financeiras Garantidas	(121.541)	(3.513)	(121.541)	(3.513)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior ⁽²⁾	103.488	(1.670.013)	103.488	(1.670.013)
Certificados de Operações Estruturadas	(142)	-	(142)	-
Outras	(13.377)	(11.158)	(13.377)	(11.994)
Despesas com dívidas subordinadas no exterior ⁽²⁾	(53.699)	(663.457)	(53.699)	(663.457)
Total	(1.157.916)	(3.704.668)	(1.137.273)	(3.693.509)

⁽¹⁾ Inclui efeitos de variação de valor justo do passivo correspondente.

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos passivos correspondentes.

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Obrigações por empréstimos (Nota 18b)	3.434.551	2.822.895
Obrigações por repasses (Nota 18c)	763.377	922.507
Total	4.197.928	3.745.402

b) Obrigações por empréstimos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	Banco e Consolidado	
			30.06.2021	31.12.2020
No exterior	1.524.129	1.910.422	3.434.551	2.822.895
Tomados junto a banqueiros no exterior	1.502.638	1.874.304	3.376.942	2.786.230
Importação	21.491	36.118	57.609	36.665
Total	1.524.129	1.910.422	3.434.551	2.822.895
Passivo circulante			3.434.551	2.822.895

c) Obrigações por repasses
Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Banco e Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional		189.207	120.655
Pré-fixado	de 3,50% a 6,75% a.a.	156.952	110.603
Pós-fixado	Selic	32.255	10.052
BNDES		216.097	259.720
Pré-fixado	de 0,70% a 5,70% a.a.	58.498	66.062
Pós-fixado	de 1,42% a 1,50% a.a. + IPCA 1,80% a.a. + TJLP 2,28% a.a. + Selic	157.599	193.658
FINAME		358.073	542.132
Pré-fixado	de 0,50% a 8,00% a.a.	222.374	389.575
Pós-fixado	de 1,60% a 2,10% a.a. + TJLP de 1,15% a 2,25% a.a. + IPCA de 1,43% a 2,40% a.a. + Selic	135.699	152.483
Com variação cambial	2,00% a.a. + variação cambial	-	74
Total		763.377	922.507
Passivo circulante		358.332	356.866
Passivo não circulante		405.045	565.641

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2021.

d) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	146.078	(784.623)
Resultado de obrigações por repasses	(24.856)	(45.016)
Tesouro Nacional	(1.394)	(3.020)
BNDES	(9.370)	(23.874)
FINAME	(14.092)	(18.122)
Resultado de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	33.444	(207.928)
Total	154.666	(1.037.567)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e repasses no exterior.

19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						30.06.2021	31.12.2020
Letras de Crédito Imobiliário						392.213	190.375
Pré-fixado	R\$	62.697	de 3,25% a 8,82% a.a.	2020	2024	63.947	3.582
Pós-fixado	R\$	285.830	de 94,00% a 117,00% do DI 0,33% a.a. + DI	2019	2024	291.015	184.090
Pós-fixado	R\$	36.297	de 0,76% a 3,24% a.a. + IPCA	2021	2024	37.251	2.703
Letras de Crédito do Agronegócio						1.417.435	1.439.983
Pré-fixado	R\$	206.692	de 3,09% a 8,72% a.a.	2020	2024	211.419	107.660
Pós-fixado	R\$	1.075.569	de 90,00% a 116,50% do DI	2015	2024	1.105.280	1.330.972
Pós-fixado	R\$	98.724	de 0,73% a 3,78% a.a. + IPCA	2020	2024	100.736	1.351
Letras Financeiras						19.796.260	19.613.705
Pré-fixado	R\$	1.725.571	de 4,03% a 13,76% a.a.	2012	2031	1.831.969	1.166.149
Pós-fixado ⁽²⁾	R\$	16.135.118	de 100,00% a 130,00% do DI de 0,29% a 7,23% a.a. + DI	2017	2024	16.702.019	17.851.640
Pós-fixado ⁽²⁾	R\$	1.125.427	de 1,82% a 7,17% a.a. + IPCA	2014	2032	1.262.272	595.916
Letras Financeiras Garantidas						5.460.023	10.674.459
Pós-fixado	R\$	5.374.200	0,59% a.a. + Selic	2020	2021	5.460.023	10.674.459
Obrigações por TVM no exterior						7.982.075	8.230.537
Pré-fixado	R\$	47.288	de 2,10% a 10,00% a.a.	2019	2023	54.718	55.290
Com variação cambial ^{(2) (3)}	USD	1.763.526	de 0,92% a 8,12% a.a. + variação cambial	2019	2025	7.927.357	8.175.247
Certificados de Operações Estruturadas						5.605	5.462
Pós-fixado	R\$	5.202	5,25% a.a. ou variação cambial	2020	2021	5.605	5.462
Total						35.053.611	40.154.521

Passivo circulante

12.463.860

Passivo não circulante

22.589.751

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2021.

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (*green bond*), maiores detalhes estão descritos na Nota 30.

⁽³⁾ Em julho de 2020, foi realizada a emissão no exterior de USD 500.000 com pagamentos de juros semestrais.

20. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Dívidas subordinadas (Nota 20b)	169.195	193.543
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 20c)	3.135.728	3.499.583
Total	3.304.923	3.693.126

b) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado		
					30.06.2021	31.12.2020	
Letras Financeiras Subordinadas						169.195	193.543
Pós-fixado	157.464	de 100,00% a 119,00% do DI de 0,95% a 1,06% a.a. + DI	2016	2026	169.195	166.521	
Pós-fixado ⁽²⁾	-	8,09% a.a. + IPCA	2015	2022	-	27.022	
Total						169.195	193.543
Passivo não circulante						169.195	193.543

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2021.

⁽²⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, houve a recompra das letras financeiras subordinadas pelo Banco.

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
					30.06.2021	31.12.2020
Letras Financeiras Subordinadas					1.628.029	1.933.954
Pós-fixado	691.995	de 100,00% a 120,00% do DI de 1,24% a 1,71% a.a. + DI	2014	2024	989.907	1.243.812
Pós-fixado	200.640	de 5,72% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	432.464	439.792
Pré-fixado	77.890	de 11,03% a 17,98% a.a.	2015	2024	164.314	209.615
Pós-fixado	27.500	117,50% do Selic	2016	2023	41.344	40.735
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação			
Bônus Perpétuos ⁽²⁾					1.507.699	1.565.629
Pré-fixado	USD 300.000	8,25% a.a.	2017		1.507.699	1.565.629
Total					3.135.728	3.499.583
Passivo circulante					526.181	727.139
Passivo não circulante					2.609.547	2.772.444

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2021.

⁽²⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a emissão no exterior de USD 300.000 com pagamentos de juros semestrais.

Os *bonds* têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Dez/2022 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Inclui os custos com emissão desses instrumentos, os quais são diferidos pelo prazo contratual, bem como não fazem parte da estrutura de *hedge*.

21. OUTROS PASSIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Outros passivos financeiros	11.870.080	8.693.816	12.378.223	8.892.329
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 12j.1) ⁽¹⁾	8.496.667	5.561.659	6.586.539	5.561.659
Comissões por intermediação de operações a pagar	19.217	23.844	20.129	26.275
Operações com cartão de crédito	-	-	110.904	109.880
Obrigações por aquisição de bens e direitos	2.183	3.277	2.183	3.277
Negociação e intermediação de valores	247.970	208.361	280.324	221.053
Carteira de câmbio (Nota 13b)	3.086.404	2.885.959	3.086.404	2.885.959
Obrigações por quotas de fundos de investimento ⁽²⁾	-	-	2.221.798	-
Outros	17.639	10.716	69.942	84.226
Outros passivos	1.271.545	1.327.888	1.505.177	1.580.663
Recursos em trânsito de terceiros	78.399	15.197	78.399	15.197
Provisão para participação nos lucros e resultados	128.684	193.096	153.480	216.977
Provisão para despesas de pessoal	202.727	254.378	227.875	297.411
Provisão para despesas administrativas	203.214	198.351	256.057	222.411
Provisão para perda com garantias financeiras prestadas (Nota 29.1.a.1)	200.697	218.530	200.697	218.530
Provisão para perda - Outros riscos	18.209	4.684	18.209	4.684
Obrigações legais (Nota 28h)	44.626	40.684	50.383	45.662
Credores diversos - No país	317.445	212.523	397.723	330.373
Credores diversos - No exterior	174	2.408	174	2.408
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.308	3.338	-	-
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽³⁾	-	72.709	-	72.709
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	427	-	427	-
Outros	75.635	111.990	121.753	154.301
Total	13.141.625	10.021.704	13.883.400	10.472.992
Passivo circulante				
Passivo não circulante				
	8.015.902	6.476.491	9.925.527	6.895.857
	5.125.723	3.545.213	3.957.873	3.577.135

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.

⁽²⁾ As quotas de fundos de investimento consolidados pertencentes a entidades não integrantes do Conglomerado são contabilizadas nos termos da Circular Bacen nº 3.701/2014 como outros passivos financeiros.

⁽³⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

22. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
a) Receitas de prestação de serviços

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Administração de recursos de terceiros	-	-	58.054	68.699
Cobrança	12.565	23.156	6.210	2.755
Comissões sobre colocação de títulos	101.428	40.596	101.662	40.990
Corretagens de operações em bolsa	-	-	1.747	3.002
Rendas de serviços de custódia	27	160	9.203	9.477
Rendas de garantias prestadas	54.185	57.387	54.185	57.387
Transações de cartão de crédito	-	-	78.463	59.408
Comissões sobre seguros	12.914	-	272.201	222.509
Assessoria financeira	2.245	1.990	2.245	2.050
Correspondente bancário	-	-	174.965	166.695
Rendas de serviços de liquidação bancária com parceiros	9.698	6.633	7.224	6.633
Outros serviços	4.662	1.929	26.947	17.237
Total	197.724	131.851	793.106	656.842

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Confecção de cadastro	249.190	-	249.190	183.112
Transferência de recursos	91	792	91	792
Avaliação de bens	91.825	-	91.825	123.715
Rendas de cartão de crédito	-	-	63.537	62.530
Outras	264	316	1.834	1.356
Total	341.370	1.108	406.477	371.505

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

c) Despesas de pessoal

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Honorários, pró labore e outros (Nota 26)	(10.212)	(3.351)	(13.413)	(10.756)
Benefícios	(59.222)	(21.866)	(69.079)	(74.013)
Encargos sociais	(77.086)	(22.121)	(93.711)	(78.132)
Proventos ^{(2) (3)}	(226.208)	9.974	(291.799)	(158.613)
Demandas trabalhistas	(75.315)	(2.420)	(78.676)	(97.503)
Treinamentos	(4.692)	(1.156)	(5.657)	(4.186)
Previdência privada complementar	(4.592)	(1.608)	(5.877)	(4.719)
Total	(457.327)	(42.548)	(558.212)	(427.922)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui principalmente no semestre findo em 30 de junho de 2020, reversão de provisão de despesas de planos de incentivos de longo prazo, referentes a desembolsos, cuja realização não é mais esperada.

⁽³⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

d) Outras despesas administrativas

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Água, energia e gás	(1.021)	(452)	(1.329)	(1.975)
Aluguéis	(28.435)	(9.056)	(32.493)	(30.751)
Comunicações	(13.758)	(753)	(22.568)	(27.218)
Manutenção e conservação de bens	(6.377)	(1.298)	(8.201)	(6.760)
Materiais	(1.155)	(554)	(1.588)	(2.137)
Processamento de dados	(95.193)	(38.164)	(146.563)	(142.619)
Promoções e relações públicas	(3.297)	(3.134)	(4.387)	(12.168)
Propaganda e publicidade	(12.275)	(11.361)	(23.668)	(27.864)
Publicações	(521)	(460)	(1.104)	(1.067)
Seguros	(2.837)	(692)	(3.210)	(2.547)
Serviços do sistema financeiro	(41.077)	(13.678)	(44.223)	(53.133)
Serviços de terceiros	(5.283)	(1.204)	(6.154)	(4.691)
Serviços de vigilância e segurança	(508)	(433)	(706)	(1.011)
Serviços técnicos especializados	(240.865)	(36.119)	(272.709)	(241.004)
Transportes	(1.715)	(340)	(1.839)	(3.034)
Viagens	(101)	(525)	(113)	(3.052)
Emolumentos judiciais e cartorários	(30.852)	(1.206)	(32.311)	(35.139)
Amortização ^{(2) (3)}	(56.788)	(9.463)	(70.192)	(52.812)
Depreciação ⁽²⁾	(13.618)	(1.636)	(16.503)	(16.033)
Outras ⁽⁴⁾	(33.083)	(4.846)	(40.183)	(68.824)
Total	(588.759)	(135.374)	(730.044)	(733.839)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco Votorantim e suas controladas.

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui o montante de R\$ 1.836 no Banco e no Consolidado referente as despesas de amortização dos créditos de carbono consumidos pela compensação da emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV (nota 30).

⁽⁴⁾ Inclui contribuições filantrópicas e despesas relacionadas a compensação das emissões de gases de efeito estufa diretas, conforme detalhado na nota 30.

e) Outras receitas operacionais

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Recuperação de encargos e despesas	2.371	5.968	2.830	8.992
Atualização de depósitos em garantia	-	3.141	-	16.435
Variação monetária ativa	867	1.196	1.597	6.580
Ressarcimento de multas de tributos pagos a maior	1.070	923	1.070	4.738
Ressarcimento de custos operacionais	378	-	378	1.486
Recuperação de perdas operacionais	-	-	-	19.781
Reversão de provisão sobre cancelamento de seguros	-	-	5.847	15.210
Direitos de exclusividade e preferência bancária	-	-	10.972	-
Resultado da atividade imobiliária ⁽²⁾	-	-	-	2.510
Outras ⁽³⁾	21.353	788	26.194	2.342
Total ⁽⁴⁾	26.039	12.016	48.888	78.074

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui resultado na venda de participações.

⁽³⁾ Inclui reversão de provisão para reestruturação.

⁽⁴⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Custos associados à produção – Parceiros comerciais ⁽²⁾	(374.300)	(1.161)	(527.556)	(392.454)
Demandas cíveis	(53.764)	(125)	(56.186)	(60.320)
Demandas fiscais	(3.942)	(2.598)	(4.720)	(4.239)
Atualização de depósitos em garantia ⁽³⁾	(3.472)	-	(3.294)	-
Perdas operacionais	(25.888)	(2.146)	(31.673)	(4.251)
Prêmio pago sobre ativos financeiros	(110)	(121)	(110)	(121)
Resultado da atividade imobiliária ⁽⁴⁾	-	-	(3.813)	-
Direitos de exclusividade e preferência bancária	(14.586)	(5.888)	-	(5.888)
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco	(427)	-	(427)	-
Outras	(15.022)	(1.519)	(52.949)	(31.950)
Total ⁽⁵⁾	(491.511)	(13.558)	(680.728)	(499.223)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas e autônomos, incluindo despesas com manutenção.

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui mudança no índice de atualização de depósitos judiciais.

⁽⁴⁾ Inclui resultado na venda de participações.

⁽⁵⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Outras receitas	22.162	3.762	20.039	38.421
Lucro na alienação de valores e bens	9.889	1.277	9.895	-
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens ⁽¹⁾	6.429	-	4.133	29.645
Reversão de provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	2.485	-	5.931
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	5.844	-	6.011	2.845
Outras despesas	(8.161)	(38.390)	(74.594)	(40.038)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	-	-	(3.340)
Perdas de capital	(79)	-	(79)	(1.859)
Desvalorização de outros valores e bens	-	(9.142)	-	-
Despesas com imóveis não de uso	(1.121)	(1.275)	(1.121)	(3.180)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	-	(27.922)	(66.427)	(31.591)
Baixas de ativos imobilizados	(2.650)	-	(2.650)	-
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(4.311)	(51)	(4.317)	(68)
Total ⁽²⁾	14.001	(34.628)	(54.555)	(1.617)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2020, refere-se a reversão das provisões para perdas cuja origem foi a troca das SPEs GMAX, Reserva Natural e NS Emp. Imob 10, pelo controle da SPE BVEP Vila Parque (Esta provisão havia sido constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social

O Capital social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 8.130.372 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 3.299.670.406 ações, sendo 2.131.587.081 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.168.083.325 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal (53.760.296.740 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 51.631.176.076 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020).

Em 06 de fevereiro de 2020, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária a conversão de 32.469.090.100 ações ordinárias em preferenciais.

Em 08 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento da totalidade das ações representativas do Capital social do Banco, na proporção de 31,94 para 1 ação da mesma espécie, passando o Capital social a ser representado por 3.299.670.406 ações. Após o grupamento, foi aprovada a conversão de 448.421.874 ações preferenciais em ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros
Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

d) Dividendos / Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondente a 25% do Lucro Líquido do período, deduzido da Reserva legal (Lucro Líquido ajustado). Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.820/2020, alterada pela Resolução CMN nº 4.885/2020, para o exercício de 2020, a remuneração de capital permitida é de até 30% do Lucro Líquido ajustado do período.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto social da Companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio e dividendos, em relação aos resultados apurados do semestre findo em 30 de junho de 2020. Não houve deliberação de remuneração de capital referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.706/2018, o reconhecimento da remuneração do capital deverá ser efetuado em contrapartida à conta de lucros acumulados ou de reservas, ou seja, não mais tramitando em contas de resultado.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	1º Semestre/2020			
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações - R\$	Data base da posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	26.545	0,25	29.06.2020	18.12.2020
Juros sobre capital próprio ⁽¹⁾	47.500	0,45	29.06.2020	18.12.2020
Total destinado aos acionistas	74.045	0,70		

⁽¹⁾ Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
	Valor (R\$ mil)	
Lucro líquido do período - Banco Votorantim S.A.	814.606	409.899
Reserva legal	(40.730)	(20.496)
Base de cálculo	773.876	389.403
Dividendos	-	26.545
Juros sobre o capital próprio (bruto)	-	47.500
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(7.125)
Valor proposto	-	66.920
% sobre a base de cálculo	0%	17%

e) Resultado por ação

	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A (R\$ mil)	814.606	409.899
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído) ^{(1) (2)}	20.314.971	20.314.971
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	40,10	20,18

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do semestre findo em 30 de junho de 2021.

⁽²⁾ O número médio ponderado de ações foi reapresentado para o semestre findo em 30 de junho de 2020 devido ao grupamento da totalidade de ações descrito na nota 24a, em conformidade com o CPC 41.

f) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Semestre/2021	1º Semestre/2020	30.06.2021	31.12.2020
Banco Votorantim S.A.	814.606	409.899	11.664.427	10.746.169
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	1.233	33.103	6.726	7.548
Consolidado	815.839	443.002	11.671.153	10.753.717

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas, líquido de impostos.

g) Outros resultados abrangentes

Banco e Consolidado	1º Semestre/2021				1º Semestre/2020			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	245.530	(243.299)	109.177	111.408	100.332	(112.882)	47.855	35.305
Banco Votorantim ⁽¹⁾	237.675	(230.728)	103.685	110.632	38.374	(62.323)	27.850	3.901
Controladas	7.855	(12.571)	5.492	776	61.958	(50.559)	20.005	31.404
Hedge de fluxo de caixa	(96.177)	432.314	(194.540)	141.597	(127.069)	30.164	(13.574)	(110.479)
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(96.177)	432.314	(194.540)	141.597	(127.069)	30.164	(13.574)	(110.479)
Total - Banco	149.353	189.015	(85.363)	253.005	(26.737)	(82.718)	34.281	(75.174)
Efeito do RNR ⁽²⁾	18.870	(2.055)	-	16.815	76.057	(55.174)	-	20.883
Total - Consolidado	168.223	186.960	(85.363)	269.820	49.320	(137.892)	34.281	(54.291)

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ O efeito tributário é apresentado na linha "Ativos fiscais".

h) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente:

Acionistas - Ações (mil)	30.06.2021					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Total	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%
Residentes no país	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%

Acionistas - Ações (mil)	31.12.2020					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Banco do Brasil S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Total	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%
Residentes no país	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%

25. TRIBUTOS
a) Ativos fiscais
Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Ativos tributários correntes (Nota 25 a.1)	255.934	303.609	312.023	358.504
Ativos fiscais diferidos (Nota 25 a.2)	6.245.342	6.806.524	7.181.086	7.677.294
Total	6.501.276	7.110.133	7.493.109	8.035.798
Ativo circulante	45.798	13.932	70.277	46.268
Ativo não circulante	6.455.478	7.096.201	7.422.832	7.989.530

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a compensar	107.169	154.844	162.734	206.500
Imposto de renda a recuperar	-	-	524	3.239
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	148.765	148.765	148.765	148.765
Total ⁽¹⁾	255.934	303.609	312.023	358.504

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativado)

Banco	31.12.2020	1º Semestre/2021		30.06.2021
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição ⁽³⁾	Baixa	
Diferenças temporárias	6.099.560	850.553	(1.311.237)	5.638.876
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.070.766	660.540	(462.337)	4.268.969
Provisões passivas	685.508	3.986	(95.485)	594.009
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽¹⁾	739.186	186.027	(739.186)	186.027
Outras provisões ⁽²⁾	604.100	-	(14.229)	589.871
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	706.964	-	(100.498)	606.466
Total dos créditos tributários ativados	6.806.524	850.553	(1.411.735)	6.245.342
Imposto de renda	3.761.050	439.923	(790.760)	3.410.213
Contribuição social	3.045.474	410.630	(620.975)	2.835.129

Consolidado	31.12.2020	1º Semestre/2021		30.06.2021
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição ⁽³⁾	Baixa	
Diferenças temporárias	6.531.918	980.302	(1.367.891)	6.144.329
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.408.134	763.071	(485.592)	4.685.613
Provisões passivas	765.941	31.204	(125.916)	671.229
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽¹⁾	739.186	186.027	(739.186)	186.027
Outras provisões ⁽²⁾	618.657	-	(17.197)	601.460
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.145.376	10.439	(119.058)	1.036.757
Total dos créditos tributários ativados	7.677.294	990.741	(1.486.949)	7.181.086
Imposto de renda	4.437.855	518.783	(845.064)	4.111.574
Contribuição social	3.239.439	471.958	(641.885)	3.069.512

⁽¹⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, registrados em conta de patrimônio líquido, no semestre findo em 30 de junho de 2021, são de R\$ (79.690) do total de R\$ (553.159), no Banco e no Consolidado.

⁽²⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽³⁾ Inclui os efeitos da elevação de alíquota da CSLL de instituições financeiras no montante de R\$ 72.170, no individual, e de R\$ 75.670, no consolidado, aplicável ao crédito tributário realizável no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2021.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2021	903.030	878.107	962.325	935.766
Em 2022	1.519.463	1.380.371	1.629.052	1.479.928
Em 2023	1.411.352	1.191.608	1.572.248	1.327.453
Em 2024	735.777	574.481	928.084	724.630
Em 2025	528.521	381.021	814.764	587.380
De 2026 a 2027	509.434	332.976	624.334	409.358
De 2028 a 2030	637.765	291.515	650.279	297.471
Total de créditos tributários	6.245.342	5.030.079	7.181.086	5.761.986

No semestre findo em 30 de junho de 2021, observou-se a realização parcial de créditos tributários no Banco Votorantim no montante de R\$ 1.335.239 (R\$ 312.256 no semestre findo em 30 de junho de 2020), correspondente a 67% (48% no semestre findo em 30 de junho de 2020) da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários para todo o ano de 2021, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2020.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2021	1%	16%	4%	15%
Em 2022	10%	26%	13%	24%
Em 2023	13%	24%	17%	23%
Em 2024	13%	12%	17%	12%
Em 2025	18%	7%	18%	10%
De 2026 a 2027	32%	6%	24%	6%
De 2028 a 2030	13%	9%	7%	10%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário – Não ativado)

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	94.088	94.088	169.074	170.807
Parcela de diferenças intertemporais	-	-	42.739	21.160
Total dos créditos tributários não ativados	94.088	94.088	211.813	191.967
Imposto de renda	52.271	52.271	151.625	137.411
Contribuição social	41.817	41.817	60.188	54.556

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente, quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais
Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Passivos tributários correntes (Nota 25 b.1)	157.036	136.295	302.500	259.497
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 25 b.2)	158.000	336.102	161.627	346.416
Total	315.036	472.397	464.127	605.913
Passivo circulante	157.036	136.295	297.274	254.649
Passivo não circulante	158.000	336.102	166.853	351.264

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
IOF a recolher ⁽¹⁾	33.606	1.877	35.630	1.911
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	-	6.073	6.036
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	46.502	32.866	161.689	129.131
Impostos e contribuições a recolher	76.928	101.552	99.108	122.419
Total ⁽²⁾	157.036	136.295	302.500	259.497

⁽¹⁾ O Decreto 10.572 de 11 de dezembro de 2020, reduziu a zero a alíquota do IOF sobre operações de crédito, no período de 15 a 31 de dezembro de 2020.

⁽²⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020	30.06.2021 ⁽¹⁾	31.12.2020
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	141.795	320.175	144.055	327.928
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	15.075	15.075	15.075	15.075
Outros passivos	1.130	852	2.497	3.413
Total das obrigações fiscais diferidas	158.000	336.102	161.627	346.416
Imposto de renda	88.553	187.375	91.167	194.228
Contribuição social	69.447	148.727	70.460	152.188

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, a parcela de R\$ 202.712 (do total de R\$ 141.795), no Banco, e de R\$ 204.937 (do total de R\$ 144.055), no Consolidado, corresponde a obrigação fiscal diferida decorrente de ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa e de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020, a parcela era de R\$ 189.411 (do total de R\$ 320.175), no Banco, e de R\$ 193.195 (do total de R\$ 327.928), no Consolidado.

c) Despesas tributárias

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Cofins	(126.628)	(13.230)	(173.937)	(175.557)
ISSQN	(24.859)	(4.701)	(39.258)	(33.977)
PIS	(20.577)	(2.150)	(29.553)	(29.551)
Outras	(7.858)	(12.258)	(6.183)	(18.915)
Total	(179.922)	(32.339)	(248.931)	(258.000)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Valores correntes	(165.212)	-	(346.320)	(381.586)
IR e CSLL no país – Corrente	(165.212)	-	(346.320)	(381.586)
Valores diferidos	(293.024)	488.238	(228.058)	720.489
Passivo fiscal diferido	189.468	(3.847)	189.460	(3.721)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	190.545	(3.552)	190.545	(3.552)
Outros passivos	(1.077)	(295)	(1.085)	(169)
Ativo fiscal diferido	(482.492)	492.085	(417.518)	724.210
Prejuízos fiscais/ Bases negativas de CSLL	(100.498)	136.676	(108.620)	7.382
Diferenças temporárias	92.474	(72.279)	165.570	289.909
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(474.468)	427.688	(474.468)	426.919
Total	(458.236)	488.238	(574.378)	338.903

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Resultado antes dos tributos e participações	1.365.066	(54.065)	1.506.478	205.944
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%) ⁽¹⁾	(614.279)	24.905	(677.915)	(92.676)
Encargos sobre JCP	-	21.375	-	21.375
Resultado de participação em controladas	60.240	132.377	(239)	(14.827)
Participação nos lucros e resultados	41.501	10.923	52.317	45.830
Majoração de alíquota da CSLL	72.170	33.585	75.670	33.585
Resultados do exterior ⁽²⁾	(14.253)	261.698	(14.253)	261.698
Outros valores	(3.615)	3.375	(9.958)	83.918
Imposto de renda e contribuição social do período	(458.236)	488.238	(574.378)	338.903

⁽¹⁾ Já foram reconhecidos os efeitos da elevação de alíquota da CSLL de instituições financeiras sobre o saldo dos ativos fiscais diferidos existentes em 30 de junho de 2021, aplicável ao crédito tributário realizável no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021 (nota 4q).

⁽²⁾ Inclui encargos sobre variação cambial de investimentos no exterior.

26. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração do banco BV, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Honorários, pró labore e outros	10.212	3.351	13.413	10.756
Gratificações	33.792	10.755	35.397	16.648
Encargos sociais	13.534	5.647	14.377	7.898
Total	57.538	19.753	63.187	35.302

⁽¹⁾ Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

O Conglomerado oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao pessoal chave da Administração.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no período.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Energia e Companhia Brasileira de Alumínio).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com as empresas do Conglomerado.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O banco BV realiza cessões de crédito (cessões com coobrigação) com retenção substancial de riscos e benefícios com parte relacionada. No semestre findo em 30 de junho de 2021, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 3.232.598 (R\$ 7.460.671 no semestre findo em 30 de junho de 2020). O banco BV também realiza cessões de crédito sem coobrigação, mas com retenção substancial de riscos e benefícios com controlada e no semestre findo em 30 de junho de 2021, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 1.910.128. O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

	30.06.2021						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	93	-	-	-	-	-	93
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	500.160	-	1.003.781	-	-	585.906	2.089.847
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	500	52.807	-	-	-	1.810.561	1.863.868
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	1.705	-	-	-	-	1.705
Outros ativos	69.720	10.655	34.848	43.947	356	5.447	164.973
Passivos							
Depósitos à vista	(2.930)	(17.649)	(2.009)	(1.319)	(44)	(5.178)	(29.129)
Depósitos a prazo	(1.148.542)	(708.281)	-	(677.769)	(313)	(30.379)	(2.565.284)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(116.612)	-	-	-	(116.612)
Captações no mercado aberto	(4.019)	(85.721)	(626.999)	(723.712)	-	-	(1.440.451)
Recursos de aceites e emissão títulos	(207.786)	(482.923)	-	-	(4.099)	-	(694.808)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.379)	(27.848)	-	-	-	(237.979)	(268.206)
Outros passivos	(6.806.218)	-	(23.349)	-	-	(2.024.410)	(8.853.977)
1º Semestre/2021							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	250.488	989	23.321	-	-	10.881	285.679
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.705)	(32.468)	-	-	-	(40.160)	(74.333)
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(26.489)	(19.529)	(3.557)	(13.966)	(74)	(83)	(63.698)
31.12.2020							
Ativos							
Disponibilidades	972	-	-	-	-	-	972
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	999.998	-	102.900	-	-	598.147	1.701.045
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	109.703	-	-	-	1.971.994	2.081.697
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	2.700	-	-	-	-	2.700
Outros ativos	13.422	9.608	20.837	23.034	431	15.676	83.008
Passivos							
Depósitos à vista	(2.221)	(5.432)	(1.185)	(733)	(52)	(3.554)	(13.177)
Depósitos a prazo	(586.735)	(826.270)	-	(637.150)	(49)	(45.754)	(2.095.958)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(145.443)	-	-	-	(145.443)
Captações no mercado aberto	(739)	(91.905)	-	(608.406)	(135)	(1.919)	(703.104)
Recursos de aceites e emissão títulos	(259.458)	(547.671)	-	-	(4.896)	-	(812.025)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(12.202)	-	-	-	(1.023.692)	(1.035.894)
Outros passivos	(5.802.007)	(36.355)	(15.367)	-	-	(105.905)	(5.959.634)
1º Semestre/2020							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	188.403	27	974.052	-	-	9.673	1.172.155
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(62.693)	162.951	5.252	6.047	-	396.052	507.609
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(26.727)	(33.450)	(7.550)	(11.322)	(122)	-	(79.171)

(1) Empresas relacionadas na nota explicativa nº 3. Não inclui operações entre as controladas.

(2) Inclui a Promotiva S.A., BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

(3) Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave.

(4) Inclui fundos de investimentos consolidados, empresas controladas da BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., bem como todas as empresas em que o pessoal chave possui participação ou nas quais exerce cargo estatutário. A relação dos fundos está descrita na Nota 3.

(5) Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como Caixa e equivalentes de caixa.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até fevereiro de 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foi concedido até 2020, com efeitos até fevereiro de 2021.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor (em relação às práticas ESG - Meio ambiente, Social e Governança (nota 30a), neste exercício os executivos possuem um indicador específico atrelado a ESG e seu resultado impactará na remuneração variável apurada ao final do ciclo); e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de 4 anos.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no semestre findo em 30 de junho de 2021 foram reconhecidos no resultado do Conglomerado, em Despesas de pessoal – Proventos R\$ 30.982 (R\$ 40.490 no semestre findo em 30 de junho de 2020) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo:

Ano do programa	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
2015	-	20.936
2016	27.625	6.525
2017	5.453	5.337
2018	674	6.329
Total	33.752	39.127

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 106.399 (R\$ 187.049 em 31 de dezembro de 2020).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do patrimônio líquido base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	Banco		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Quantidade inicial	12.792.843	17.620.394	14.137.436	24.125.108
Novas / Atualizações	-	5.430.248	-	6.515.950
Pagas	(12.743.493)	(12.134.667)	(14.088.086)	(15.438.547)
Canceladas	(49.350)	(114.594)	(49.350)	(359.140)
Quantidade final	-	10.801.381	-	14.843.371

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

28. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Demandas fiscais	39.236	37.235	52.127	53.301
Demandas cíveis	253.902	259.758	267.803	273.612
Demandas trabalhistas	442.294	470.740	460.495	491.785
Total	735.432	767.733	780.425	818.698

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Demandas fiscais				
Saldo inicial	37.235	5.653	53.301	58.027
Constituições	84	30	377	2.625
Reversão da provisão	(35)	-	(113)	(289)
Baixa por pagamento	(11)	-	(3.422)	(5.736)
Atualizações	1.963	48	1.984	1.865
Saldo final	39.236	5.731	52.127	56.492
Demandas cíveis				
Saldo inicial	259.758	8.916	273.612	261.263
Constituições	25.349	9	28.788	28.203
Reversão da provisão	(24.669)	(21)	(26.356)	(23.199)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(26.812)	(2)	(29.986)	(33.069)
Atualizações ⁽³⁾	20.276	130	21.745	37.967
Saldo final	253.902	9.032	267.803	271.165
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	470.740	89.291	491.785	587.018
Constituições	113.742	13.061	118.362	133.980
Reversão da provisão	(76.697)	(7.115)	(80.526)	(53.938)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(75.798)	(8.216)	(79.787)	(101.129)
Atualizações ⁽³⁾	10.307	2.838	10.661	18.753
Saldo final	442.294	89.859	460.495	584.684
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	735.432	104.622	780.425	912.341

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, incluí no Banco montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (nota 2b).

⁽²⁾ Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 22c e 22f.

⁽³⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 30 de junho de 2021

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	19.610	253.902	442.294	27.568	267.803	460.495
De 5 a 10 anos	19.626	-	-	24.559	-	-
Total	39.236	253.902	442.294	52.127	267.803	460.495

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e.3) (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020	1º Semestre/ 2021	1º Semestre/ 2020
Demandas fiscais	(2.001)	(78)	1.174	1.535
Demandas cíveis	5.856	(116)	5.809	(9.902)
Demandas trabalhistas	28.446	(568)	31.290	2.334
Total	32.301	(762)	38.273	(6.033)

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2021, no Banco, inclui a apropriação no resultado dos efeitos de passivos contingentes incidentes sobre negócios recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

f) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Demandas cíveis ⁽¹⁾	142.287	144.573	146.497	146.293
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	278.512	244.676	321.425	280.774
Demandas fiscais (Nota 28.f.1.1)	1.852.447	1.878.755	2.074.222	2.075.715
Total	2.273.246	2.268.004	2.542.144	2.502.782

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

f.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	622.502	605.577	643.702	626.602
IRPJ - FINOR	23.169	23.038	27.191	27.041
ISS	20.929	20.029	22.227	21.199
INSS sobre PLR - Nassau Branch	41.034	39.175	41.034	39.175
PIS/COFINS sobre desmutualização	21.780	21.810	46.063	46.001
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	29.533	27.199	29.533	27.199
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 ⁽²⁾	124.484	118.497	124.484	118.497
Multa não homologação PER/DCOMP	15.573	47.013	15.573	47.013
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ágio na aquisição títulos governos estrangeiros	24.306	24.047	24.306	24.047
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação	49.274	49.035	49.274	49.035
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	91.371	90.693	91.371	90.693
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores ⁽³⁾	109.751	109.172	135.495	134.692
IPVA - Terceiros ⁽⁴⁾	206.412	232.824	213.844	240.183
INSS - Benefícios (VA/VR)	22.957	22.762	22.957	22.762
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014	310.274	307.622	310.274	307.622
ISS VRG ⁽⁵⁾	-	-	131.157	109.841
Outras causas	139.098	140.262	145.737	144.113
Total	1.852.447	1.878.755	2.074.222	2.075.715

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas sobre a Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

⁽³⁾ Referem-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição.

⁽⁴⁾ Referem-se a discussão sobre a responsabilidade pelo pagamento do IPVA de veículos financiados com alienação fiduciária em garantia somente nos casos em que o credor fiduciário realizar a garantia

⁽⁵⁾ Referem-se a discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017.

g) Depósitos em garantia de recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Demandas fiscais	201.574	198.072	237.535	233.648
Demandas cíveis	159.327	162.221	172.535	177.693
Demandas trabalhistas	216.750	266.560	218.094	268.205
Total	577.651	626.853	628.164	679.546

h) Obrigações legais

O Consolidado mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 50.383 (R\$ 45.662 em 31 de dezembro de 2020) sendo no Banco registrado o montante de R\$ 44.626 (R\$ 40.684 em 31 de dezembro de 2020), cuja principal discussão recai em uma ação declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 29.102 (R\$ 26.560 em 31 de dezembro de 2020).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL
1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, *hedge* / seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (RBAN);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco socioambiental;
- Risco climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting* ;
- Risco de *collateral* ;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancobv.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

a.1) Garantias financeiras prestadas

	Banco e Consolidado			
	30.06.2021		31.12.2020	
	Valores garantidos	Provisão	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	905.800	3.230	694.486	2.481
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.293.244	164.738	3.314.308	166.517
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	65.741	79	54.733	274
Outras fianças bancárias	2.649.823	32.647	2.697.807	49.252
Outras garantias financeiras prestadas	187.057	3	180.782	6
Total	7.101.665	200.697	6.942.116	218.530

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

c) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

d.1) Análises de sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira trading

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2021		31.12.2020	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	1.320.575	(5.274)	5.169	(1.412)	1.384
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom	722.206	13.634	(13.364)	10.669	(10.458)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	63.647	(1.928)	1.890	(703)	689

Carteira trading e banking

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2021		31.12.2020	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(6.782.298)	(171.260)	167.869	(184.375)	180.724
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(3.121.997)	109.452	(107.285)	120.641	(118.252)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	642.453	(12.663)	12.412	(11.205)	10.984
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	29.468	42	(41)	199	(195)

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

• **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2021 (1% em 31 de dezembro de 2020). O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 4,9828 (101% de R\$ 5,0326) (R\$ 5,2297 (101%) em 31 de dezembro de 2020). O índice BOVESPA chocado é de 128.070 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 30 de junho de 2021 (120.603 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 31 de dezembro de 2020). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10% (0,10% em 31 de dezembro de 2020).

• **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2021 (25% em 31 de dezembro de 2020). A taxa pré, no dia 30 de junho de 2021, para o prazo de um ano é 6,5840% (2,8590% em 31 de dezembro de 2020). Desse modo, toda a curva é chocada em 1,65% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (0,71% em 31 de dezembro de 2020).

• **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2021 (50% em 31 de dezembro de 2020).

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
30.06.2021							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	1.320.575	Aumento	(522)	Aumento	(6.734)	Aumento	(13.578)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	722.206	Aumento	3.551	Redução	(4.696)	Redução	(9.537)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	1.474.917	Aumento	14.862	Redução	(387.479)	Redução	(797.140)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	63.647	Aumento	(188)	Aumento	(44)	Aumento	(88)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	18.483	Aumento	185	Redução	(4.463)	Redução	(8.917)
31.12.2020							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	656.318	Aumento	(140)	Aumento	(1.082)	Aumento	(2.341)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(68.618)	Aumento	1.078	Redução	(2.324)	Redução	(4.674)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(155.881)	Aumento	(1.523)	Aumento	(26.443)	Aumento	(30.705)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	16.076	Aumento	(70)	Aumento	(313)	Aumento	(614)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	-	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção	-

Carteira trading e banking

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
30.06.2021							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(6.782.298)	Aumento	26.044	Redução	(338.327)	Redução	(689.275)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(3.121.997)	Aumento	15.193	Redução	(38.570)	Redução	(77.642)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(219.393)	Aumento	(3.101)	Aumento	(79.438)	Aumento	(135.798)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(25.453)	Aumento	1	Redução	(1)	Redução	(1)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	29.468	Aumento	253	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	642.453	Aumento	(1.252)	Aumento	(1.600)	Aumento	(3.122)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	180.676	Aumento	185	Redução	(4.463)	Redução	(8.917)
31.12.2020							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	16.373.558	Aumento	(16.897)	Aumento	(119.848)	Aumento	(237.485)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(7.091.414)	Aumento	11.651	Redução	(32.808)	Redução	(65.909)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(337.278)	Aumento	(2.582)	Aumento	(51.297)	Aumento	(76.646)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(29.586)	Aumento	12	Redução	(70)	Redução	(141)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	35.152	Aumento	342	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	591.925	Aumento	(1.111)	Aumento	(5.188)	Aumento	(10.090)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	14.414	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção	-

d.2) Testes de estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2005 até a data-base de referência;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na Carteira Consolidada, em 30 de junho de 2021 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, *commodities*, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 6,15 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2020); as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2021; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2020).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,85 (R\$ 4,62 em 31 de dezembro de 2020); as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2021; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2020).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na Carteira Consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.06.2021		31.12.2020	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Ações	180.676	(7.135)	14.414	-
Moedas estrangeiras	(219.393)	(52.352)	(337.278)	(42.530)
Taxa de juros	(9.257.826)	(437.370)	9.879.634	(309.818)
Total	(9.296.543)	(496.857)	9.556.770	(352.348)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.06.2021		31.12.2020	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Ações	180.676	6.847	14.414	-
Moedas estrangeiras	(219.393)	42.344	(337.278)	41.462
Taxa de juros	(9.257.826)	430.330	9.879.634	196.501
Total	(9.296.543)	479.522	9.556.770	237.963

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

d.3) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os valores apurados para os instrumentos classificados no nível 3, referentes a 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não são materiais.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

Consolidado	30.06.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	18.466.608	6.076.266	752.555	25.295.429
Títulos para negociação	5.613.575	1.355.458	-	6.969.033
Títulos disponíveis para venda	12.853.033	4.720.808	752.555	18.326.396
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	473.512	3.483.166	-	3.956.678
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	16.527.089	-	16.527.089
Total	18.940.120	26.086.521	752.555	45.779.196
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 17c)	-	(1.606.220)	-	(1.606.220)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(532.334)	(3.405.398)	-	(3.937.732)
Total	(532.334)	(5.011.618)	-	(5.543.952)

Consolidado	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	501.451	-	501.451
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	19.907.487	4.427.674	575.439	24.910.600
Títulos para negociação	5.178.398	1.101.299	-	6.279.697
Títulos disponíveis para venda	14.729.089	3.326.375	575.439	18.630.903
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	849.482	2.771.658	-	3.621.140
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	18.985.162	-	18.985.162
Total	20.756.969	26.685.945	575.439	48.018.353
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 17c)	-	(2.525.751)	-	(2.525.751)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(929.988)	(2.675.669)	-	(3.605.657)
Total	(929.988)	(5.201.420)	-	(6.131.408)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

Para as ações não cotadas em bolsa, atualmente classificados no nível 3, o processo de avaliação de valor justo utiliza o modelo de Merton, considerando os fluxos de caixa esperados, sujeitos as condições definidas em contrato e avalia o comportamento dos ativos da empresa (informação das Demonstrações Contábeis das empresas) através da estimativa da volatilidade dos ativos. Este parâmetro é gerado a partir da volatilidade histórica de ativos semelhantes observáveis no mercado.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados internamente na Comissão de Risco de Mercado.

(i) Movimentação do nível 3

Consolidado	Saldo em 31.12.2020	1º Semestre/2021		Saldo em 30.06.2021
		Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimentações	
Ativo				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos disponíveis para venda	575.439	158.950	18.166	752.555
Total	575.439	158.950	18.166	752.555

Consolidado	Saldo em 31.12.2019	Exercício/2020		Saldo em 31.12.2020
		Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimentações	
Ativo				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos disponíveis para venda	216.043	401.308	(41.912)	575.439
Total	216.043	401.308	(41.912)	575.439

d.4) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

Consolidado	30.06.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos	51.831.313	51.623.605	44.474.890	44.790.370
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 9a)	10.846.094	10.638.340	9.287.610	9.598.667
Carteira de crédito (Notas 12a / 29.1.d.3)	40.985.219	40.985.265	35.187.280	35.191.703
Passivos	(84.022.517)	(85.974.369)	(85.606.518)	(88.666.002)
Captações no mercado aberto (Notas 17c / 29.1.d.3)	(18.503.480)	(18.463.259)	(12.503.078)	(13.095.974)
Depósitos (Nota 17a)	(22.962.575)	(23.727.884)	(25.510.391)	(25.919.341)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18)	(4.197.928)	(4.063.444)	(3.745.402)	(4.294.627)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19)	(35.053.611)	(36.120.595)	(40.154.521)	(41.295.284)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 20)	(3.304.923)	(3.599.187)	(3.693.126)	(4.060.776)
Total	(32.191.204)	(34.350.764)	(41.131.628)	(43.875.632)

d.5) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “negociação” e “disponível para venda” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de *Hedge Accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos à prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Captações no mercado aberto: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Considerou-se o valor justo das operações deste grupo equivalente ao seu valor contábil.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívidas elegíveis a capital: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

e) Risco socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais.

A gestão do risco socioambiental pelo Conglomerado é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PSRSA). Esta política atende às disposições da Resolução CMN nº 4.327/2014 e a autorregulação Febraban SARB nº 14, orientando o comportamento das empresas do Conglomerado Econômico Financeiro Votorantim no que tange práticas socioambientais de negócios e relacionamentos com as partes interessadas.

Demonstrando a importância do tema para a Instituição, o apetite de riscos (RAS) do banco BV contempla uma dimensão exclusiva sobre risco socioambiental, sendo que o indicador é monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA).

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental do banco BV é responsável por identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental associado às atividades e operações da Instituição, tendo em vista os princípios de relevância e proporcionalidade da Resolução CMN nº. 4.327/2014.

A gestão de risco socioambiental observa a legislação ambiental aplicável, bem como avalia os aspectos socioambientais com os quais o cliente ou fornecedor esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

O gerenciamento do risco socioambiental durante a concessão de crédito é realizado por meio de metodologias de análise que determinam o *Rating* Socioambiental, incluso no processo de atribuição do *Rating* de Crédito.

Em linha com a PSRSA do Conglomerado, o banco BV tornou-se signatário dos Princípios do Equador (PE) no ano de 2016. O PE é iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em *project finance* (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557, e Circular nº 3.846 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

a) Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

a.1) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) Investimentos em a) entidade assemelhada a instituição financeira não consolidada, sociedade seguradora, resseguradora, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar; e b) instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o conglomerado;
- (v) participação de não controladores no capital de a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O Conglomerado considera os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.851/2020, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, até 31.12.2021, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. Após 01.01.2022, os créditos tributários devem ser incluídos com o seguinte cronograma: no mínimo 50%, até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022;
- (ix) ativos permanentes diferidos;
- (x) entre outros;

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013 e alterações posteriores.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	30.06.2021	31.12.2020
PR – Patrimônio de Referência	11.653.023	10.610.530
Nível I	11.229.519	10.078.251
Capital complementar	1.507.699	1.565.629
Capital principal	9.721.820	8.512.622
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	11.378.964	10.698.401
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(1.657.144)	(2.185.779)
Outros	(1.656.314)	(2.185.402)
Ajustes ao valor justo	(830)	(377)
Nível II	423.504	532.280
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	423.504	532.280
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽³⁾	423.504	532.280
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	76.437.572	72.467.089
Risco de crédito (RWACPAD)	66.693.979	63.770.830
Risco de mercado (RWAMPAD)	3.164.624	2.250.837
Risco operacional (RWAOPAD)	6.578.968	6.445.422
Patrimônio de referência mínimo requerido ⁽⁴⁾	6.115.006	5.797.367
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	3.439.691	3.261.019
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	4.586.254	4.348.025
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	273.352	333.008
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	5.538.017	4.813.163
Margem sobre o capital mínimo requerido	6.282.130	5.251.603
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	6.643.265	5.730.225
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBN e ACP ⁽⁷⁾	4.022.554	3.574.316
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,72%	11,75%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,69%	13,91%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,25%	14,64%
Razão de Alavancagem	7,67%	7,32%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.192/2013, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.851/2020, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, até 31.12.2021, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. Após 01.01.2022, os créditos tributários devem ser incluídos com o seguinte cronograma: no mínimo 50%, até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.192/2013 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽⁷⁾ Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contracíclico.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	30.06.2021	31.12.2020
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(10.557)	(10.548)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(521.871)	(403.105)
Ajuste prudencial VII - Créditos tributários de diferença temporária	(390.978)	(930.220)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(732.908)	(841.529)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/13	(830)	(377)
Total	(1.657.144)	(2.185.779)

b) Índice de imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 17,89% (18,70% em 31 de dezembro de 2020), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

	30.06.2021	31.12.2020
Límite para imobilização	5.826.511	5.305.265
Valor da situação para o limite de imobilização	2.084.849	1.983.723
Valor da margem ou insuficiência	3.741.662	3.321.542

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri.

30. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG
a) Governança e regulação

Em dezembro de 2020, o banco BV criou o Comitê de Sustentabilidade, no qual define os objetivos e as estratégias de ESG. Em maio de 2021, o banco lançou seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de “Pacto por um futuro mais leve”, que define 5 metas públicas que vão direcionar as ações do Conglomerado, divididas em 3 pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 27.

No contexto da dimensão Sustentabilidade da Agenda BC#, no primeiro semestre de 2021, o Banco Central do Brasil, utilizando como referência as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), força-tarefa criada em 2015 pelo Comitê de Estabilidade Financeira (FSB), colocou em consulta pública proposta normativa que estabelece requisitos para a divulgação de informações sobre riscos sociais, ambientais e climáticos, a serem reportados via Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) o qual será implementado em 2 fases. A primeira fase tem foco na governança, nas estratégias das instituições e no gerenciamento de riscos, e na segunda fase serão incorporados à divulgação aspectos quantitativos, com foco em metas e métricas.

A possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais é definido como risco socioambiental, cujas diretrizes são estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.327/2014 e pela autorregulação Febraban SARB 14 a qual o banco é signatário. Informações adicionais sobre o risco socioambiental e sua gestão pelo Conglomerado estão descritas na nota explicativa 29.1.e.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 30 de junho de 2021 essa carteira é de R\$ 1.237.360 (R\$ 892.086 em 31 de dezembro de 2020).

Em março de 2020, o banco BV realizou a primeira emissão de título verde (*green bond*) no montante de R\$ 255.535 registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos, que foram destinados a ativos ou projetos relacionados à geração de energia renovável, como financiamento de painéis solares e desenvolvimento de parques eólicos. A emissão inaugural do banco obteve a certificação internacional do *Climate Bonds Standard*, que é coordenado pela *Climate Bonds Initiative* (CBI). A CBI é uma organização sem fins lucrativos focada na promoção de investimentos em grande escala na economia de baixo carbono. É a única organização no mundo que possui *Climate Bonds Standard* e Critérios Setoriais para certificar as emissões como verde. Os materiais referentes à emissão como *Green Bond Framework*, Parecer de Segunda Opinião, Relatório Anual, e *Post-issuance Verification* podem ser consultados em www.bancobv.com.br.

Em junho de 2021, o banco realizou nova emissão de título verde (letras financeiras) no montante de R\$ 499.850 registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos.

	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						30.06.2021	31.12.2020
Obrigações por TVM no exterior						251.646	261.431
Com variação	USD	50.000	3,35% a.a. + variação cambial	2020	2024	251.646	261.431
Letras financeiras						501.674	-
Pós-fixado	R\$	83.150	1,40% a.a. + DI	2021	2024	83.295	-
Pós-fixado	R\$	416.700	5,35% a.a. + IPCA	2021	2027	418.379	-
Total						753.320	261.431

Em novembro de 2020, o banco BV anunciou um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar a partir de 2021. No semestre findo em 30 de junho de 2021, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O banco adquiriu créditos de carbono, representando o total de 819 mil toneladas de CO₂, registrado na rubrica de Ativos intangíveis e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Outras despesas administrativas - Amortização. As práticas contábeis adotadas pela Instituição para o reconhecimento e mensuração dos créditos de carbono que são adquiridos e do passivo correspondente ao compromisso de compensação da emissão de carbono estão descritas nas notas explicativas 4I e 4r, respectivamente.

No quadro a seguir, é demonstrado os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	Banco e Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Ativo	5.117	-
Ativos intangíveis (nota 16a)	5.117	-
Créditos de carbono - Valor de custo	6.953	-
Créditos de carbono - Amortização acumulada	(1.836)	-
Passivo		
Outros passivos (nota 21a)	427	-
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	427	-
	1º Semestre/	1º Semestre/
	2021	2020
Resultado		
Outras despesas administrativas (nota 22d)	(1.836)	-
Amortização	(1.836)	-
Outras despesas operacionais (nota 22f)	(427)	-
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	(427)	-
Total de despesas incorridas	(2.263)	-

Desde 2020 o banco faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o que se tornou um compromisso público em 2021. O compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE diretas, reconhecendo no resultado (em Outras despesas administrativas – Outros) o montante de R\$ 57 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 126 no semestre findo em 30 de junho de 2020), referentes à aquisição de 10 mil toneladas de créditos de carbono e demais despesas de consultoria e auditoria para a realização do inventário de GEE.

c) Social

Diante da pandemia causada pela COVID-19, o banco BV destinou o montante de R\$ 30.000 no semestre findo em 30 de junho de 2020 registrado em Outras despesas administrativas - Outras. O objetivo é o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade e contribui com a melhoria da infraestrutura hospitalar, cuja gestão conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil e do Instituto Votorantim. Em 2021 o banco BV continua promovendo ações de apoio e destinou o montante de R\$ 687 no semestre findo em 30 de junho de 2021.

Também visando diminuir os impactos da pandemia da COVID-19, o banco implementou um amplo programa de renegociações de créditos. Informações adicionais sobre esse programa e volumes renegociados estão descritas nas notas explicativas 5i e 12k.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do Bacen. Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de agência no exterior

	30.06.2021	31.12.2020
Ativo circulante e não circulante	7.834.479	8.747.286
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	7.834.479	8.747.286
Total do ativo	7.834.479	8.747.286
Passivo circulante e não circulante	(6.247.307)	(7.105.914)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(6.247.307)	(7.105.914)
Patrimônio líquido	(1.587.172)	(1.641.372)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch ⁽¹⁾	(1.587.172)	(1.641.372)
Total do passivo	(7.834.479)	(8.747.286)

	1º Semestre/	1º Semestre/
	2021	2020
Lucro / (Prejuízo)	60.228	(3.777)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch ⁽²⁾	60.228	(3.777)

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a agência Nassau Branch realizou o pagamento de dividendos no montante de USD 150.000 (R\$ 754.545).

⁽²⁾ Inclui variação cambial.

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

Riscos cobertos	30.06.2021		31.12.2020	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Banco				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.108.885	6.960	1.118.545	7.062
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	117.300	40	117.300	40
Seguro cibernético	100.000	1.810	100.000	1.810
Consolidado				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.294.456	7.785	1.159.710	7.384
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	123.000	43	123.000	43
Seguro cibernético	100.000	1.810	100.000	1.810

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2020	193.543	3.499.583	72.709	8.130.372	2.466.444	14.362.651
Variações com efeito de caixa	(27.614)	(436.253)	(72.709)	-	40.730	(495.846)
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	40.730	40.730
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos ⁽²⁾	-	-	(72.709)	-	-	(72.709)
Liquidação	(27.684)	(570.717)	-	-	-	(598.401)
Transferências	(121.995)	121.995	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	122.065	-	-	-	-	122.065
Impostos e taxas	-	12.469	-	-	-	12.469
Variações sem efeito de caixa	3.266	72.398	-	-	-	75.664
Despesas com juros	3.266	130.748	-	-	-	134.014
Variação cambial	-	(58.350)	-	-	-	(58.350)
Saldo em 30.06.2021	169.195	3.135.728	-	8.130.372	2.507.174	13.942.469

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2019	3.116.893	3.480.275	25.042	8.130.372	1.751.822	16.504.404
Variações com efeito de caixa	(3.212.298)	(170.493)	(25.042)	-	20.496	(3.387.337)
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	-	-	20.496	20.496
Dividendos pagos	-	-	(25.042)	-	-	(25.042)
Liquidação	(3.227.183)	(180.405)	-	-	-	(3.407.588)
Recursos provenientes de novas captações	15.000	-	-	-	-	15.000
Impostos e taxas	(115)	9.912	-	-	-	9.797
Variações sem efeito de caixa	130.561	573.913	66.920	-	-	771.394
Despesas com juros	17.884	140.323	-	-	-	158.207
Variação cambial	112.677	433.590	-	-	-	546.267
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados a pagar ⁽²⁾	-	-	66.920	-	-	66.920
Saldo em 30.06.2020	35.156	3.883.695	66.920	8.130.372	1.772.318	13.888.461

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo de reservas de capital e de lucros do Banco Votorantim. Não inclui o lucro do período registrado em lucros acumulados.

⁽²⁾ Valor líquido de impostos.

f) Administração de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos administrados pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos e carteiras administradas	225	239	48.075.650	49.493.721

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Nova emissão de títulos verdes

Em 8 de julho de 2021, o banco BV realizou a emissão de título verde (letras financeiras) no montante de R\$ 200.000 com vencimento em janeiro de 2024.

b) Cessões sem coobrigação

Em julho de 2021, o banco BV realizou cessões de crédito sem coobrigação com retenção substancial de riscos e benefícios com controlada no montante de R\$ 549.822.

c) Cessões com coobrigação

Em 26 de julho de 2021, o banco BV realizou cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios com parte relacionada no montante de R\$ 1.154.893. Não houve efeito no resultado na respectiva data da operação.

d) Aquisição de participação societária em *fintech*

Em julho de 2021, o Banco Central do Brasil autorizou o BV a adquirir participação societária na Trademaster Serviços e Participações S.A. Os montantes envolvidos serão desembolsados mediante condições contratuais estabelecidas.

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3
